

FRANCISCO

04

POR JOÃO PACHECO

SÁ CARNEIRO

RETRATOS POLÍTICOS

BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES

SÁBADO



**FRANCISCO**

# SÁ CARNEIRO

**SÁ CARNEIRO**

**POR JOÃO PACHECO**

**SÁBADO**

*Coordenação editorial*

João Pombeiro

*Revisão*

João Alexandre

*Capa e paginação*

PixelReply.pt

*Fotografia de capa*

Keystone Press/Alamy Stock Photo

/Fotobanco.pt

## **RETRATOS POLÍTICOS**

### **Breves Biografias de Políticos Portugueses**

é uma série editada pela Reverso em exclusivo para a revista SÁBADO.

© Reverso, 2024 | Medialivre, 2024

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Depósito legal: 529811/24

ISBN: 978-989-9080-31-7

Impresso em abril de 2024 na Jorge Fernandes.



[WWW.REVERSOEDITORA.PT](http://WWW.REVERSOEDITORA.PT)





**REJEITO AS  
DITADURAS**

Agradeço às pessoas entrevistadas durante a preparação deste livro: António Gomes de Pinho, Artur Santos Silva filho, Conceição Monteiro, Francisco Pinto Balsemão, Francisco Sá Carneiro filho, João Bosco Mota Amaral, João Silva Ferreira, José Manuel dos Santos, Luís Valente de Oliveira, Maria do Rosário Carneiro, Maria João Sande Lemos, Maria Machado, Raimundo Narciso, Rebecca Abecassis, Teresa Almeida Garrett e Vasco Lourenço.

Muito obrigado também a Ana Assis Pacheco, Ana Malta, António Marujo, Alice Vieira, Álvaro Domingues, Cláudia Lobo, Dirce Moreno, Eduardo Jorge Madureira, Francisca Martinho, Inês Rapazote, Jacinto Lucas Pires, João Pombeiro, Luís Gouveia Monteiro, Manuel Fernandes de Sá, Manuel Sá, Maria Antónia de Almeida Santos, Maria João Cruz, Maria João São Marcos, Miguel Carvalho, Pedro Marques Gomes, Pedro Pascoal de Melo, Rosarinho Assis Pacheco, Rosa Ruela, Teresa Schmidt, Tiago Príncipe e Vítor Seixas.

# ÍNDICE

- 09 **CAPÍTULO 1**  
**ANTES DE 1969**
- 11 **CAPÍTULO 2**  
**MEU FOGO POSTO**
- 27 **CAPÍTULO 3**  
**QUANTO VALE A VIDA DE UM HOMEM?**
- 47 **CAPÍTULO 4**  
**OS SÓ CARNEIROS E OS SÁ CARNEIROS**
- 65 **CAPÍTULO 5**  
**A NOSSA SITUAÇÃO INALTERADA**
- 87 **CAPÍTULO 6**  
**UMA AMPLA FORÇA DE CENTRO**
- 101 **CAPÍTULO 7**  
**NÃO VAI HAVER ARCA DE NOÉ DESTA VEZ**
- 121 **CAPÍTULO 8**  
**SÁ CARNEIRO RETORNADO**
- 131 **CAPÍTULO 9**  
**ASTRO CHEGOU A TRÓIA**



## CAPÍTULO 1

# ANTES DE 1969

Quando o menino Francisco nasceu no Porto no verão de 1934, Portugal era já governado pelo ditador António Oliveira Salazar. A família de Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro tinha uma situação financeira confortável e regia-se por tradições católicas. Viviam numa grande casa na Rua da Picaria, no centro do Porto. O pai, José Gualberto, fora aluno de Salazar e era um advogado conceituado. Um tio tinha sido ministro de Salazar. O curso de Direito mantinha-se como escolha seguida na família, em várias gerações.

O menino cresceu, sempre com dores provocadas por um problema nas costas, e quis ser advogado. Ao terminar Direito em Lisboa, Francisco voltou para o Porto, onde começou a trabalhar como advogado. Ao mesmo tempo participava na *Revista dos Tribunais*, uma publicação relevante da área jurídica, que pertencia à família. Pouco depois, Francisco casou-se com Isabel Maria Ferreira Nunes de Matos. Juntos, tiveram cinco filhos.

Como advogado, Francisco ganhou fama no Porto. Como católico, foi marcado pelo amigo Frei Bento Domingues e

pelo contacto próximo com o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que esteve exilado durante dez anos.

As eleições presidenciais de 1958 ficaram na História pela campanha do general Humberto Delgado, que ousou desafiar Salazar. Logo a seguir, D. António escreveu uma longa carta ao Presidente do Conselho. A carta acabaria por ser tornada pública. E entre várias críticas construtivas e corajosas, lá estavam estas perguntas retóricas: «O problema enorme, histórico e decisivo é este: pode ou não pode o católico ter dimensão política? Deve ou não deve o católico ter dimensão política?». Para o ditador, a resposta era simples e o exílio do bispo só terminou depois da saída de Salazar do poder.

Francisco Sá Carneiro esteve entre os ativistas católicos que apoiaram D. António durante o exílio. E participou numa campanha pelo regresso do bispo do Porto, quando Salazar foi substituído por Marcello Caetano, que fora professor de Francisco na Faculdade de Direito de Lisboa. Chegado o verão de 1969, era altura de repetir a pergunta do bispo do Porto. Pode ou não pode o católico ter dimensão política?

## CAPÍTULO 2

# MEU FOGO POSTO

Nesse verão, a Humanidade deixou pela primeira vez pegadas na Lua e soou a sineta metálica de um portão, no centro do Porto. Em Portugal vivia-se em 1969 sob uma ditadura de inspiração fascista, com recordes de analfabetismo, presos políticos e tortura. Mas vinham aí umas eleições especiais. E houve um antes e um depois daquele verão para o advogado e ativista católico Francisco Lumbrales Sá Carneiro. O jogo político passaria a ser central, a partir do momento em que entrasse naquela casa, perto da Rua de Faria Guimarães. Com aquele gesto, estava a aceitar ser deputado na Assembleia Nacional encenada pela ditadura, seguindo o exemplo do pai. Mas num contexto histórico muito diferente. Quando fez soar a sineta daquele portão, Francisco ainda estaria a tempo de desistir. Tinha cinco filhos, era um advogado de sucesso, fazia parte de uma família influente. Nada teria a ganhar com aquela decisão, ao contrário dos elefantes residentes no Jardim Zoológico de Lisboa, que recolhiam escudos e tostões com a tromba, antes de dar música a uma sineta de metal como a daquele portão.

Em Lisboa, a Ponte Salazar fora inaugurada três anos antes. Com missa celebrada pelo cardeal Cerejeira, junto ao monumento do Cristo Rei. Vista do ar, Lisboa passara a poder ser confundida com o Rio de Janeiro ou com São Francisco, agora que tinha esta nova ligação rodoviária entre a capital e a margem Sul do Tejo. Já Salazar mantinha-se vivo, no Palácio de São Bento, embora a nação contasse agora com um novo ditador. Pouco antes da saída de cena, talvez Salazar tenha batido com a cabeça no chão ao cair de uma cadeira de lona. Ou talvez a dita cadeira se tenha partido, provocando a queda do ditador naquele dia de veraneio, no Estoril. O facto é que o Presidente do Conselho ficou incapacitado para a política e deixou de chefiar o governo. Antes, saiu do forte de Santo António da Barra para ser confiado à medicina. Ao circular a notícia da hospitalização, Lisboa recebeu a visita de jornalistas de muitos países, que cercaram o hospital onde estava internado. Era claro o interesse internacional no próximo relatório clínico, por dele depender o futuro imediato do país. E não era para menos, sobretudo a partir do momento em que se percebeu que o cérebro do regime passaria mesmo a ser outro. O que iria mudar em Portugal e no império colonial português, com a exoneração daquele ditador que parecera eterno? Quatro anos depois, o escritor José Cardoso Pires colaria a Salazar o cognome Dinossauro Excelentíssimo, no livro homónimo que começa assim: «De facto, não há muito tempo existiu no Reino do Mexilhão um imperador que na ânsia de purificar as palavras acabou por ficar entrevado com a paralisia da mentira.» Até morrer, quase dois anos depois do episódio da cadeira de lona, Salazar foi mantido na ilusão de que continuava a presidir ao Conselho de Ministros, numa ficção encenada por figuras próximas.

Para o resto do país, a realidade era outra. Uma nova cara do regime foi indicada pelo Presidente da República, Américo Thomaz, ficando a chefia do governo confiada a Marcelo Caetano. O professor de Direito tinha prestígio, era um antigo delfim de Salazar e podia ser considerado progressista, dentro do espectro político do regime. No discurso de tomada de posse como novo Presidente do Conselho, a 26 de setembro de 1968, Caetano apresentou-se no Palácio da Assembleia Nacional como uma solução de continuidade do salazarismo, embora esclarecendo que o seu governo aplicaria as reformas necessárias. Mas com o pretexto da «situação de emergência» causada pelas três frentes de guerra mantidas para defender as chamadas províncias ultramarinas de Angola, Guiné e Moçambique, o novo líder avisou que não se poderia «afrouxar a vigilância na retaguarda», sendo preciso «continuar a pedir sacrifícios a todos, inclusivamente de algumas liberdades que se gostaria de ver restauradas». Além disso, havia uma linha vermelha nas liberdades, num contexto de Guerra Fria: «Não quero ver os portugueses divididos entre si como inimigos. Gostaria que se fosse generalizando um espírito de convivência em que a recíproca tolerância de ideias desfizesse ódios e malquerenças. Mas todos sabemos, por dolorosa experiência alheia, que se essa tolerância se estender à difusão do comunismo, estaremos cavando a sepultura da liberdade dos indivíduos e da própria nação.»

## **O MEU PAÍS NESTE MOMENTO**

**O**novo ditador fora professor de Sá Carneiro na Faculdade de Direito, em Lisboa. Nesse verão de 1969, Caetano viria a ser surpreendido ao reencontrar as palavras daquele

antigo aluno, num contexto muito diferente. Meses antes desse verão em que os EUA ultrapassaram a União Soviética na corrida até à Lua, o ano foi acumulando acontecimentos marcantes em Portugal e no chamado Ultramar português.

Os guerrilheiros que combatiam as tropas portuguesas eram referidos como fraticidas, bandoleiros, terroristas ou inimigos do povo, nos jornais da metrópole visados pela censura. A 3 de fevereiro o movimento independentista Frente de Libertação de Moçambique perdeu Eduardo Mondlane. O líder da Frelimo tinha estudado na Universidade de Lisboa, entre outras universidades. E morreu ao desembulhar um pacote com um livro, que explodiu. O atentado aconteceu em Dar es Salaam, na Tanzânia, com possível envolvimento da polícia política portuguesa.

Nos EUA, a revista *Newsweek* noticiou o atentado, descrevendo-o como um ato do regime português. A seguir, a mesma revista publicou uma carta enviada pelo embaixador português em Washington. «Repudiamos, magoados, este vosso exemplo de jornalismo irresponsável e desleal. Os senhores tinham tanto direito a formular tal presunção, como nós teríamos se sugeríssemos que o assassinio podia ter sido obra dos editores da *Newsweek*, para assim conseguirem um pretexto para insultar Portugal.»

Em Portugal, a terra tremeu no último dia de fevereiro e houve pânico em vários pontos do território continental. O terramoto atingiu os 7,9 graus na escala de Richter e teve epicentro a perto de 200 quilómetros do sudoeste de Sagres. Uns dias antes, o país parara para ver a cantora Simone de Oliveira ganhar o Grande Prémio TV da Canção Portuguesa, como era chamado o festival da canção da RTP. A canção *Desfolhada* tinha música de Nuno Nazareth Fernandes e letra

de José Carlos Ary dos Santos. Tratava-se de uma melodia triunfal, onde o acompanhamento da orquestra era abafado pela voz de Simone de Oliveira, a quase gritar os versos em direto a partir do Teatro São Luiz, em Lisboa.

Eram palavras de ordem atiradas ao vento, através da televisão. Os censores do regime tinham deixado passar estas frases iniciais: «Corpo de linho / lábios de mosto / meu corpo lindo / meu fogo posto. / Eira de milho / luar de Agosto / quem faz um filho / fá-lo por gosto». Viria aí uma primeira marcelista, ajudando o país a renascer depois do longo inverno salazarista? Ver e ouvir uma mulher a cantar sobre fazer um filho por gosto vibrava de força libertadora, embora pouca correspondência encontrasse na sexualidade tolerada a uma mulher portuguesa exemplar.

A pílula contracetiva feminina já tinha sido inventada e começara por ser aprovada como medicamento nove anos antes, nos EUA. Mas em Portugal esperava-se ainda de uma noiva que chegasse virgem ao casamento, ao contrário do que era expectável de um futuro chefe de família. Nesse mesmo ano, a chamada emancipação feminina seria alvo de gozo na peça de teatro de revista *Os Direitos da Mulher*, levada a palco no Teatro Variedades, em Lisboa.

A máxima «Deus, Pátria e Família» resumia o esquema de vida promovido há décadas pelo regime, embora o próprio Salazar nunca tivesse constituído uma família clássica. O divórcio era quase impossível e uma mulher casada só podia viajar para fora do país com autorização do marido. Mas mais do que questões ligadas aos direitos das mulheres, o potencial subversivo de *Desfolhada* espalhava-se por outros versos da canção, onde palavras como «madrugada» e «vermelho» se misturavam com «o meu país / neste momento».

Nesse momento, o país tinha 30 jornais diários. A letra da canção andou de mão em mão, por exemplo no papel de jornal do *Diário de Lisboa*, saído para as bancas e para as mãos dos ardinas na tarde do dia seguinte. No espaço de crítica de televisão do *Lisboa*, Mário Castrim comparou o penteado da cantora aos gorros moscovitas. E defendeu que se tratava de um poema adulto, a pedir para ser cantado por uma multidão de vozes. Para Castrim, esta semente daria uma grande seara.

A televisão era já uma grande seara, apesar de existirem menos de 400 mil televisores em Portugal. A RTP pertencia ao Estado e era o único canal, mas em momentos importantes agrupavam-se pessoas à frente de um aparelho, onde o houvesse. O poder crescente da televisão era claro e Marcello Caetano sabia dar-lhe uso. Pouco depois de subir ao poder, passou a falar olhos nos olhos com a população, quando lhe parecia pertinente. Na televisão, assumia um ar didático e paternal, em monólogos gravados a que se chamava *Conversa em Família*.

Caetano fora reitor da Universidade de Lisboa, demitindo-se em 1962 no contexto da proibição do Dia do Estudante, que envolveu espancamentos policiais. Disponibilizava-se agora para dar aquelas aulas especiais a todo o país, através da televisão. Mostrava-se mais acessível do que o anterior ditador e fugia ao estilo distante e frio a que a população se habituara. A 21 de maio viajou até ao Porto. E teve o chamado banho de multidão, aparecendo a sorrir nas fotografias. Só que, ao contrário do que parecem mostrar essas imagens do Porto, a vida política de Caetano ganhava dificuldade poucos dias depois da vitória de Simone de Oliveira no festival da canção da RTP. Marcello Caetano enfrentava agora um pri-

meiro grande teste político, com uma nova crise académica a abalar o regime, desta vez de forma profunda.

## UM GRITO EM UNÍSSONO

Entre a manhã de 17 de abril e o outono daquele ano, Coimbra foi uma das grandes preocupações para o regime. Sete dias antes de 17 de abril, Caetano falhara já em Lisboa a inauguração do edifício da Biblioteca Nacional. O novo ditador haveria de estar ausente também da inauguração do edifício das Matemáticas, em Coimbra. Caetano estava em plena viagem oficial pelas chamadas províncias ultramarinas, onde o regime empenhava uma parte importante do Orçamento de Estado, para se aguentar numa guerra desgastante.

Salazar nunca chegou a ir a África, apesar de se ter eternizado no poder. Mas por estar em África, Caetano perdeu a hipótese de participar no momento crítico da tal inauguração em Coimbra, quando o presidente da Associação Académica, Alberto Martins, pediu a palavra para falar, em nome dos estudantes. Nessa manhã, Américo Thomaz recusou dar a palavra ao representante dos estudantes. A comitiva oficial acabou por sair do edifício à pressa, debaixo de insultos e apalhões, sendo obrigada a ouvir as palavras de ordem de centenas de estudantes.

Rebentou uma crise académica que duraria meses. Coimbra chegou a ficar em estado de sítio, com diferentes forças da ordem destacadas para as ruas da cidade. A Universidade foi cercada por jipes com arame farpado à frente e alguns estudantes respondiam com táticas de guerrilha urbana, embora sem armas. Houve luto académico, greve às aulas e aos exames, manifestações e violência policial, centenas de estu-

dantes detidos, flores oferecidas nas ruas. E palavras de ordem soltas ao vento, em balões libertados nos céus de Coimbra. Nessa altura, Manuel Alegre já tinha partido de Coimbra para o exílio. Mas deixara versos que eram cantados, por exemplo, por Adriano Correia de Oliveira, na *Trova do Vento que Passa*, gravada pela primeira vez em 1963: «Mesmo na noite mais triste / em tempo de servidão / há sempre alguém que resiste / há sempre alguém que diz não.»

Enquanto durou a revolta estudantil, as janelas das casas dos estudantes e das repúblicas abriam-se todos os dias a uma hora diferente, para que se ouvisse um grito em unísono: «Liberdade! Autonomia!». Houve também dezenas de estudantes expulsos da Universidade, o que no caso de muitos universitários do sexo masculino significava serem enviados para o serviço militar obrigatório. Com grande probabilidade de acabarem metidos num navio como o Niassa, a caminho da guerra.

Para quem acreditasse nas boas intenções de Caetano, a forma como foi gerido o epílogo da crise académica era uma demonstração da suposta suavização dos métodos do regime. Esse epílogo só aconteceria no início de 1970, com a mudança de ministro da Educação Nacional e do reitor da Universidade de Coimbra a poderem ser vistas como cedências governamentais. Saíra de cena o antigo ministro de Salazar José Hermano Saraiva, assumira a pasta José Veiga Simão. O reitor António Jorge Andrade de Gouveia fora também substituído. O novo reitor era José de Gouveia Monteiro, um crítico do regime que conseguiu uma amnistia para os estudantes e o regresso à Universidade de muitos dos que estavam a cumprir o serviço militar. Mas isso seria daí por uns meses.

Por enquanto, a chegada de Caetano ao poder permitira dois regressos muito importantes. Logo em novembro de 1968, o opositor político Mário Soares tinha voltado da província ultramarina de São Tomé e Príncipe, sendo posto fim ao degredo a que fora votado por Salazar. Antes da deportação para São Tomé, o líder oposicionista e antigo membro do Partido Comunista Português (PCP) fora preso por motivos políticos várias vezes e casara-se por procuração com a atriz Maria Barroso, quando estava preso na cadeia do Aljube, junto à Sé de Lisboa. O advogado representara a família do general Humberto Delgado, assassinado pela PIDE em Espanha, e fora preso em Caxias antes de ser deportado, sob a acusação de dar «informações falsas e difamatórias à imprensa internacional, suscetíveis de prejudicar o bom nome de Portugal», por ter sido contactado por um jornalista britânico que denunciou no *Sunday Telegraph* o escândalo sexual e judicial Ballet Rose, que tinha personalidades do regime entre os protagonistas. Apesar do fim do degredo de Soares, sobre esse regresso ao país não se podia escrever nos jornais.

Já em julho de 1969 terminaria o exílio do bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, que estava há dez anos impedido de regressar a Portugal, depois de ter escrito a Salazar a famosa carta que acabou por ser tornada pública. Ter o bispo do Porto de volta era uma vitória para muitos ativistas católicos e em particular para Sá Carneiro. Podia haver razões para ter esperança, perante estes sinais de abertura dados pelo regime. Mas Portugal caminharia mesmo para uma democracia? E, se sim, essa mudança poderia começar numas eleições para a Assembleia Nacional que deveriam acontecer naquele ano de 1969? Para a oposição, as futuras eleições encaminhavam-se para ser mais uma farsa do regime, acusavam a Ação

Socialista Portuguesa de Mário Soares e o Partido Comunista Português na clandestinidade, liderado a partir do exílio por Álvaro Cunhal.

Continuavam a ser proibidos os partidos, acumulavam-se presos políticos nas prisões do regime, mantinha-se a censura aos jornais, aos livros, às peças de teatro, à televisão e à rádio. Neste clima, tornou-se épica a chegada da equipa de futebol da Académica de Coimbra à Final da Taça de Portugal, a 22 de junho de 1969. Em Coimbra vivia-se ainda em pleno a revolta e o luto académico. E Américo Thomaz optou por fugir à tradição, faltando desta vez à final da Taça. Ficou assim vazia a tribuna de honra do Estádio Nacional, perto de Lisboa, um edifício fetiche para o regime. Evitava-se nova humilhação para Thomaz. Mas aconteceu nas bancadas o maior comício político de sempre contra a ditadura.

Já sobre a relva, a Académica acabou por perder o jogo no prolongamento, com um golo de Eusébio da Silva Ferreira a valer o troféu ao Benfica. A parte futebolística do assunto nada interessava a Sá Carneiro, que era mais apreciador de ténis. Mas aquele verão ficaria marcado como o ano zero no currículo político do advogado e ativista católico do Porto.

## A REUNIÃO SECRETA

**P**orto, verão de 1969. Na Rua Pedro Dias 139, o portão da Casa de Campo Lindo tinha uma chave antiga, daquelas grandes e pesadas. Quem viesse sem chave deveria assinalar a chegada à casa dos Almeida Garrett, fazendo soar uma sineta de puxar a partir do exterior. Nessa altura, caberia à criada ou à cozinheira caminhar até ao portão para acolher quem estivesse ali a dar uso à sineta.

A família Almeida Garret tinha ligações ao regime construído à volta de Salazar. Dos cinco filhos da família, Teresa Almeida Garrett era a rapariga mais velha. Estudava no liceu, estava a caminho dos 16 anos. E à noite podia sair, desde que acompanhada pelo irmão João, que por volta da meia-noite queria regressar a casa. A chave do portão era partilhada por Teresa e João. Era comum algum dos amigos mais velhos de Teresa dar boleia ao irmão da amiga até à Casa de Campo Lindo, para que a chave do portão voltasse a poder seguir viagem para lá da meia-noite.

Isso acontecia à noite. Naquele momento ainda era de dia e devia ser fim de semana, porque a presença de Teresa fora pedida pelos pais com antecedência. Naquele dia de verão, a sineta do portão iria tocar e o homem esperado seria recebido ao portão pelo proprietário. Tendo em conta o acontecimento, as duas criadas estavam dispensadas. Além do dono da casa e da filha mais velha, mais ninguém se deveria cruzar com Sá Carneiro.

O programa das festas daquela tarde incluía uma reunião a dois, num salão de cerimónia da casa, que a família nunca usava. À entrada para esse salão havia arcos de pedra no exterior, além de estátuas. O proprietário era o advogado e professor universitário João Ruiz de Almeida Garrett, que a herdara dos pais. E continuava a ter o jardim cuidado pelo mesmo jardineiro que ali trabalhara para os avós de Teresa. Além de advogado e de professor universitário, o pai de Teresa era Presidente da Comissão Distrital do Porto da União Nacional, o partido único que existia para servir o regime.

Vinha de longe a ligação entre a família Sá Carneiro e a família Almeida Garrett. «O pai de Francisco Sá Carneiro era um grande amigo dos meus avós, frequentava a casa.

A minha avó era espanhola, muito diferente das senhoras do Porto. Era artista plástica, pintava. Mas era conservadora, claro.» Agora, seria a vez de Francisco chegar à Casa de Campo Lindo, para uma reunião política. «Era a meio da tarde e eu tinha que servir os *whiskies* ou um chá. Havia um passeio muito grande até ao portão e o meu pai foi até ao portão, num grande secretismo. E trouxe um senhor pequenino. A minha mãe não apareceu, não apareceu ninguém. A minha mãe deu-me um sinal de dentro de casa, para eu ir servir. Lá servi o *whisky* e regressei para dentro de casa.»

Naquela tarde de verão, terá acontecido a primeira negociação entre Almeida Garrett e Sá Carneiro, para a organização da lista da União Nacional pelo círculo eleitoral do Porto. Antes, as negociações tinham envolvido outras reuniões e contactos entre diferentes protagonistas, num esforço que terá partido do Presidente da Comissão Executiva da União Nacional José Guilherme Melo e Castro, em ligação direta com o ditador Marcello Caetano.

O objetivo seria renovar a Assembleia, com deputados mais novos e que pudessem representar uma mudança dentro do regime. Quem fosse eleito teria um mandato de deputado para cumprir até 1973, com temporadas anuais de quatro meses de sessões parlamentares. Esta seria mais uma fase de renovação do regime após a saída de Salazar do poder, depois de Caetano ter começado por substituir alguns responsáveis políticos no governo, nos governos civis e no partido único.

A lista de dez candidatos da União Nacional pelo círculo do Porto haveria de incluir os nomes de quatro candidatos independentes, que não pertenciam ao partido único: Francisco Lumbrals Sá Carneiro, Joaquim Macedo, Joaquim

Pinto Machado e José da Silva. No Porto, era esta a proporção de candidatos não inscritos no partido único do regime, num contexto em que a lista que vencesse num determinado círculo eleitoral teria a eleição de todos os seus candidatos, ficando as outras listas sem deputados eleitos. Além disso, as eleições estavam longe de poder ser livres e justas, sendo expectável a vitória de qualquer lista apresentada pela União Nacional, fosse no Porto ou em quaisquer outros círculos eleitorais. Ou seja, o mais provável seria a oposição não conseguir eleger deputados, caso fosse a votos desta vez.

Além destes quatro futuros deputados pelo círculo do Porto, Melo e Castro conseguiu que outros candidatos independentes também aceitassem integrar as listas do partido único, com destaque para Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Pinto Leite. Mas houve também quem fosse convidado e recusasse, como Mário Soares e Artur Santos Silva filho e António de Almeida Santos, todos ligados à oposição.

Para Sá Carneiro, faria sentido integrar uma lista do regime naquele momento, para desmontar a ditadura a partir de dentro. No verão de 1969, a União Nacional tinha um programa político de «democratização a curto prazo», como Sá Carneiro explicaria em 1971, numa famosa entrevista dada a Jaime Gama, para o jornal *República*.

## **MISÉRIA E FOME**

**A**s eleições viriam a acontecer nos anos da mãe de Teresa Almeida Garrett, a 26 de outubro de 1969. Antes da campanha, Caetano falou na RTP sobre a importância daquela votação. Na *Conversa em Família* daquela noite esclareceu o que estaria em causa, numa espécie de aula lida que

durou quinze minutos e onde falou numa progressiva autonomia das províncias ultramarinas. Chegou a citar o escritor Eça de Queirós, dizendo estar preparado para ouvir durante a campanha toda a espécie de críticas «e oxalá houvesse algumas aproveitáveis». Caetano disse que o país sabia como ele não tinha desejado o governo, nem tinha interesse pessoal em manter-se no poder, ressalvando estar convicto de ter correspondido aos «interesses profundos do povo português», ao longo do primeiro ano de governação.

Segundo Caetano, a importância destas eleições passava pelo facto de os futuros 130 deputados terem o poder de rever a Constituição, fazendo também parte do colégio eleitoral que haveria de eleger o Presidente da República. Além disso, havia também um lado simbólico nesta ida às urnas. Estas eleições poderiam emprestar uma aparência de legitimidade democrática às políticas do governo, num momento em que o regime sofria um isolamento internacional crescente, à medida que em África se prolongava a guerra. «Está convencionalizado que a genuína linguagem democrática é a dos votos. Resta pois, tirar agora a prova real do sufrágio. Quero que este seja livremente expresso, em termos de não deixar dúvidas a ninguém. É preciso que, cá dentro e lá fora, fique bem claro se o povo português é pelo abandono do Ultramar. Ou se está com o governo, na sua política de progressivo desenvolvimento e crescente autonomia das províncias ultramarinas». Qual seria a alternativa para Portugal? «A turbulência revolucionária, de que não se pode esperar mais do que violência, despotismo, confusão e, afinal, miséria e fome.»

## RÁPIDA E EFETIVA TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA

Poucos dias depois daquela comunicação televisiva de Caetano ao país, o nome do antigo aluno Sá Carneiro passou a ser sinónimo de embaraço público para o ditador. Nessa impertinência tinha a companhia de Joaquim Macedo, Joaquim Pinto Machado e José da Silva, os outros três candidatos independentes incluídos na lista da União Nacional, pelo círculo do Porto.

A 28 de setembro de 1969 foi publicado na imprensa um comunicado dos quatro futuros deputados, que viria a chocar Caetano. Na última página do *Diário de Lisboa* era dado destaque ao comunicado, com este título: «A existência da oposição é indispensável e inerente a uma sã vida política – afirmam quatro candidatos da U.N. do Porto». O texto fora escrito com cuidado e tocava em vários pontos sensíveis para o regime, embora evitasse o tabu das guerras que o regime enfrentava em África. Os quatro signatários consideraram necessário esclarecer que «neste momento, a sua intervenção livre e independente é compatível com a apresentação da sua candidatura pela União Nacional, uma vez que os dirigentes atuais desse organismo lhes merecem a qualificação de homens de boa vontade e já apontaram publicamente a instauração de um regime de tipo europeu ocidental como meta final da sua atividade política. Nesta orientação, creem que é possível realizar as transformações e reformas de que o país urgentemente carece na linha política do atual chefe do governo, necessariamente sujeita à fiscalização crítica da Assembleia Nacional. Neste ponto divergem das oposições, cuja existência e livre expressão encaram como indispensáveis e inerentes a uma vida política sã e normal.» Se até aqui

o comunicado dos quatro candidatos já era desagradável para o regime, estaria reservada para as últimas linhas a parte com maior potencial de perigo para a chamada Situação: «Esta intervenção dos signatários desligada de quaisquer compromissos, que ninguém, aliás, lhes solicitou, orientar-se-á, pois, essencialmente no sentido da rápida e efetiva transformação política, social e económica do país. Consideram essencial para a realização de tal transformação assegurar o exercício efetivo dos direitos e liberdades fundamentais consignados na Constituição e na Declaração Universal dos Direitos do Homem».

A publicação deste comunicado abriu um contencioso entre Sá Carneiro e Caetano. O candidato fora «incluído por equívoco» na lista da União Nacional, por serem desconhecidas as «reservas com que condicionara a inclusão», como Caetano contou mais tarde numa carta enviada a Francisco Pinto Balsemão.

Logo na altura, o antigo professor mostrou que se sentia traído. Sá Carneiro defendeu-se, explicando que a divulgação daquela declaração tinha sido aceite por Melo e Castro, como condição para aqueles quatro candidatos independentes entrarem para a lista da União Nacional. Em resposta ao desagrado de Caetano, Sá Carneiro disponibilizou-se a desistir da candidatura. Mas já era tarde demais. O país caminhava para umas eleições que estavam a ser apresentadas como decisivas. O regime dispensava esse escândalo.

No Porto, permaneceram na lista da União Nacional os quatro candidatos que tinham assinado o comunicado. Durante a campanha, Sá Carneiro discursou pela primeira vez num comício político.

## CAPÍTULO 3

# QUANTO VALE A VIDA DE UM HOMEM?

Dias antes de Francisco Sá Carneiro ter discursado pela primeira vez num comício político, os leitores do jornal *A Capital* viram o *Zé Povinho*, com ar confuso, a ler um jornal. Aquele anti-herói popular fora criado em 1875 por Rafael Bordallo Pinheiro, um dos maiores cronistas visuais da portugalidade. Assumia as dores da generalidade da população portuguesa, a viver à margem das elites. Naquele *cartoon* político, o *Zé* estava sem saber bem o que fazer com palavras inesperadas como «eleições», «democratas» ou «oposição». Via-as agora impressas em papel de jornal, em panfletos e em cartazes espalhados pelas paredes do país. Já se desabitudara daquele ambiente tão movimentado. E temia que aquilo lhe viesse a provocar dores de cabeça.

Um mês antes das eleições portuguesas, a referência a este *Zé Povinho* baralhado serviu de ponto de partida para um artigo escrito pela jornalista norte-americana Marvine Howe, para as páginas do *The New York Times*. Aquele artigo da correspondente do jornal em Portugal estava longe de ser um texto humorístico. Mas dava uma boa ideia de como a farsa eleitoral se ensaiava, a partir de Lisboa.

Sob o título «Os portugueses experimentam um bocadinho de liberdade numas eleições», a jornalista conta que a nova cara do regime português iria permitir pela primeira vez o voto a todas as mulheres recenseadas. Aliás, a todas não. O voto estava proibido às pessoas analfabetas, talvez para evitar que em África houvesse uma grande ida às urnas, contra o regime. Também os portugueses emigrados estavam impedidos de votar.

Como escreve Marvine Howe, avizinhavam-se dificuldades para a oposição durante a campanha. A perseguição política somava-se à barreira comunicacional da censura, mesmo que se sentisse agora uma ligeira folga na voracidade dos censores. O próprio momento do voto acabaria por ser tudo menos secreto. Cabia a cada lista de candidatos imprimir e distribuir os respetivos boletins de voto, tornando-se assim muito fácil distinguir em quem cada pessoa votava. Graças a essa particularidade, era óbvio o clima de intimidação, sobretudo para quem fosse funcionário público.

Para a oposição, a campanha eleitoral só poderia começar na data oficial, no sábado seguinte. Já Caetano andava em campanha permanente desde que assumira o poder, um ano antes. Numa dessas ocasiões, uma senhora terá comentado: «Este Salazar ao menos ri-se para a gente». Fosse ou não verdade, estava bem contado. E a mudança de estilo era evidente.

O novo ditador desdobrava-se em viagens pelo país e empenhava-se em aparições televisivas. Mas a televisão era um território valioso, que a oposição não deveria pisar. Marvine Howe cita as explicações dadas pelo diretor da RTP, Ramiro Valadão, para o facto de se ter decidido não fazer debates televisivos entre candidatos: «Não há partidos políticos em Portugal. Por isso, quem sou eu para decidir a que candidatos

dar tempo? A única solução justa é não dar tempo a ninguém, nem à União Nacional nem aos candidatos da oposição».

Ninguém esperava um processo eleitoral livre e justo. Aquelas eleições pareceriam mesmo estranhas, por serem tão distantes do quotidiano vivido por muitos dos leitores do *The New York Times*. Em Portugal, a campanha acontecia espartilhada pelo regime. As autoridades reservavam o direito de recusar candidatos. E fizeram-no. Era até difícil aos opositores organizar passos logísticos tão básicos como alugar uma sede de campanha, imprimir panfletos que circulassem de mão em mão ou ter auditórios e outros espaços ao longo do país, para organizar comícios. Nos jornais chamava-se a um comício «sessão» ou «sessão de propaganda eleitoral». Sendo o comício em causa organizado pela União Nacional, evitava-se escrever a palavra propaganda. Fosse nos comícios do partido único ou nos comícios das listas opositoras, era comum a presença do hino e da bandeira nacional.

Houve episódios de violência física contra membros da oposição e contra sedes de campanha. Apesar de uma relativa permissividade durante a campanha, o regime impediu a divulgação de uma parte das ideias dos candidatos oposicionistas. Os jornais, as rádios e a televisão funcionavam sob censura prévia e também sob pressão económica do regime. Mesmo assim, aquele mês antes da ida às urnas significou uma mudança passageira que bem podia espantar qualquer *Zé Povinho*, estivesse ou não entre a minoria que se recenseara e que tencionava votar. Havia mesmo muita coisa a acontecer todos os dias. Um dos acontecimentos era a profusão de certas palavras, que fora daquele período excecional seriam alvo de censura.

## DESTRUIR A MANEIRA DE SER PORTUGUESA

O advogado oposicionista Mário Soares candidatou-se à Assembleia Nacional pelo círculo eleitoral de Lisboa, na lista da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, a CEUD. Em 1964, Soares fora um dos fundadores da Ação Socialista Portuguesa (ASP), criada em Genebra. Em dezembro de 1968, a ASP tinha emitido um comunicado, acompanhado de 400 assinaturas, entre elas a de Soares. Nesse comunicado, aqueles cidadãos apresentavam-se como socialistas democráticos, rejeitando o «socialismo totalitário» ligado ao Bloco de Leste. Poucos dias depois da divulgação dessa demarcação política de uma parte da oposição, Soares foi alvo de insultos no Coliseu do Porto, durante uma comemoração do 31 de janeiro de 1891, a primeira tentativa de revolta republicana contra a monarquia portuguesa.

O líder daquela parte da oposição que se declarara não comunista recebia assim os rótulos de «fascista» e de «colaboracionista», vindos de algures da plateia. Apesar dos insultos, Soares discursou no Coliseu do Porto, sublinhando a importância das eleições que se avizinhavam. «O governo já começou a sua campanha eleitoral, com a nomeação de governadores civis e o anúncio de uma "primavera política" que não tem, infelizmente florido ou dado quaisquer liberdades palpáveis», disse. «Mas se as eleições forem sérias, a oposição – no pluralismo das suas diversas tendências – saberá encontrar uma plataforma comum e unida, sem dispersão de votos, ganha-las-á! Mas que ninguém conte connosco para comparsas em farsas eleitorais ou para avalizar mistificações que iludam a vontade popular. Não faremos negociações secretas. Não compraremos a nossa entrada na Assembleia

Nacional à custa de discriminações aviltantes que como democratas repudiamos.»

A oposição acabou por concorrer dividida entre diferentes listas. O artigo de Marvine Howe publicava-se agora acompanhado das fotografias de dois políticos portugueses, apresentados como os dois protagonistas destas eleições. Postos lado a lado, e do mesmo tamanho no papel do *The New York Times*, lá estavam Caetano e Soares.

Ao demarcar-se da oposição portuguesa comunista, Soares ganhava força como a grande figura oposicionista apresentável aos olhos de uma parte da imprensa internacional. Apoiado por esse estatuto, queria ter acesso à televisão durante a campanha. Escreveu uma carta aberta a Melo e Castro, elogiando-o por pertencer «ao número escasso dos membros da UN que não só admite o diálogo, entre adversários políticos, como o considera até salutar para o país». Nessa carta, Soares desafiou Melo e Castro para um debate em direto na RTP, sugerindo que estivesse presente também um representante da lista monárquica. E também um representante da CDE (Comissão Democrática Eleitoral), próxima do Partido Comunista Português, que lutava contra o regime há décadas, na clandestinidade. Esse debate na RTP acabaria por nunca acontecer. Mas um dos assuntos do eventual debate já estava anunciado na carta aberta assinada por Soares: «A CEUD e a União Nacional têm polemicado a propósito do magno problema ultramarino, com evidente proveito para o esclarecimento do eleitorado».

Mesmo que se desconhecesse o peso real do aparelho de guerra no Orçamento de Estado, a questão das colónias interessava de forma direta a muitas famílias, com familiares a viver ou a combater em África. Manter o controlo sobre

as chamadas províncias ultramarinas era uma das bandeiras eleitorais do regime, como era claro em panfletos mandados imprimir pela União Nacional. Onde se lia por exemplo que «seria imperdoável traição destruir a maneira de ser portuguesa, que é pluricontinental e plurirracial». Noutra panfleto, lá estava o perigo do comunismo, ligado ao eventual fim do império colonial português: «Não queremos entregar Portugal nem ao comunismo de Moscovo ou Pequim nem aos terroristas que mataram os nossos irmãos pretos e brancos de Angola.» Fora dos panfletos, repete-se uma palavra de ordem muito gritada desde o início da guerra colonial: «Angola é nossa». A guerra em África era uma preocupação transversal na sociedade portuguesa e a lista oposicionista CDE falava diretamente às mães portuguesas, num panfleto de propaganda eleitoral: «Mulher: o teu filho tem de ser um homem livre».

## PESSOAS DE INDISCUTÍVEL HONORABILIDADE

No Porto, Teresa Almeida Garrett tinha agora 16 anos e não podia ainda votar. Mas distribuía panfletos da União Nacional, a bordo de um carro de onde ia saindo também propaganda política de uma das listas oposicionistas. O pai de Teresa fazia parte da lista da UN no Porto, tal como Sá Carneiro. Sim, tinham sido eles os protagonistas daquela reunião secreta.

Agora, a filha mais velha do deputado Almeida Garrett anda a distribuir panfletos do partido do regime, a bordo de um Morris Mini, conduzido por um amigo mais velho. Além de conduzir o Mini, o condutor distribui panfletos da lista oposicionista CDE. O condutor chama-se Rui Bacelar e é fi-

Iho de um dos candidatos da CDE pelo círculo eleitoral do Porto, Armando Bacelar. O advogado de Famalicão já fora detido várias vezes, tinha sido membro do PCP e advogado de Álvaro Cunhal. Para Teresa, o pai do amigo era um es-querdófilo tradicional do Porto. «Nessa altura, dizíamos que um tipo à esquerda era um esquerdófilo. Foi em casa deles que ouvi pela primeira vez com estranheza o Jorge Peixinho, música contemporânea que em minha casa não havia.»

Em Portugal, existia proximidade entre alguns familiares de candidatos da «Situação» e alguns familiares de candida-tos do «Revirinho». Em muitos casos havia amizade entre os próprios candidatos, agora adversários em campanha eleito-ral. Antes das eleições, o restaurante Primavera do Jerónimo, no Bairro Alto, em Lisboa, foi palco de um encontro à mesa entre amigos e amigas. Toda a gente mostrava caras sorridentes, a pousar para um fotógrafo ambulante. E mesmo no centro da fotografia lá está um manguito encenado entre amigos, que representavam agora candidaturas opostas. De um lado, erguia um braço o advogado e ativista católico José Pedro Pinto Leite. Tal como Sá Carneiro, Pinto Leite fora aluno de Caetano em Direito e era agora candidato indepen-dente na lista da UN, mas pelo círculo de Lisboa. Do outro lado, levantava um braço o intelectual João Bénard da Costa, em rutura com o catolicismo, depois do choque de ter visto imagens do Papa Paulo VI em Fátima, em 1967, com Sala-zar. Era agora o responsável pelo novo setor de cinema do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian. E candidatava-se à Assembleia pela lista oposicionista CDE, em Lisboa. Além de serem amigos, Pinto Leite e Bénard da Costa estavam unidos através da revista *O Tempo e o Modo*, de que Bénard tinha sido um dos fundadores e onde Pinto Leite

escrevia. Também tinham estado juntos em atividades políticas anteriores, como o grupo Resistência Cristã, em que participaram com o escritor Nuno Bragança.

Já no Porto, a elite cultural e política tinha laços sociais, mesmo em casos em que não havia qualquer afinidade política. Armando Bacelar era o pai do rapaz que conduzia o tal Mini de onde saíram panfletos de listas opostas, do regime e da oposição, e deu conta dessa familiaridade entre opositores políticos de circunstância na rubrica *Diário de um Candidato*, que por esses dias assinava no jornal *Diário de Lisboa*. Escreveu sobre Sá Carneiro e sobre os outros três candidatos independentes, presentes na lista da UN pelo Porto. E começou por elogiá-los. Para Bacelar, aqueles quatro candidatos eram «pessoas de indiscutível honorabilidade pessoal, retidão de intenções e seriedade de propósitos». Mas conseguiriam mesmo lutar na Assembleia pela evolução do regime em sentido democrático? «A esperança será a de uma abertura que leve a governação do Doutor Marcello Caetano a uma cada vez maior desvinculação do salazarismo e a uma deslocação do seu centro de gravidade». Bacelar considerava que essa esperança seria ilusória.

## A VIDA CUSTA A TODOS

No mesmo jornal em que escrevia agora Bacelar, a rubrica *Manhã no Mercado* era publicada com o pseudónimo «Dona de Casa», dedicando-se aos preços de carnes, peixes, legumes, frutas e criação viva, incluindo galinhas, coelhos e borrachos. Mesmo ali no centro de Lisboa, o Mercado de Campo de Ourique servia de amostra do país, a pretexto da evolução do valor do quilo do chicharro, da groupa ou do

feijão verde. Quem nos transporta para aquela praça vizinha da Igreja de Santo Condestável vai relatando conversas avulsas, preparando-se para contar um episódio de vida que lembra o fado de Artur Ribeiro *A Rosinha dos Limões*, popularizado por exemplo por Max e por Francisco José.

Antes de falar sobre a vida de uma rapariga como a Rosinha dos Limões, a «Dona de Casa» faz-nos ouvir um avião que passa sobre o bairro de Campo de Ourique, abafando palavras de resignação.

«A voz do mercado foi absorvida:

– A vida custa a todos.»

Ali, sobre um expositor de legumes, vê-se uma bebé de oito dias. A menina está num caixotinho de madeira, não tem preço e é filha de uma rapariga que vende limões. Um bebé recém-nascido entre os legumes? «Deixa-o aqui. Tem de o deixar em qualquer lado. Precisa de ganhar a vida». E que vida seria essa, terá perguntado «Dona de Casa»? «Ah, coitada, tem 14 ou 15 anos. Veio para cá em pequenina vender alhos».

Uma mãe adolescente que leva para o trabalho a filha de oito dias? Esta história justificaria uma referência aos números muito altos da taxa de mortalidade infantil no país, ou seja, ao número de crianças que morria em Portugal antes de viver o dia do primeiro aniversário. Mas numa imprensa sob censura, esse tema ficava apenas implícito.

## NÃO TENHAM PACIÊNCIA

**M**ais do que o preço do limão ou o custo do borracho vivo, a urgência de uma mudança de regime foi o tema fundamental para os candidatos da oposição, durante a campanha. No Porto, na lista apresentada pela CEUD, a

escritora e poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen era a única mulher. O marido da candidata chamava-se Francisco Sousa Tavares, era também candidato pela CEUD e ainda no ano anterior estivera preso em Caxias, por motivos políticos. Sophia e Francisco estavam unidos na resistência ao regime. E Sophia referira-se ao ditador Salazar como «o velho abutre», num poema publicado em *Livro Sexto*, em 1962: «O velho abutre é sábio e alisa as suas penas / A podridão lhe agrada e seus discursos / Têm o dom de tornar as almas mais pequenas».

O dom da candidata para as palavras divergia muito das penas do «velho abutre». Fora a autora do poema *Cantata da Paz*, divulgado no primeiro dia do ano de 1969, numa vigília pela paz em Lisboa, na igreja de São Domingos. Aquele tinha sido um momento inaugural para muitos católicos progressistas portugueses, numa tomada de posição forte contra a continuidade da guerra nas colónias e contra o próprio colonialismo português. A partir desse momento, a canção tornar-se-ia um hino para a oposição. Só o refrão era todo um programa político a favor da indignação: «Vemos, ouvimos e lemos / Não podemos ignorar».

Sophia ouviu uma salva de palmas quando se preparava para discursar como candidata em Matosinhos, no Teatro Constantino Nery. Nas palavras da escritora, o importante seria «tentar conseguir já aquilo que possa ser conseguido já», não fazendo sentido trabalhar apenas para uma política do futuro. «Porque os doentes que vão morrer por falta de tratamento não podem esperar mais. Porque os que vivem nos bairros de lata, e os que emigram por falta de trabalho, e os que vão morrer e matar em África não podem esperar mais. Porque as crianças que vão ser submetidas a um ensi-

no absurdo não podem esperar mais. Porque os estudantes a quem é negado o direito à palavra não podem esperar mais. Porque os que ganham salários injustos e os que são perseguidos não podem esperar mais. É por isso que pedimos ao povo português que se inscreva para votar e que use desta arma pacífica que é o voto. E é por isso que reclamamos eleições livres para que o povo português volte a ter confiança no sistema eleitoral.» Neste discurso em Matosinhos, a candidata exigiu leis que garantissem a liberdade de informação, a liberdade sindical, o direito à greve e a liberdade política a todos os partidos, incluindo ao Partido Comunista Português. Sobre a área cultural, defendeu que em Portugal «a única arte que tem sobrevivido é a poesia, porque a poesia é a única arte que sobrevive nos países ocupados». Estas citações da candidata foram publicadas assim no *Diário de Lisboa* do dia seguinte. E poderão ter tido força suficiente para agitar os hábitos de leitura do nosso *Zé Povinho*, sob risco de dor de cabeça. Mas o que Sophia também disse em Matosinhos foi ainda mais forte. É que nem tudo passou no crivo dos censores, apesar de esta campanha eleitoral estar a ser vivida como um tempo de exceção. No jornal impresso foram omitidas palavras como «presos», sempre que possível evitadas pelo regime. Os leitores do *Diário de Lisboa* também não puderam ler a parte mais desinquietante do discurso: «Aos pobres de Portugal é costume dizer "Tenham paciência". Mas na verdade devemos dizer: "Não tenham paciência". Devemos pedir ao povo português que procure o caminho de uma "impaciência pacífica". Que se exprime e combate sem violência mas com teimosia e firmeza.»

Quem criticava o regime era adepto da subversão? Não para a poetisa, que demonstrou como a palavra «subversão»

está prenha de subjetividade: «Para mim, um regime que há perto de cinquenta anos subverte os valores de justiça, liberdade e cultura em que acredito é um regime subversivo».

### REJEITO AS DITADURAS

Para a União Nacional, tanto a propaganda como a eleição estavam facilitadas. Mas a participação de Sá Carneiro durante a campanha foi reduzida. É que apesar de ser um candidato apresentado pelo partido único, aquele futuro deputado já se tornara incómodo para o próprio regime, pela forma como se tinha apresentado através do famoso comunicado publicado nos jornais.

Tal como Sophia, foi também em Matosinhos que Sá Carneiro discursou sobre o que era urgente pôr em prática. Num comício da União Nacional, defendeu como primordial «o restabelecimento dos direitos e liberdades fundamentais na maior medida possível». Para Sá Carneiro, estas eleições eram uma oportunidade histórica. Defendendo que ninguém teria o direito de se abster da política, lamentou que a maior parte dos portugueses não estivesse recenseada para votar. «Se nos demitimos da intervenção ativa, não passaremos de desportistas de bancada, ou melhor, de políticos de café. A intervenção ativa é a única possibilidade que temos de tentar passar do isolamento das nossas ideias e das teorias das nossas palavras à realidade da atuação prática, sem a qual as ideias definham e as palavras se tornam ocas.»

Segundo Sá Carneiro, aquela era uma oportunidade de transformar a ditadura numa democracia, dispensando revoluções. «Recuso-me a aceitar que sejamos assim, que o nosso povo tenha por natureza ficar eternamente sujeito ao pater-

nalismo de um homem, de um sistema ou de uma classe. Recuso-me a admitir que, ao contrário dos outros povos, não possamos ser capazes de conciliar a liberdade com a ordem, o progresso com a segurança, o desenvolvimento com a justiça. Recuso-me a conceber que a revolução seja a única forma de nos fazer sair do marasmo político, que a subversão seja o único meio de fazer vingar as reformas das nossas estruturas. Por isso rejeito as ditaduras, sejam elas de direita ou de esquerda, de uma ou de outra classe, bem como os caminhos que a elas conduzam.»

## **A PAZ OU A GUERRA CIVIL**

**N**a véspera do dia das eleições, Marcello Caetano discursou aos portugueses na RTP, criticando os movimentos oposicionistas e ligando-os a interesses internacionais que se opunham a Portugal. O líder da ditadura defendeu que a abstenção não podia ser um caminho respeitável e apelou ao voto nos candidatos das listas da União Nacional. «Não podemos continuar a viver alheados do drama da política contemporânea. A sociedade em que existimos está ameaçada pelo comunismo totalitário e pelo anarquismo. Não nos deixemos iludir pelas vozes melífluas dos inocentes úteis. Não nos deixemos seduzir pelas miragens de uma sociedade ideal onde ninguém tenha críticas a fazer e todos vivam felizes e contentes. O muro de Berlim lá está erguido a mostrar no que dão tais promessas de felicidade. As doutrinas desses movimentos, disfarçadas sob o rótulo da democracia, expandem-se no nosso meio, penetram de dia para dia nos círculos da juventude, ganham insidiosamente terreno. Para muitas pessoas, o que o governo tem a fazer é intensificar a

ação da polícia, endurecer a intervenção da censura, reprimir a todo o custo todas as atividades contrárias à ordem social. Claro que o governo não deixará de cumprir o seu dever nessa luta. Mas, pergunto: será conveniente deixar viver o comum das pessoas na ignorância do que se passa? A questão interessa ou não interessa a todos? Pode o governo sozinho doutrinar, impugnar, combater, enquanto os cidadãos interessados fazem pacatamente a sua vida e as suas digestões, não se dispensando de vez em quando de entrar no coro da propaganda adversária e acalentando-a até?» O que estaria então em causa no dia seguinte? «A revolução pode vir com pés de lã. Pode disfarçar-se em inocência pacífica. Pode insinuar-se como simpático processo democrático. Não se iludam os eleitores. Com o seu voto, decidirão a paz ou chamarão a guerra civil, a mais curto ou a mais largo prazo».

No dia marcado, uma minoria da população portuguesa foi votar. Apesar de estar muito debilitado, Salazar também exerceu o direito de voto, em Lisboa. Foi transportado de carro a partir do Palácio de São Bento até ao local de voto, na mesma freguesia. A RTP registou o momento em que a urna de voto foi transportada até Salazar, que parecia alheado e votou ali mesmo, sentado no banco traseiro daquele Cadillac.

O jogo eleitoral trouxe poucas surpresas. As listas da União Nacional venceram em todos os círculos eleitorais. O que terá surpreendido e preocupado o regime foi o resultado da CEUD de Mário Soares. Ficou muito abaixo dos votos conquistados pela CDE, que tinha ligações ao proscrito PCP, um partido que acumulava quilometragem em prisões políticas entre alguns dos seus apoiantes. Com vítimas de tortura e casos de mortes provocadas sob detenção.

A abstenção foi de mais de 40 por cento. E os eleitores recenseados eram já uma minoria da população de Portugal, províncias ultramarinas incluídas. O recenseamento foi feito por menos de 30 por cento dos possíveis eleitores. Além disso, muitos votos foram contabilizados de forma irregular a favor do partido do regime, caso contrário a abstenção e as votações nas listas oposicionistas teriam sido contabilizadas de forma ainda mais expressiva.

## **DURANTE QUATRO ANOS TERÃO DE ME ATURAR**

**F**rancisco Sá Carneiro foi eleito deputado. Os primeiros meses na Assembleia Nacional foram marcados pela afirmação da chamada Ala Liberal, o rótulo que haveria de se colar a um conjunto informal de deputados independentes, como Francisco Pinto Balsemão, Francisco Sá Carneiro, João Bosco Mota Amaral, João Pedro Miller Guerra, José Pedro Pinto Leite, Joaquim Magalhães Mota, Joaquim Pinto Machado, José da Silva e Raquel Ribeiro. Tinham chegado à Assembleia Nacional através da iniciativa de José Guilherme Melo e Castro e Marcello Caetano. E seriam protagonistas de momentos de crítica ao regime.

Sá Carneiro começou a passar uma parte da semana em Lisboa, como hóspede do Hotel Tivoli Jardim. No quarto de hotel, ensaiava os discursos. Na Assembleia Nacional, os lugares eram atribuídos aos deputados por ordem alfabética. Calhou a Francisco Sá Carneiro sentar-se ao lado de outro Francisco, o deputado independente Francisco Pinto Balsemão, que também tinha sido aluno de Caetano e era outro novato naquele jogo. Entre os deputados independentes, o líder natural começou por ser José Pedro Pinto Leite. Sim,

o ativista católico que antes das eleições fizera um manguito sorridente para a objetiva do fotógrafo, na tasca Primavera do Jerónimo, no Bairro Alto, em conjunto com o amigo e candidato da CDE João Bénard da Costa.

O advogado José Pedro Pinto Leite tinha oito filhos e era próximo do antigo professor Marcello Caetano. Mas logo na primeira intervenção na Assembleia, a poucos dias do Natal de 1969, mostrou-se capaz de quebrar um tabu da política do governo, a propósito da votação da lei de autorização de receitas e despesas para 1970. Um dos pontos sensíveis daquele Orçamento de Estado era a «prioridade das despesas respeitantes à defesa do território nacional», num contexto de guerra em África. E a partir do momento em que Pinto Leite começou a falar sobre esse assunto, vários deputados foram pedindo licença para o interromper, com comentários contrários ao discurso.

Resistindo às interrupções e respondendo aos comentários sempre de forma construtiva, Pinto Leite chegou à parte do discurso que ficaria para a História. «Contesto a defesa económica da guerra. Contesto as vantagens que ela nos possa trazer ou tenha trazido ao desenvolvimento verdadeiro e global da economia portuguesa. Certamente que os soldos dos militares são postos a circular, que se criam novos empregos pela necessidade de novas construções militares, que se desenvolvem indústrias destinadas a abastecer com produtos alimentares, vestuário, munições, etc., as forças militares. Mas onde está o carácter reprodutivo de uma grande parte das despesas militares? Qual a riqueza que cria a granada que explode, a bala que mata, o material que se deteriora em campanha, o avião que se estatela no solo? Quanto vale a vida de um homem? Quem se atreve a contabilizar as vidas dos nos-

os irmãos que caem em combate, a falta que faz aos filhos, à mulher ou aos pais o pai, o marido ou o filho que rega com o seu sangue o úbere solo africano? Quanto valem as lágrimas dos que ficam? Os estudos interrompidos, as mutilações físicas, psicológicas e morais?»

A certo ponto, o orador foi interrompido pelo deputado Henrique Veiga de Macedo, que insinuou com uma pergunta retórica que Pinto Leite estaria do lado dos inimigos de Portugal. Ou que talvez preferisse o abandono dos territórios em disputa. Nessa altura, Sá Carneiro falou em defesa de Pinto Leite, com quem coincidira em Lisboa nos tempos da Faculdade de Direito.

Para concluir a primeira intervenção, Pinto Leite esclareceu: «Esta é a minha forma de colaborar com o governo e de interpretar a defesa dos interesses dos eleitores que represento. Se não gostarem, que me mandem embora. Mas durante quatro anos terão de me aturar.» Poucos dias depois desta intervenção bombástica, foi fundada em Portugal a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, que teria entre os fundadores e apoiantes o arquiteto Nuno Teotónio Pereira, a escritora Sophia de Mello Breyner e Frei Bento Domingues, amigo de Sá Carneiro.

## **O HELICÓPTERO DOS DEPUTADOS**

**A** 1 de julho de 1970, o Papa Paulo VI deu sete minutos aos líderes de três movimentos de libertação das colónias portuguesas. No Vaticano, foram recebidos em audiência Agostinho Neto, do angolano MPLA, Marcelino dos Santos, da moçambicana Frelimo, e Amílcar Cabral, do guineense e cabo-verdiano PAIGC.

Não houve fotografias, mas seria um golpe duro para o regime, por ser dada legitimidade política a quem combatia as forças portuguesas em África. Se o líder máximo da Igreja Católica os recebia, como seria possível continuar a chamá-los terroristas? Em Portugal, o regime mostrava pouca disposição para uma abertura a caminho da democracia. Também em julho, o líder oposicionista Mário Soares voltou para o exílio, passando a viver em França.

Em África, a guerra continuava. E naquele mês de verão, o líder informal da Ala Liberal visitou Cabo Verde e a Guiné. Pinto Leite partiu integrado numa comitiva de deputados da Assembleia Nacional. Na Guiné, viajaram de Bissau por via terrestre e aérea até outros pontos do território, onde o regime enfrentava a guerrilha independentista. Naquele momento, o PAIGC ainda não tinha meios de combate para ameaçar a partir do solo a aviação portuguesa. Na véspera do regresso a Bissau e a Lisboa, os deputados foram recebidos no setor de Farim, mesmo junto à fronteira com o Senegal.

Ali, a refeição servida aos deputados não terá incluído leitão, porque o capitão Vasco Lourenço ainda não tinha feito aquela descoberta gastronómica. Havia na companhia de caçadores um soldado condutor especialista na preparação de leitão à Bairrada. Essa passaria a ser a ementa para os convidados especiais, mas não naquele dia. Ali, o prato principal era mostrar como estava a Guiné.

Vasco Lourenço tinha pouco interesse em política e terá ouvido falar então pela primeira vez na chamada Ala Liberal, a propósito da visita dos deputados. «Recebi-os na minha companhia. Visitaram Cuntima, que era uma espécie de sala de visitas da Guiné, porque fizemos lá um reordenamento da população. Na política resultante da guerra colonial, ha-

via concentração de populações em algumas povoações. E ali concentraram-se populações de três ou quatro povoações. Tinha ali três régulos, na povoação de Cuntima. Era uma tabanca com 180 casas de adobe, cobertas de zinco. A minha companhia fez lá um desses aldeamentos. Dali, os deputados foram pernoitar noutra companhia, de helicóptero. No dia seguinte, quando regressavam a Bissau, apanhou-os uma tempestade e o helicóptero caiu.» Caiu como? «Está mais do que provado que foi um acidente. A Guiné tinha tempestades terríveis, muito repentinas.» A hipótese de não ter sido acidente é levantada em *O Sonho Desfeito – Quanto Vale a Vida de um Homem?*, livro escrito por Vasco Pinto Leite, irmão do primeiro líder informal da Ala Liberal. O certo é que viajavam oito deputados em três helicópteros, que seguiam juntos de Teixeira Pinto para Bissau. E só um caiu a 25 de julho, no rio Mansôa. Primeiro, esse helicóptero foi dado como desaparecido e o caso teve logo atenção na imprensa em Portugal, mesmo sob censura. Na primeira página do *Diário de Lisboa* publicou-se um comunicado do Governo da Província da Guiné. O governador era o general António de Spínola e o comunicado terminava com uma frase que talvez tenha trazido esperança a algumas pessoas: «Prosseguem intensas buscas para localizar o aparelho». Mas ninguém sobreviveu. Além do piloto Francisco Lopes Manso e do capitão de Cavalaria José Carvalho de Andrade, iam a bordo os deputados José Pedro Pinto Leite, James Pinto Bull, Leonardo Coimbra e Vicente de Abreu.

Não houve muito espaço para esta notícia. Logo a 27 de julho de 1970 morreu Salazar. O protocolo de luto abafou o resto da atualidade. Na Assembleia Nacional tinham terminado os trabalhos da primeira sessão legislativa. Quando co-

meçou a segunda sessão legislativa já em novembro, Sá Carneiro fez o elogio fúnebre do deputado e amigo José Pedro Pinto Leite. Com a morte, aos 38 anos, do líder natural da chamada Ala Liberal, Sá Carneiro aproveitou a homenagem ao amigo para lamentar o insucesso do pluralismo político anunciado pela União Nacional antes das eleições. «Por certo que convidantes e convidados tinham ideias não coincidentes sobre o modo e o fim da sua atividade política; nada mais natural, portanto, que no jogo indulgente das boas vontades permanecesse a opinião dos anfitriões». Pinto Leite tinha morrido após quatro meses como deputado, sem conseguir concretizar a promessa de que teriam de o aturar durante quatro anos. Era preciso «sair do acabrunhamento da sua perda irreparável, para o esforço da atividade política intensa a que nos chama o seu lugar vago», disse Sá Carneiro. Pinto Leite morrera, mas a Ala Liberal iria continuar a marcar a política portuguesa. Com um novo líder informal.

## CAPÍTULO 4

# OS SÓ CARNEIROS E OS SÁ CARNEIROS

Salazar tinha morrido há meses em Lisboa. Pelo menos no essencial, o regime continuava à imagem do seu principal criador. África permanecia um tema de conversa explosivo, capaz de acionar todos os alarmes do regime. Sempre que possível, era melhor evitar a palavra «guerra». Mas fora esse tabu, em Portugal a censura oficial continuava a dar alguns sinais de descompressão, por exemplo em relação ao teatro e ao cinema.

No jornal *Diário Popular*, a 2 de novembro de 1970, são anunciadas as próximas sessões de *Pimenta na Língua*. Esta peça de teatro de revista apresenta-se como um «éxito triunfal». E está em cena no Parque Mayer, no Teatro Maria Victória. Ali perto, o novo líder informal da Ala Liberal Francisco Sá Carneiro escreve projetos de lei e treina discursos para um gravador, num quarto do Hotel Tivoli Jardim. No palco do Maria Victória, Caetano é um chefe de cozinha de hotel, interpretado pelo ator José Viana. É claro que no *Hotel Portugal* a comida nunca mais estará pronta. Há cada vez mais comensais à espera. E quem dá a cara junto às mesas está já

sem saber o que dizer. Perante as adversidades, um funcionário do Portugal pede então orientação ao líder da cozinha:

– Tenho medo de não poder atender a todos. Ó chefe, o que é que eu faço?

– Sorria. Às vezes, é melhor um simpático sorriso do que um cozido à portuguesa, por melhor que seja. O que é preciso é que eles trabalhem. E que tenham confiança em mim, que sou o chefe.

– Estão a ouvir, não é verdade? O que é preciso é trabalhar. Tratem de preparar esta comida toda.

– É verdade, se tiverem falta de tachos, digam.

Dizer em palco a palavra «corrupção» é que não, mas numa cozinha podem sempre fazer falta mais tachos. Apesar dos sorrisos de Caetano, desde os primeiros tempos de marcelismo que o regime mantinha viva a preocupação com as palavras. Essa quase obsessão governamental atingia todas as áreas da vida. No país, uma palavra podia esconder outra. O partido único deixou de se chamar União Nacional, passando a ser a Acção Nacional Popular. Mesmo a lembrar o nome do movimento político Acção Socialista Portuguesa, criado seis anos antes na Suíça, por socialistas como Mário Soares. A purificação do vocabulário passou também pelo nome da polícia política, a PIDE. Deixou de ser a Polícia Internacional de Defesa do Estado para assumir o nome oficial de Direcção-Geral de Segurança, a DGS.

## DE LUTO POR HITLER

O método de rebatizar instituições do regime já fora usado em pleno salazarismo. Na Constituição de 1951, as colónias ganharam a designação oficial de «províncias ultramarinas» e o império foi promovido a «Ultramar português».

Anos antes, na fase final da Segunda Guerra Mundial, dava para adivinhar a derrota das forças nazis lideradas pelo ditador alemão Adolf Hitler. Em Portugal, o Secretariado de Propaganda Nacional passou em 1944 a ter um nome mais inócuo: Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, mais conhecido como SNI.

Na primavera seguinte, a Alemanha encontrava-se arrasada. Hitler estava cercado e suicidou-se num *bunker*, em Berlim. Portugal mantinha-se oficialmente fora da guerra, mas o regime de Salazar respondeu à morte do líder nazi com oito dias de luto nacional. Nessa altura, desde o verão anterior que Caetano já não era o comissário nacional da Mocidade Portuguesa, uma organização juvenil estatal, militarista e de inspiração fascista, com raízes na Juventude Hitleriana. Marcello Caetano passara a ser ministro das Colónias, cargo que manteve até 1947.

## PROPAGANDA À DEMOCRACIA

O luto do salazarismo pela morte de Hitler acontecera 25 anos antes, quando Francisco Sá Carneiro ainda não tinha feito onze anos. Já no final de 1970, o regime português continuava a optar pelo uso da força, sempre que houvesse suspeitas de resistência entre a população. E os direitos dos

presos políticos foram tema de várias intervenções críticas de Sá Carneiro e de outros deputados da Ala Liberal. Sempre debaixo de interrupções e de apartes de deputados indignados, que defendiam a necessidade de o regime manter os métodos repressivos, sem olhar ao respeito pelos direitos humanos.

Quem soubesse ou falasse demais continuava a correr o risco de acabar nas mãos da polícia política portuguesa, que também espalhava desconfiança e informadores fora do país, por exemplo entre a comunidade emigrada em França.

O que o regime não conseguia controlar era a propaganda à democracia que acontecia de forma espontânea, quando os emigrantes voltavam nas férias. A maioria da comunidade emigrante não estava politizada, apesar da presença, sobretudo em Paris, de exilados e de intelectuais opositores, como os cantautores José Mário Branco, Sérgio Godinho ou Luís Cília. Muitos emigrantes portugueses passaram por uma via sacra de miséria, por exemplo no bairro de lata parisiense de Champigny-sur-Marne. Mas as condições de vida de grande parte da população eram muito melhores em países como França ou Alemanha Ocidental, quando comparadas com o atraso económico e social em que Portugal se arrastava.

A emigração promovia a curiosidade pela democracia e a vontade de uma vida com mais dinheiro e mais oferta cultural, mais formação, mais liberdade para discutir diferentes pontos de vista. Mas mesmo tendo em conta que grande parte da emigração era feita de forma clandestina, as autoridades portuguesas bem podiam criticar publicamente, mas toleravam o fenómeno como um mal necessário. Uma grande parte da mão-de-obra portuguesa evaporara-se sobretudo para países europeus, na década anterior. E à motivação económi-

ca juntava-se em muitos casos a pouca vontade de cumprir quatro anos de serviço militar obrigatório, num contexto de guerra em África. A partida de tantas pessoas em idade de trabalhar seria um problema para a paz social em Portugal. Mas era óbvio que as finanças do país precisavam muito daquelas remessas de divisas. Ou seja, eram preciosas as transferências em moedas mais fortes do que o escudo. Os emigrantes iam enviando dinheiro para sustentar familiares e como forma de poupança para um futuro regresso à terra de origem. Pelo caminho, o país ficava com francos, com marcos e com outras divisas, essenciais para fazer face à necessidade de pagar produtos importados.

## **ERA DE NOITE E LEVARAM**

**P**ara defender o regime contra a subversão, a agora DGS usava os métodos praticados antes pela PIDE, como a prisão, a tortura, as escutas telefónicas ou a abertura de correspondência. Além disso, tinha uma rede de informadores, que além de servir para obter informações era também um sistema de manutenção do medo, para garantir a autoridade. Desde a chegada à Assembleia, a forma como eram tratados os presos políticos foi um assunto incómodo, levantado por Sá Carneiro e por outros deputados da Ala Liberal.

As paredes podiam ter ouvidos. E o disco mais recente do cantautor Zeca Afonso incluía uma canção com letra do poeta Luís Pignatelli. Com versos que apontavam para as prisões políticas, num país amordaçado: «Era de noite e levaram / Quem nesta cama dormia / Nela dormia / Sua boca amordaçaram / Com panos de seda fria».

## A COMPOSIÇÃO

A menina do Mercado de Campo de Ourique estaria agora a dar os primeiros passos. Sim, na altura da campanha para as eleições de outubro de 1969, a bebé da mãe adolescente que vendia limões tinha oito dias. Agora, a menina estaria com mais de um ano, no caso de ter ultrapassado a barreira estatística da mortalidade infantil.

No país, as esperanças iniciais no marcelismo estão a ter poucos resultados. E uma parte da população desespera por melhoras, tanto na economia como nas liberdades. Numa sala de aula no Porto, um professor vê o regime com antipatia e insiste em dizer muitas vezes «portanto». Os alunos de treze anos vão contando com que frequência é dita essa palavra, ao longo de cada aula. Um dia, o professor pediu aos alunos para escreverem uma composição. Portanto, o tema era a liberdade de imprensa. E fazia parte da turma um dos filhos de um certo deputado da Ala Liberal, que estava a deixar o regime em alerta. O professor leu a redação e avaliou-a com a nota máxima.

O autor da redação que recebera vinte valores era um dos filhos de Sá Carneiro. E acabara assim a composição: «É por isso que lá em Lisboa, na Assembleia Nacional, dizem que há o grupo dos Só Carneiros e o grupo dos Sá Carneiros.» O rapaz escreveu isso porque era o que ouvia lá por casa, no Porto. Nem tinha consciência de estar a afrontar o rebanho do regime, através de uma composição.

A criadora da expressão «Só Carneiros» terá sido a poeta Natália Correia, segundo conta o jornalista Fernando Dacosta no livro *O Botequim da Liberdade*. Mais importante do que a autoria é neste caso o desenlace. Aquela nota máxima resul-

tou na visita à escola de dois agentes da polícia política, que estiveram no gabinete do reitor, com o professor e o aluno. Ao contrário do que acontecia a muitos funcionários públicos, o episódio terá sido desvalorizado e o professor continuou a dar aulas na mesma escola.

Em Lisboa, já era óbvio o papel da Ala Liberal, liderada de forma informal por Sá Carneiro. Fazia-se a oposição possível. Mas todas as iniciativas legislativas importantes deste grupo de deputados acabavam sempre bloqueadas, por ação do governo e debaixo da animosidade do rebanho de deputados maioritário, sempre em defesa da imutabilidade do regime.

Aos fins de semana, Sá Carneiro costumava ficar no Porto. Aos sábados, os rapazes do país fardavam-se. Em vez de aulas, tinham as atividades obrigatórias da Mocidade Portuguesa. Para as meninas, o regime criara em 1937 a Mocidade Portuguesa Feminina. No final de 1970, o futuro parecia-se cada vez mais com o passado, em particular para os homens e mulheres que tivessem tido Marcello Caetano como professor na Faculdade de Direito de Lisboa.

Caetano tinha ajudado a escrever a Constituição de 1933, que dera enquadramento legal ao regime de inspiração fascista do Estado Novo. Nas aulas, mostrara-se crítico da democracia. Promoveria agora a democratização? Fosse por convicção ou por pressões dos chamados ultras do regime, as esperanças iniciais trazidas pelo marcelismo esfumaram-se. Com Marcelo a chefiar o *Hotel Portugal*, a democracia nunca mais chegaria à mesa.

**CAIU COMO UMA BOMBA**

No início de dezembro de 1970, Caetano apresentou na Assembleia uma proposta de alteração constitucional, preparada pelo governo. Nessa altura, Sá Carneiro e o também deputado da Ala Liberal João Bosco Mota Amaral prepararam um projeto alternativo, para a revisão da Constituição. «Aí é que se apuram as ideias de reforma política que tinham os deputados liberais», conta agora Mota Amaral. O processo de escrita aconteceu em vários sítios, incluindo o hotel onde Sá Carneiro ficava, a casa de Miller Guerra e a Assembleia. «Eu tinha um gabinete, porque era secretário da mesa na primeira sessão legislativa. Depois abandonei. Aqui-lo era uma prisão, estava ali espetado na mesa».

Mota Amaral fora aluno de Marcello Caetano em Direito. A seguir, estagiara também no escritório de Caetano. E fora convidado a candidatar-se a deputado pelo círculo eleitoral de Ponta Delgada, na ilha açoriana de São Miguel. Antes, Mota Amaral tinha demonstrado apoio ao novo Presidente do Conselho. «Publiquei uma série de artigos sobre a primavera marcelista. Eram artigos entusiásticos, havia esperança de que pudesse haver uma mudança. E quando ele foi para o poder, escrevi-lhe uma carta. Dizia que na minha perspectiva era preciso haver uma modificação de hábitos políticos e uma abertura do regime, numa linha democratizante. Foi com essa expectativa que aceitei a candidatura».

Quando a Ala Liberal apresentou uma proposta de revisão constitucional alternativa, as eleições tinham acontecido há pouco mais de um ano. Ao longo desses meses, foram crescendo as tensões entre o governo e estes deputados independentes. Este terá sido o momento em que a rutura se

tornou clara. «Essa nossa proposta caiu como uma bomba. Está assinada por quinze deputados e por aí se vê quais são os deputados que estavam sintonizados com as preocupações de democratização do regime. Marcello Caetano levou muito a mal, ficou muito zangado com a nossa iniciativa, escreveu cartas furibundas, uma delas a mim, a desancar-me. E depois lá arranjaram um trinta e um, para que o projecto nem sequer fosse votado na especialidade. Depois disso, nós não participámos na discussão, saímos da sala e pintámos a manta.»

## HÁ MILHÕES DE PORTUGUESES QUE VIVEM MAL

A manta estava a ficar cada vez mais curta para muitas famílias portuguesas. «Este parte, aquele parte / e todos, todos se vão / Galiza ficas sem homens / que possam cortar teu pão». Casavam bem com o contexto atual português, estes versos da poetisa galega Rosalia de Castro. Muitos votavam com os pés, ao trocar o país pela emigração. Em português, com a voz de Adriano Correia de Oliveira e viola de Rui Pato, este cantar de emigração parecia descrever a atualidade.

Por essa altura e a pretexto de ter sido eleito pelo círculo da Guarda, em fevereiro de 1971, o deputado da Ala Liberal Francisco Pinto Balsemão levantou o tema da desertificação do interior do país, onde as condições de vida eram muito piores do que em Lisboa. «Na acolhedora quietude desta sala, nem sempre nos recordamos de que por esse país fora – metrópole, ilhas e Ultramar – há milhões de portugueses que vivem mal. Sem água ou sem luz, sem estrada ou sem telefone, sem médico ou sem esgoto, esses nossos compatriotas tentam sobreviver». Perante as dificuldades, segundo Bal-

semão, esta é a reação da população do centro do país: «As pessoas emigram ou resignam-se, mas, em qualquer caso, demonstram dos modos mais diversos a sua insatisfação».

### OS VASOS DE FLORES DA SENHORA

Aos 17 anos, Balsemão entrara para o curso de Direito. No primeiro ano, Caetano fora o professor mais brilhante que lhe calhara em sorte. Mais tarde, o chamado «General Sem Medo» desafiou a ditadura ao candidatar-se às eleições presidenciais de 1958, anunciando que obviamente demitiria Salazar caso fosse eleito Presidente da República. Nessa altura, Balsemão estava em Direito e foi em Lisboa a um comício de apoio a Delgado, no Liceu Camões, como conta no livro *Memórias – Francisco Pinto Balsemão*. Mal conseguiu entrar, por haver tanta gente. Também apareceu a polícia, que carregou. E ficou para a História a presença da Guarda Nacional Republicana a cavalo, de espadas desembainhadas. No livro de memórias, Balsemão recorda a «resposta pronta e eficaz de uma senhora, já de uma certa idade, que, da janela do seu 1.º andar, numa das ruas vizinhas, tirava calmamente os seus vasos de flores do parapeito e, com pontaria certa, os deixava cair na cabeça dos agentes da autoridade».

O *Diário Popular* pertencia à família. Balsemão trabalhou no jornal, onde privou com a censura e chegou a ser chamado à PIDE. Quando foi convidado para se candidatar nas eleições de 1969, o antigo aluno de Caetano continuava a trabalhar no *Diário Popular*. Foi sondado primeiro pelo amigo José Pedro Pinto Leite, com quem tinha jogado muito à bola no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa. Encontrou-se depois com José Guilherme Melo e Castro, da União Nacional. Teve

ainda uma longa conversa com o antigo professor e agora ditador, que era pai de uma amiga de Balsemão.

## **UM ESPIÃO NA ALA LIBERAL**

**D**e depois das eleições, conheceu Sá Carneiro já em São Bento. Tinham ouvido falar um do outro, durante a campanha. Balsemão coincidira em Direito com Ricardo Sá Carneiro, o irmão dois anos mais novo do agora deputado Francisco Sá Carneiro.

Na Assembleia, tornaram-se colegas de carteira, conta Balsemão. «Ainda por cima, na arrumação da sala a nossa carteira estava separada da dos outros, por haver ali uma porta. Trabalhámos sempre muito bem em conjunto. Em alguns debates até tínhamos algumas coisas encenadas: agora entro eu, agora entra você.»

A proximidade entre os dois cresceu, em particular durante uma viagem oficial à província de Angola. «Viajámos muito tempo juntos, o que permitiu conversas e entrar nalguma intimidade, que até aí não tínhamos.» Fosse durante a anterior liderança informal de Pinto Leite como agora que Sá Carneiro assumira esse papel, o grupo de deputados que ficou conhecido como Ala Liberal não tinha uma agenda conjunta definida. E a partir de certo ponto foram percebendo que era melhor evitar reuniões porque parecia haver um espião na Ala Liberal. «Havia alguém que espiava e que dizia ao governo. Fomos tendo cada vez menos dúvidas. Mas não quero dizer nomes, porque não há provas.»

Além de ser um grupo informal, a Ala Liberal tinha agora um líder habituado a tomar iniciativas sozinho. «O Francisco trabalhava muito individualmente», conta Balsemão. «Às

vezes aparecia e dizia-me: "Tenho aqui uma proposta de lei. Quer ver? Eu vou entregar". Era um individualista, nesse aspeto. Mas entendemo-nos sempre muito bem com este método de trabalho. É claro que a lei da imprensa foi o grande cavalo de batalha. Não deu nada, mas deu para discutir muita coisa.»

### IRIA MAIS PARA UM PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA

A discussão já tinha atingido um ponto de não-retorno quando Sá Carneiro deu a tal entrevista a Jaime Gama, publicada em dezembro de 1971 no jornal *República*. Nas eleições de 1969, Gama fora candidato nas listas da CEUD, liderada por Mário Soares. Mas mais importante do que o entrevistador eram as palavras do líder da Ala Liberal. Sá Carneiro era agora retratado no *República* como protagonista, acompanhado por uma lista de iniciativas legislativas apresentadas e recusadas. E com uma breve descrição psicológica: «Ao mesmo tempo tímido e agressivo, hesitante e convicto, é um deputado que veste de maneira impecável. Em São Bento raramente é visto na agitação dos grupos. A sua posição é difícil. Sabe-o. Ali é um homem só.»

Perante a pergunta final sobre o que iria pensar Caetano se lesse aquela entrevista, Sá Carneiro respondeu com displicência: «Não faço a menor ideia». Ao longo da entrevista, ficaram esclarecidas as ideias políticas que defendia naquele contexto. «O poder político tem necessariamente de caminhar para uma intervenção cada vez maior no campo económico e social, a fim de fazer com que as pessoas participem todas elas nos bens da comunidade: bens de cultura, bens económicos. O acesso a todos esses bens é indispensável para

que a liberdade não fique, como no século XIX, limitada a um mero conceito, que na prática apenas favorecia uma burguesia que podia efetivamente dar-lhe conteúdo económico. Há, pois, que caminhar no sentido de soluções que, se não forem socialistas, serão muito próximo delas, soluções que em muitos setores serão necessariamente socializantes. Um socialismo que respeite a liberdade e a dignidade da pessoa humana e que seja, portanto, nesse aspeto, um socialismo perfeitamente consentâneo com o personalismo, parece-me indispensável no mundo de hoje. E no próprio esquema capitalista se vão hoje os governos aproximando cada vez mais de soluções socialistas ou socializantes.»

A propósito do percurso como católico progressista, o entrevistador pergunta se Sá Carneiro optaria por um partido democrata-cristão se Portugal fosse um país democrático. O deputado recusa essa hipótese, dando uma resposta que viria a ser muito citada: «Entendo que os partidos políticos – que considero absolutamente indispensáveis a uma vida política sã e normal – não carecem de ser confessionais, nem devem sê-lo. Daí que não me mostre nada favorável, nem inclinado, a filiar-me numa democracia cristã». E concluiu: «Se amanhã me pudesse enquadrar em qualquer partido, estou convencido de que, dentro dos quadros da Europa Ocidental, comumente aceites, iria mais para um partido social-democrata.»

## **OS PRESOS DO FORTE DE PENICHE**

**U**m mês depois da publicação da entrevista, a Assembleia foi palco de um debate aceso, a 15 de janeiro de 1972. Para Sá Carneiro, para Balsemão e para os deputados da Ala

Liberal em geral, entre os temas recorrentes estavam os direitos dos presos políticos e a atuação da PIDE, agora DGS. Os próprios deputados da Ala Liberal eram alvo de vigilância, com agentes a serem destacados por todo o país para observar o que diziam e como se comportavam em atos públicos, como conferências. E com violação da correspondência e escutas telefónicas feitas pela polícia política. Também o que iam dizendo na Assembleia Nacional era depois censurado nos diários das sessões. As entrevistas que davam eram cortadas, fosse em algumas passagens mais críticas ou mesmo na totalidade.

Com o objetivo de chamar a atenção para o problema dos presos políticos, alguns deputados como Sá Carneiro e Balsemão já tinham visitado as prisões de Caxias e de Peniche. «Era bastante condicionado, estava sempre alguém a assistir», conta Balsemão. «Os próprios presos tinham alguma dificuldade em dizer tudo aquilo que queriam dizer. Mas foi um sinal de que estávamos preocupados. Teve um significado político. Pode ter dado algum apoio às pessoas que estavam detidas e às respetivas famílias.»

O assunto gerava críticas internacionais. Naquele dia, na Assembleia, Sá Carneiro começou a expor o problema sem ser logo muito interrompido. Na expressão repetida na tal redação escolar, parecia que os Só Carneiros o iam deixar falar. «Tenho recebido, nos últimos tempos, numerosas queixas quanto à atuação da Direção-Geral de Segurança, tomado conhecimento de várias exposições sobre essa matéria e lido acusações que lhe são feitas publicamente. Os pontos mais graves referem-se a casos de prisões e buscas sem mandados e aos métodos de interrogatórios praticados, durante os quais se não admite a presença de advogado dos suspeitos

presos. Trata-se de matéria de extrema gravidade, que põe em causa os mais elementares direitos humanos.»

## **FAZ-SE À BOMBA**

**F**rancisco Sá Carneiro ainda conseguiu dizer que «investigação não é, não pode nunca ser, obtenção de confissões». E a coisa explodiu. Dois deputados começaram a demonstrar irritação em relação ao que estava a ser dito. Um dos deputados a sair em defesa da linha mais dura do regime foi Francisco de Moncada do Casal Ribeiro de Carvalho, que tinha perdido um filho na guerra, em Angola. O outro deputado que boicotou o discurso de Sá Carneiro foi o almirante e figura ligada às pescas Henrique Tenreiro.

O regime estava a ser confrontado com bombas instaladas por movimentos como a Ação Revolucionária Armada, a ARA. Sempre com o cuidado de não provocar vítimas, o objetivo deste braço armado do PCP era atacar o regime e em particular o aparelho militar ligado à guerra colonial. Acumulavam-se os atentados da ARA em Lisboa e em outros pontos de Portugal continental, feitos com grande eficiência e espetacularidade. Ainda em março do ano passado, um pequeno comando da ARA tinha conseguido fazer explodir, a meio da noite, 28 helicópteros e aviões militares, guardados num hangar dentro da base aérea de Tancos. Mais uma vez não houve vítimas, mas tratava-se de uma grande machadada na Força Aérea. Como fora possível que alguém entrasse naquele hangar militar tão importante? Havia uma chave que circulava entre os oficiais da base aérea. Com essa chave, quem queria ia lá a qualquer hora do dia e sobretudo da noite, para roubar combustível. Depois, esse combustível era usado

nos carros particulares dos oficiais, quando iam passear ao fim de semana.

Falar agora em presos políticos e na atuação das autoridades era tocar numa ferida sensível do regime, num contexto tão explosivo. Esta intervenção de Sá Carneiro seria um dos momentos épicos da atuação da Ala Liberal na Assembleia:

*Sá Carneiro* – Cabe às polícias velar pela segurança das pessoas, prevenir os crimes e permitir aos tribunais a sua punição: tarefa ingente e ingrata, cheia de dificuldades e plena de responsabilidades. A defesa da sociedade não pode fazer-se com desrespeito pelas pessoas.

*Casal Ribeiro* – Faz-se à bomba.

*Sá Carneiro* – Vossa Excelência disse alguma coisa, senhor deputado?

*Casal Ribeiro* – Disse, disse, em voz bem alta: faz-se à bomba!

*Henrique Tenreiro* – Vossa Excelência dá-me licença?

*Sá Carneiro* – Só um momento. É que há duas interrupções.

*Casal Ribeiro* – Eu, é só um comentário: só à bomba!

*Sá Carneiro* – Não, é uma interrupção...

*Casal Ribeiro* – Pois é. É um comentário: faz-se à bomba.

*Sá Carneiro* – Vossa Excelência diz que se faz à bomba a defesa da sociedade?

*Casal Ribeiro* – Não é bomba dos bombeiros, senhor doutor, é bomba daquelas de plástico que rebentam no cais dos barcos.

*Sá Carneiro* – Vossa Excelência entende que isso é defesa da sociedade?

*Henrique Tenreiro* – É, sim, senhor. É defesa da vida daqueles que não querem morrer.

Depois de muitas interrupções, o líder da Ala Liberal explicou o que achava das bombas:

*Sá Carneiro* – Vossa Excelência diz que se faz à bomba. Bom. Pela minha parte, entendo que a defesa da sociedade se faz até contra as bombas, venham elas de que lado vierem. Qualquer subversão, qualquer violência, venha da direita ou da esquerda ou de outro sítio, merece ser punida, merece ser reprimida. Simplesmente, as pessoas têm o direito a ser tratadas sempre como homens que nunca deixam de ser, seja qual for o crime de que são suspeitos e pelo qual venham a ser condenados. Homens de qualquer extrema têm sempre direito a ser tratados como homens.

Apesar das interrupções, Sá Carneiro lá conseguiu concluir o discurso. «Nos crimes contra a segurança do Estado as pessoas podem estar detidas sem culpa formada, sem serem ouvidas por um tribunal, e, na prática ilegal, sem a assistência de advogado, durante seis meses, ficando ainda sujeitas a aplicação de medida de segurança por igual período, a qual pode consistir no mero prolongamento da prisão, assim elevada até um ano. São prazos e situações que considero inadmissíveis, que urge modificar através da alteração da respetiva legislação. Mas, enquanto isso se não faz, é indispensável que a lei seja respeitada, para que não haja detenções nem buscas sem mandado, para que os interrogatórios dos suspeitos decorram sem violências morais nem físicas, para que se

não prolonguem por dias e noites a fio, em condições desumanas.»

Sem dizer a palavra, o deputado estava a falar em tortura. Francisco Sá Carneiro era cada vez mais *persona non grata* para o regime. Já tinha anunciado em entrevistas que não se recandidataria a um novo mandato como deputado. Mas até quando continuaria a falar desta forma dentro da Assembleia Nacional? E haveria vida política a seguir?

## CAPÍTULO 5

# A NOSSA SITUAÇÃO INALTERADA

A polícia política estava muito atenta à vida privada de alguns deputados da Ala Liberal. No verão de 1972 foi assinalada a presença de um Fiat com a matrícula PP-63-41, durante uma vigilância feita ao deputado Francisco Sá Carneiro pelos serviços secretos do regime, no Porto. Segundo documentos internos da DGS, houve ordem para que se procurasse saber «a identidade completa, comportamento moral e político e tudo o mais que for de interesse para estes serviços da pessoa que costuma conduzir a viatura». Feita a investigação, o agente destacado para essa tarefa desfez o mal-entendido, escrevendo um relatório detalhado. «A referida viatura de marca Volkswagen e não Fiat pertence realmente à firma Figueira Lda, sita na Rua das Taipas n.º 74 e não 79. Essa firma (um depósito de bananas) é constituída por três sócios e quatro empregados, todos eles encartados. Ora, conclui que a dita viatura é conduzida por todos estes, pois sempre que é necessário fazer qualquer distribuição, pega nela o funcionário que estiver mais disponível, chegando durante o dia a passar pelas mãos de todos.» Piorando o embaraço com

aquela perda de tempo e de dinheiro a correr atrás de distribuidores de bananas, o agente da DGS descobriu que entre os sócios da empresa havia um 1.º subchefe da PSP reformado. Era esse sócio quem mais vezes entregava bananas, ao volante do Volkswagen, que fora visto durante uma vigilância ao deputado mais destacado da Ala Liberal.

Por aqueles dias, Sá Carneiro teria consciência da probabilidade de estar a ser escutado. Ao telefone, escolhia cada expressão com pinças. Numa conversa telefónica escutada pela DGS em julho de 1972, Sá Carneiro conversa com o também deputado da Ala Liberal João Pedro Miller Guerra sobre as presidenciais que se avizinhavam e sobre a hipótese de a Ala Liberal apresentar um candidato próprio.

*Sá Carneiro* – Lembra-se de uma coisa que eu lhe disse ao almoço quando estive em sua casa?

*Miller Guerra* – Sim.

*Sá Carneiro* – Eu acho que isso era fundamental.

*Miller Guerra* – Eu não sei. Sabe, isto pode ser um estenderete.

Não se tratava de um jogo de cartas, mas era preciso esconder parte das jogadas. O diálogo entre os dois deputados continua naquela tarde de verão. E a escuta telefónica também. Às tantas, Sá Carneiro resume como vê a situação: «Eu a mim, custa-me muito, confesso, ficar numa atitude meramente passiva, mas teremos de fazer aquilo que for mais aconselhável, sob o ponto de vista tático».

Na mesma altura, mas noutra conversa telefónica também escutada pela polícia política, Sá Carneiro fala com Marcello Rebelo de Sousa sobre entrevistas. E sobretudo sobre a

questão da escolha para Belém, que não resultaria de eleições abertas à população. Em 1958, o regime tremera perante a mobilização da campanha de Delgado. Logo a seguir, a Constituição foi alterada e as eleições presidenciais deixaram de ser feitas através de sufrágio universal, passando a funcionar em sufrágio indireto, com os deputados a constituir parte do colégio eleitoral que seria chamado a votar. Ao contrário do que chegou a estar em cima da mesa, Caetano não avançou para Belém, contrariando as expectativas de quem ainda acreditava numa evolução do regime em direção à democracia. Os deputados da Ala Liberal acabariam também por desistir de apresentar um candidato próprio, depois de negociações, por exemplo, com o general António de Spínola, que estava na Guiné. No final da conversa com Rebelo de Sousa, Sá Carneiro mostrou-se desiludido.

*Rebelo de Sousa* – Entretanto, espero que vá ao meu casamento.

*Sá Carneiro* – Sim, já falei com a minha mulher e lá estarei com muito gosto.

*Rebelo de Sousa* – Eu já convidei o nosso professor no domingo.

*Sá Carneiro* – E ele vai?

*Rebelo de Sousa* – Deve ir, veja se aparece por cá.

*Sá Carneiro* – Sempre que vou não se resolve nada. A minha vida tem sido absolutamente infrutífera. Estou a chegar à conclusão que mais vale ficar cá a trabalhar. Mas quanto a Évora, lá estarei com muito gosto.

A família de Marcelo Rebelo de Sousa era muito próxima da família de Marcello Caetano. O pai Baltazar Rebelo de

Sousa era agora governador-geral de Moçambique, por escolha feita ainda por Salazar, dois meses antes da saída do poder do anterior ditador. Durante uma parte da permanência dos pais em Moçambique, Marcelo Rebelo de Sousa jantava todas as semanas em casa da família do padrinho de casamento dos pais, Marcello Caetano. Mas o afilhado era cada vez mais crítico do regime. E mostrava-o em público, por exemplo escrevendo um artigo para o jornal *O Tempo Universitário*, dirigido por Adelino Amaro da Costa.

## POR TEU LIVRE PENSAMENTO

**I**a crescendo o desespero de Sá Carneiro em relação à situação política do país. Na primavera de 1972, tinha sido lançado em França um livro de Mário Soares. *Le Portugal Bailloonné*, ou seja *Portugal Amordaçado*, foi publicado pela editora Calmann-Levy.

A editora fora fundada pela família do músico de origem francesa Alain Oulman, que tinha nascido por cá e cresceu no Dafundo. Embora já não pudesse viver em Portugal, Alain Oulman continuava muito próximo da fadista e estrela internacional Amália Rodrigues. Depois de ter sido detido pela PIDE em 1966, Oulman passara cinco semanas na prisão de Caxias e fora expulso do país, por pressões da família e do governo francês. Entre as músicas criadas por Oulman para Amália estava um fado gravado em 1962 e editado num disco que ficou conhecido como *Busto*. Esse fado ganhou o nome popular *Fado Peniche*, numa referência à prisão junto ao mar onde permaneciam muitos dos presos políticos do regime, que Sá Carneiro visitara já como deputado. O *Fado Peniche* partia de um poema de David Mourão-Ferreira, que lhe deu

o título *Abandono*. E tem estes primeiros versos: «Por teu livre pensamento / foram-te longe encerrar. / Tão longe que o meu lamento / não te consegue alcançar! / E apenas ouves o vento! / E apenas ouves o mar!».

Quando Sá Carneiro leu o novo livro de Soares, escreveu uma carta ao autor. «Apreciei muitíssimo o seu livro, testemunho lúcido e franco sobre a nossa situação inalterada. Só fiquei com pena de não ter lido aquilo que, segundo se diz, teve de ser suprimido dado tratar-se de edição francesa. Foram novidades, tristes novidades, muitos dos factos narrados no seu corajoso livro, o que veio avivar-me a consciência da situação de alheamento e falta de informação em que somos obrigados a viver. Tenho pena que nunca nos tivéssemos encontrado, mas espero ter oportunidade de lhe apresentar pessoalmente os agradecimentos que aqui lhe renovo.»

## **UMA FORMA DE FAZER SUCESSO**

**N**os últimos meses de 1972, era cada vez mais claro que a situação política não iria progredir para uma democracia. No final de setembro, e depois de um período prolongado de doença, morreu José Guilherme Melo e Castro. Três anos antes, na qualidade de dirigente da União Nacional, tinha convidado pessoas como Sá Carneiro, que viriam a constituir a Ala Liberal na Assembleia Nacional.

Poucos dias depois, a 12 de outubro, um estudante de Direito foi assassinado, durante o dia, por agentes da polícia política dentro do Instituto Superior de Economia e Gestão, a poucos metros da Assembleia. Chamava-se José António Ribeiro dos Santos e era militante numa organização estudantil maoísta ligada ao MRPP, o Movimento Reorganiza-

tivo do Partido do Proletariado. O assassinato deu lugar a protestos em Lisboa, no dia do funeral de Ribeiro dos Santos, com milhares de estudantes a serem reprimidos pela polícia.

Pouco mais de um mês depois, a 29 de novembro de 1972, um dos primeiros deputados a falar na Assembleia Nacional foi Sá Carneiro, que pediu a palavra para agradecer um voto de pesar pela morte inesperada do irmão. A morte fora vivida de perto por Francisco, que o acompanhou no hospital, no Porto.

Pouco depois de Sá Carneiro ter agradecido o voto de pesar, a Assembleia foi terreiro para uma discussão entre o deputado da Ala Liberal Miller Guerra e o deputado da linha dura do regime Casal Ribeiro. Naquele momento, Miller Guerra estava a aproveitar para criticar o regime enquanto elogiava José Guilherme Melo e Castro, que morrera um mês antes. O deputado Casal Ribeiro interrompeu-o com esta pergunta: «Quer mais liberdade do que aquela que nós vivemos neste momento, quando se permite, por exemplo, a saída de um livro ignóbil chamado *Dinossauro Excelentíssimo?*». O livro de Cardoso Pires fora tolerado pelo regime. E essa permissividade deixara Casal Ribeiro incomodado. O discurso de Miller Guerra deu então lugar a um diálogo agitado entre os dois deputados. Com um aparte pelo meio, do deputado próximo do regime Raul da Silva e Cunha Araújo.

*Miller Guerra* – Eu por mim, tomara que houvesse muitos *Dinossauros* e muitos livros que circulassem livremente, que o espírito português não estivesse amordaçado como tem sido há tanto tempo com uma censura que tem, inclusivamente, apreendido livros de deputados!

*Casal Ribeiro* – Mesmo quando se insulta a memória de uma pessoa que serviu a nação? Vossa Excelência acha bem?

*Miller Guerra* – Sim, senhor. Em segundo lugar, vossa Excelência diz que há muita liberdade.

*Cunha Araújo* – É uma forma de fazer sucesso, isso de falar em liberdade!

*Casal Ribeiro* – Eu não disse que havia muita liberdade.

*Miller Guerra* – Não? Bom! Então há pouca.

*Casal Ribeiro* – Disse que havia a suficiente para estas publicações.

*Miller Guerra* – Então, se há pouca, estamos de acordo.

*Casal Ribeiro* – Não me parece que haja assim tão pouca, mas não haverá, possivelmente, tanta quanta vossa Excelência queria.

*Miller Guerra* – É verdade. E também não há tão pouca como vossa Excelência desejava.

*Casal Ribeiro* – Vossa Excelência ainda se há-de arrepender, tanto como eu, das liberdades que por aí andam.

## **NA CAPELA DO RATO**

**A**s liberdades que por aí andavam viriam a culminar um mês depois, junto ao Largo do Rato, em Lisboa. Naquele sábado, estava a terminar a missa de final de tarde. Uma frequentadora habitual da capela falou a quem lá estava, em nome de um grupo de católicos progressistas. Era a tarde de 30 de dezembro de 1972. Maria da Conceição Moita leu um texto em que se apelava ao início de uma vigília de dois dias,

a terminar na tarde de 1 de janeiro, o Dia Mundial da Paz. Num contexto de guerra colonial, a ideia era reunir ali católicos e não católicos, numa vigília pela paz. Com jejum.

A expressão jejum era uma forma católica de dizer greve de fome. Aquela vigília só podia ser vista pelas autoridades como uma afronta. O caso tornou-se ainda mais grave no domingo, quando o grupo de ação armada Brigadas Revolucionárias (BR) aproveitou para se juntar à divulgação da vigília. As BR distribuíram milhares de panfletos, através do rebentamento de petardos, em Lisboa e na margem Sul do Tejo.

Na tarde de domingo, a capela foi cercada pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e por agentes da polícia política. À noite, quem continuava em vigília recebeu ordens da polícia para abandonar a capela. Poucos saíram. A seguir, as autoridades invadiram a capela. Foram detidas 91 pessoas, logo enfiadas em carrinhas da polícia. Quase todos os detidos acabariam por ser libertados, depois de identificados na esquadra do Rato. Quem era funcionário público perderia o trabalho.

Catorze pessoas foram enviadas para a prisão de Caxias, onde ficaram duas semanas. A invasão da capela e a detenção de católicos causou escândalo. Entre esses presos políticos estava o arquiteto e católico progressista Nuno Teotónio Pereira, próximo de Sá Carneiro, e também o antigo padre Luís Moita, irmão da católica que lera o comunicado de apelo à vigília.

Cinco dias depois da invasão da capela pelas autoridades, saiu para as ruas a primeira edição do jornal *Expresso*, criado por um dos deputados da Ala Liberal. O novo semanário de Balsemão tinha na equipa inicial pessoas como Marcelo Re-

belo de Sousa e Francisco Sá Carneiro, que passou a assinar uma coluna de opinião. A coluna intitulava-se *Visto* e Sá Carneiro aludiu logo aos vistos ligados à censura prévia, imposta pelo regime.

Tendo em conta a importância do que acontecera no sábado anterior em Lisboa, seria provável que a primeira manchete do *Expresso* fosse dedicada aos acontecimentos da Capela do Rato, caso a censura permitisse. A manchete impressa foi dedicada à situação política nacional: «63 por cento dos portugueses nunca votaram».

## **GRAVEMENTE INCONVENIENTE**

**A** 23 de janeiro de 1973, Miller Guerra falou na Assembleia sobre os acontecimentos da Capela do Rato. Para o deputado da Ala Liberal, a atuação da PSP e da DGS seria uma prova de que a liberdade religiosa era «pura e simplesmente uma ficção». Com um tema tão explosivo, Miller Guerra envolveu-se em novos diálogos animados com deputados próximos do regime.

Dois dias depois, Sá Carneiro renunciou ao mandato de deputado, através de uma carta enviada ao Presidente da Assembleia. O que acontecera na Capela do Rato terá contribuído. Mas segundo o que escreveu na carta de renúncia, a gota de água foi a forma como fora recebido o projeto de lei de Sá Carneiro sobre amnistia de crimes políticos e faltas disciplinares: «Foi reputado gravemente inconveniente pela Comissão de Política e Administração Geral e Local, a qual acompanha o seu parecer de considerações que reputo absolutamente infundadas e inadmissíveis e que integralmente repudio», escreveu Sá Carneiro na carta de renúncia ao man-

dato. «A sistemática declaração de inconveniência atribuída, nestes dois meses passados, aos meus seis projetos e as inusitadas considerações agora, pela primeira vez, produzidas pela Comissão de Política e Administração Geral e Local, levam-me a concluir à evidência não poder continuar no desempenho do meu mandato sem quebra da minha dignidade, por inexistência do mínimo de condições de atuação livre e útil que reputo essencial.»

Deixando de ser deputado, Sá Carneiro voltou a dedicar-se a tempo inteiro à advocacia, a partir do Porto, e manteve alguma atividade política, agora fora de São Bento. A renúncia recebeu a atenção da imprensa portuguesa e internacional, pelo papel cada vez mais crítico que Sá Carneiro tinha assumido na Assembleia e também pelo facto de o regime ter proibido a divulgação da carta de renúncia, apesar de Sá Carneiro ter pedido que fosse publicada no *Diário das Sessões*. O Presidente da Assembleia recusou torná-la pública, argumentando que essa divulgação poderia «envolver graves melindres». A seguir, a DGS interceptou cartas de várias pessoas para Sá Carneiro, onde se pedia o envio do texto de renúncia. Entre os remetentes estavam pessoas ligadas à oposição, ao mundo empresarial e também um diplomata alemão.

A 7 de fevereiro, Miller Guerra seguiu o exemplo de Sá Carneiro e renunciou ao mandato com um discurso que foi muito interrompido. «Há motivos para temer que o futuro imediato seja pior que o passado: redução das liberdades públicas e maior concentração do poder, como réplica à dificuldade dos tempos. O espírito liberal está provisoriamente subjogado, mas um dia renascerá. Entretanto, é preciso manter a atitude inquebrantável de protesto.» O momento foi tenso, com gritos e insultos.

Alguns deputados da Ala Liberal sabiam que aquele seria o último discurso de Miller Guerra. E previa-se uma reação violenta da parte de deputados conotados com a linha ultra do regime, conta Balsemão no livro de memórias. Acompanhado pelo também deputado da Ala Liberal Joaquim Magalhães Mota, Balsemão foi para uma posição estratégica. «Colocámo-nos, um de cada lado, nas saídas da tribuna, quais grandes pretorianos, para proteger o nosso amigo quando ele acabasse o discurso, temendo que se chegasse a vias de facto. E pouco faltou para isso – eu, por exemplo, que sou uma pessoa tranquila, surpreendi-me a mim próprio agarrado aos virados do casaco do Almirante Tenreiro, que berrava: "Traidores! Traidores!"...»

## **NÃO CONSEGUI NADA**

**N**o *Expresso*, Sá Carneiro ia comentando aos sábados a política do país. E a censura obrigava-o a jogos de cintura, com muitos comentários feitos de forma indireta. Por vezes, os censores cortavam o título ou partes do texto, outras vezes a coluna era toda cortada. Numa dessas ocasiões, o antigo deputado reescreveu um artigo de opinião, conseguindo que fosse publicada uma nova versão do mesmo *Visto*. Nesse texto reescrito, o autor analisava a linguagem da publicidade, para falar da situação inalterada do país: «Falar em liberdade, num país livre, deixa as pessoas simplesmente indiferentes. Mas quando dela se não goza é constante o interesse por tudo quanto à liberdade respeita. Não surpreende, pois, que a publicidade comercial recorra ao vivo interesse dos portugueses pela liberdade; agora encontramos a cada canto o desafio: prove que é livre.»

A ausência de liberdades em Portugal era acompanhada do outro lado da fronteira por um regime também de inspiração fascista, criado pelo ditador Francisco Franco sobre as cinzas da guerra civil espanhola. No início de 1973, o franquismo estava em processo lento de abertura. A transição aceleraria em junho, com Franco a passar a chefia do governo ao almirante Luis Carrero Blanco. Meses antes, a 27 de janeiro, o jornal espanhol *Informaciones Madrid* publicou uma entrevista a Sá Carneiro, onde o antigo deputado defendeu que tinham sido «praticamente nulos» os resultados da passagem pela Assembleia. «Não consegui nada, senão talvez sacudir um pouco a opinião pública, criar alguma consciência de que nada se progrediu politicamente. Contra uma Assembleia que sistematicamente apoiou o governo e rejeitou, sem as discutir e votar, as minhas iniciativas, sem acesso à televisão e suportando, na rádio e na imprensa, a censura, não podia, creio, ter feito mais.»

Para os leitores do jornal espanhol, o homem que dias antes ainda liderava a Ala Liberal resumiu os últimos anos da política portuguesa. «Após as eleições de 1969, houve um retrocesso político acentuado. Não há liberdade de expressão porque se manteve a censura prévia à imprensa, a qual está cada vez mais severa. A liberdade de reunião e a liberdade de associação continuam a reger-se por legislação muito antiquada, que faz depender o seu exercício efetivo do poder executivo. As cooperativas culturais foram encerradas na sua quase totalidade mercê da aplicação de um decreto-lei que a Assembleia Nacional ratificou. As oposições ao regime não podem organizar-se nem manifestar-se livremente. Não houve, portanto, qualquer progresso na situação política em relação ao tempo do Dr. Salazar.»

## COM BANDARILHAS DE ESPERANÇA

O Festival da Canção de 1973 foi transmitido em direto pela RTP a 26 de fevereiro, a partir do Teatro Maria Matos, em Lisboa. O músico e cantor Fernando Tordo e o poeta Ary dos Santos participaram com quatro canções criadas em conjunto, duas delas interpretadas por Tordo. Uma das criações da dupla era um retrato humorístico do regime, pintado como uma tourada decadente. Tinha tudo para ser recusada durante a seleção prévia das canções concorrentes, mas a música tauromáquica de Tordo e as palavras certas de Ary foram mesmo para o palco da RTP.

Com *Tourada*, Tordo ganhou o Festival da Canção daquele ano, cantando versos como estes: «Com bandarilhas de esperança / afugentamos a fera / estamos na praça / da primavera. // Nós vamos pegar o mundo / pelos cornos da desgraça / e fazermos da tristeza / graça». A subversividade da letra e a animação da música pareciam destinar esta canção à popularidade. Mas apesar da glória no Festival da Canção, a *Tourada* viria a ser afastada das rádios, controladas pelo regime.

Entre 4 e 8 de abril de 1973, Aveiro foi palco do terceiro Congresso da Oposição Democrática, com milhares de opositoristas reunidos para debater o ponto da situação política. A 19 de abril, a Ação Socialista Portuguesa fundou o Partido Socialista, durante um congresso em Bad-Münstereifel, na Alemanha. E no mesmo mês, mas em Portugal, Francisco Sá Carneiro estava num carro conduzido pelo irmão Ricardo quando sofreram um acidente rodoviário que implicou a hospitalização do antigo deputado. A convalescença foi noticiada em vários jornais. Nos serviços da polícia política DGS foram sendo guardados recortes dessas notícias.

## RETRATOS POLÍTICOS

Em julho de 1973, Caetano fez uma viagem oficial ao Reino Unido e foi recebido com protestos em Londres, em particular porque a visita coincidiu com a divulgação do massacre de Wiriyamu no jornal *The London Times*, com o testemunho do padre Adrian Hastings. O assassinato pelas tropas portuguesas de mais de 450 civis tinha acontecido em Moçambique em dezembro do ano anterior. Segundo o regime português, a acusação era uma mentira, difundida em contexto de guerra.

## PROGRESSO EM PAZ

Em julho de 1973 foi organizado em Lisboa o Encontro dos Liberais, dois dias de debate em que Sá Carneiro não participou e que marcam o fim da Ala Liberal. A 23 de outubro houve novas eleições para a Assembleia Nacional. O líder do PS e o líder do PCP reuniram duas vezes em Paris. Mário Soares e Álvaro Cunhal combinaram que a oposição participaria na campanha eleitoral, mas desistiria antes da ida às urnas. Entre os candidatos esteve também ausente Sá Carneiro, assim como a maioria dos deputados que tinham estado unidos na Ala Liberal.

No domingo marcado houve eleições que foram elogiadas na rádio, na Emissora Nacional: «O ato eleitoral no Algarve veio demonstrar aos mais cétricos que aqui no sul da Metrópole, como no Minho, em São Tomé e Príncipe, na Guiné ou em Moçambique, em Timor ou em Cabo Verde, na Madeira, Angola ou Açores, os portugueses diferenciam-se apenas e só pela tez da pele, pelo credo que perfilham ou pelo sotaque ou dialeto que falam. Em patriotismo, a linguagem é comum: falar a linguagem de Marcello Caetano, progresso em paz».

Segundo a rádio do regime, os portugueses teriam votado em massa e em tranquilidade.

A intranquilidade aumentou no final de 1973, com uma crise petrolífera a afetar vários países, incluindo Portugal, que tinha autorizado a utilização pelos EUA da Base das Lajes, durante a guerra do Yom Kippur, quando Israel foi atacado pela Síria e pelo Egito em outubro. O regime sofria agora um bloqueio dos países produtores de petróleo. E a vida de grande parte da população portuguesa dificultou-se, com o disparar da inflação. Também as remessas da emigração diminuíram, por haver menos trabalho, e porque o contexto era agora de crise económica, em países europeus onde viviam muitos portugueses. Na Assembleia foi mencionada com preocupação a possibilidade de muitos emigrantes poderem agora regressar de vez para Portugal.

## **NUM FUTURO PRÓXIMO**

**A** Associação para o Desenvolvimento Económico e Social fora criada quatro anos antes, sendo uma organização com espaço para a crítica ao regime. A SEDES tivera entre os fundadores pessoas como o economista João Salgueiro, que fora subsecretário de Estado do Planeamento no governo de Marcello Caetano, o empresário José Roquette, o arquiteto paisagista e monárquico Gonçalo Ribeiro Telles e Miguel Caetano, filho de Caetano.

A 2 fevereiro de 1974, durante uma conferência da SEDES em Leiria, discursaram Sá Carneiro, Rui Vilar e Marcelo Rebelo de Sousa. Naquele dia, a polícia política esteve presente e deu pouca importância ao discurso de Vilar. Já as palavras de Sá Carneiro foram anotadas ao detalhe. O orador

começou por uma contextualização histórica, até que chegou à atualidade. «Aquilo que efetivamente se passa hoje é a manutenção de um estado de exceção sob o ponto de vista do Direito e dos direitos das pessoas, para que possa manter-se um regime de classe e que apenas uma camada diminuta de toda a população possa colher os benefícios que a todos deviam pertencer».

A intervenção de Rebelo de Sousa terá sido a mais premonitória. O tema «Opinião Pública e Informação» foi o escolhido, segundo se conta num relatório interno da DGS. O agente salienta a resposta de Rebelo de Sousa a uma pergunta sobre o papel que as Forças Armadas poderiam eventualmente desempenhar na condução da política do país. «Aqui, o doutor Rebelo de Sousa disse que presentemente se verificava um certo movimento progressista no seio das Forças Armadas, que começara com o alistamento de milicianos saídos das universidades, mas que hoje já se estendia a oficiais do quadro, principalmente tenentes e capitães e alguns oficiais de patente mais elevada. Estava convencido, disse, que num futuro próximo este grupo iria tomar uma posição na política do país, não pelo modo democrático (o que lamentava). Pelas suas palavras, deixou perceber que seria pela força que esse movimento se manifestaria.»

O futuro próximo do país seria acelerado pela publicação de um livro a 22 de fevereiro de 1974. O livro *Portugal e o Futuro* era obra do general António de Spínola, que defendia a inevitabilidade de uma solução política para a guerra colonial, por ser impossível alcançar uma solução militar. Para o vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, a solução deveria ser a transformação do império numa federação de estados. O livro teve muito impacto desde que chegou às

livrarias, com os jornais *República* e *Expresso* a darem logo grande destaque ao lançamento. Venderam-se mais de 350 mil exemplares em poucos meses.

## O GOLPE DAS CALDAS

A guerra afetava de forma direta muitas famílias e tinha impacto em toda a sociedade, pelo peso no orçamento do país. Spínola tivera um papel importante na Guiné. Era um chefe militar respeitado e tinha tido como pai um inspetor-geral de Finanças, que foi também chefe de gabinete de Salazar no Ministério das Finanças. Agora, aquele livro punha em causa a política do regime em relação à guerra e ao chamado Ultramar. Caetano pediu a demissão a Américo Thomaz, mas o Presidente recusou.

Caetano procurou então o apoio da Assembleia, onde depois das eleições já estavam ausentes quase todos os deputados que tinham feito parte da Ala Liberal. Ao contrário da maioria dos antigos membros da Ala Liberal, Mota Amaral continuava na Assembleia para defender os interesses dos Açores. A 8 de março argumentou a favor da teoria de Spínola, sem nunca referir o livro nem o nome do autor. Aliás, Mota Amaral apontou pontos de ligação entre a tese de Spínola e a política de Caetano: «A vitória que nós pretendemos, dizia há pouco e repito: uma vitória política, a vitória de uma política eminentemente portuguesa. E essa política – a autonomia progressiva e participada do Ultramar – aí está, definida pelo chefe do governo, ratificada pela nação». Sucederam-se as interrupções de deputados como Casal Ribeiro e Henrique Tenreiro, incomodados com afirmações de Mota Amaral, como esta: «Estou firmemente convencido de que o

país não toleraria uma linha de orientação que o conduzisse a um novo Alcácer Quibir. O juízo da História sobre ela seria de severidade implacável». Às tantas, Casal Ribeiro disse que encontrava parecenças com alguma coisa que tinha lido há pouco tempo. Antes de continuar com o discurso, Mota Amaral respondeu de uma forma que provocou risos entre os deputados: «Isto é como nos filmes, qualquer semelhança é pura coincidência.»

Apesar de ainda haver risos na Assembleia, o regime caminhava para o fim. Esperava-se um golpe militar, fosse de esquerda ou de extrema-direita, como chegou a ser tentado. Havia militares descontentes a preparar o que poderia vir a ser um golpe de Estado, pelo menos desde setembro do ano anterior. Os serviços secretos do regime já tinham recolhido informações sobre essas movimentações. E agora, com o novo livro, o general Spínola punha em causa a estratégia do governo.

A 14 de março de 1974, Caetano chamou os generais dos três ramos das Forças Armadas, para uma demonstração pública de apoio. Essa reunião em São Bento ficaria conhecida como «brigada do reumático» e teve duas ausências marcantes. Faltaram o vice-Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas António de Spínola e também o general Francisco da Costa Gomes, que era Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. Como castigo, perderam os cargos.

Dois dias depois, a 16 de março de 1974, houve uma tentativa de golpe que viria a ser conhecida como «Golpe das Caldas», por ter saído das Caldas da Rainha o único contingente de tropas que cumpriu o planeado. A coluna comandada pelo major Armando Ramos deveria seguir até Lisboa e tomar o aeroporto, para impedir a saída do país das principais figu-

ras do regime. Mas acabou por avançar sem o apoio de mais forças, em outros pontos do país. Perante o falhanço anunciado, Spínola foi contactado por telefone e deu ordens para abortar o golpe. Mais tarde, foram presos perto de duzentos militares que se tinham rebelado.

## E DEPOIS DO ADEUS

Antes de o mês terminar, a 29 de março aconteceu em Lisboa a primeira edição do Encontro da Canção Portuguesa. Às portas do Coliseu juntou-se muita polícia, lá dentro cantaram figuras da música de intervenção como Adriano Correia de Oliveira ou Manuel Freire. Acompanhado pelas vozes da assistência, Zeca Afonso cantou *Grândola, Vila Morena*. Muitas canções foram proibidas, outras tiveram quadras retiradas pela censura para poderem ser cantadas naquela noite. No palco do Coliseu, Manuel Freire gozou com a situação, dizendo que tinha perdido algumas letras pelo caminho, no comboio. E que, em alguns casos mais estranhos, tinha perdido apenas certas quadras de algumas das canções. Como toda a gente terá percebido, a censura da ditadura continuava a controlar as palavras que se podia ou não escrever, dizer ou cantar.

Quando chegou a noite de 24 de abril de 1974, mais tarde ou mais cedo, grande parte da população portuguesa terá ido dormir. O prazo de validade da ditadura estava quase a esgotar-se. Poucos minutos antes das onze da noite, os Emissores Associados emitiram na rádio *E Depois do Adeus*, na voz de Paulo de Carvalho. A canção vencera o último Festival da Canção e não levantaria suspeitas. Mas era a primeira senha combinada pelo movimento dos capitães revoltosos para que

as tropas saíssem dos quartéis e se encaminharem para os sítios que deveriam ocupar. Vinte minutos depois da meia-noite, na Rádio Renascença foi transmitida a segunda senha. Essa senha confirmou que tudo estava a correr bem aos revoltosos e foi a canção *Grândola, Vila Morena*, na voz de Zeca Afonso.

### UMA RATOEIRA NO CARMO

**N**a noite de 24 de abril, Caetano recebeu um telefonema em casa, quando já estava a dormir. Quem lhe ligava a desoras era o diretor da DGS, o major Fernando Silva Pais. O diretor da antiga PIDE vinha informar que havia um golpe de Estado em curso e aconselhava o ditador a sair de casa, no bairro lisboeta de Alvalade, para se refugiar no Quartel do Carmo. O antigo professor de Sá Carneiro seguiu a sugestão do chefe da polícia política.

Era um erro estratégico, porque o quartel acabava por ser uma espécie de ratoeira. Era fácil de cercar e de atacar, difícil de defender. Na manhã do dia 25 de abril, Caetano e outros membros do governo estavam refugiados no Quartel do Carmo, onde acabariam por ser cercados pelas forças comandadas pelo capitão Fernando Salgueiro Maia. As ruas do centro de Lisboa encheram-se de pessoas, ajudando a transformar o que seria um golpe de Estado numa revolução com participação popular.

O Quartel do Carmo era inviável como quartel-general, para comandar uma eventual resistência de forças do regime. Ainda por cima, seria fácil escutar todas as comunicações feitas a partir dali. A propósito, caso as ordens de Caetano tivessem sido seguidas, teria havido uma pequena guerra civil

junto ao quartel, com a praça e as ruas vizinhas tapadas por um mar de gente, em grande parte civis. Sem forças fiéis que lhe obedecessem, Caetano acabou por entregar o poder ao general Spínola na tarde do dia 25 de abril. A seguir, o ditador deposto foi levado do Quartel do Carmo dentro de um carro de combate, sob os gritos da multidão que se acumulava em frente ao quartel.

Nessa manhã, o advogado Francisco Sá Carneiro acordara no Porto, para o que seria o primeiro dia de uma nova vida do país. As escolas estavam fechadas e o filho mais velho da família foi jogar ténis com os amigos. Nessa noite, Sá Carneiro ficou em casa, no bairro portuense da Foz. Já passava da uma da manhã quando assistiu na televisão ao que disse a Junta de Salvação Nacional, presidida pelo general Spínola. Com a família e amigos, abriu uma garrafa de champanhe. Era o momento de celebrar o fim da ditadura, mas o que fazer a seguir? Antes da revolução, já tinha começado a preparar-se para fundar um partido político. Seria agora o momento de voltar a sério à política e a Lisboa?



## CAPÍTULO 6

# UMA AMPLA FORÇA DE CENTRO

Dá para ver móveis clássicos, um quadro na parede, uma lareira próxima do entrevistador. Sobressai na RTP um Menino Jesus de braços abertos, acompanhado por uma jarra com grandes flores secas e por um pequeno candeeiro com abajur. Sobre uma cómoda, o Menino está sentado numa cadeirinha com ares de trono, no centro do enquadramento televisivo. Perto do braço direito do Menino Jesus vê-se o sorriso de António Vidal, o jornalista que no dia 25 de abril lera a partir dos estúdios da RTP no Porto uma proclamação do MFA, o Movimento das Forças Armadas. À esquerda do Menino Jesus vê-se o dono da casa, Francisco Sá Carneiro, com pose de estadista, patilhas e cabelo penteado para trás. Os dois homens estão de gravata e o assunto é importante: Portugal. Passaram dois dias do 25 de abril de 1974, o que fazer deste país?

Ainda agora o anterior regime terminara, numa revolução eficaz e com pouco sangue. Para aquele dia em que acabou a ditadura fora agendado o julgamento das escritoras Maria

Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. As «Três Marias» tinham escrito e publicado o livro *Novas Cartas Portuguesas*, onde era posto em causa o lugar da mulher na sociedade. O regime proibiu o livro, destruiu a primeira edição e proibiu as autoras de sair do país, acusando-as de terem criado uma obra com conteúdo «insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública». O julgamento causava escândalo internacional, mas a ditadura portuguesa acabou sem que as condenações se concretizassem. Já Marcello Caetano estava detido, mas nunca chegou a ser julgado. Primeiro foi transportado de avião para a Madeira. No mesmo avião seguiu o Presidente da República, Américo Thomaz, que viajou acompanhado pela mulher e por uma filha. Do Funchal, viajarão dias depois para o exílio, no Brasil. Em sentido contrário, começaram a ser libertados os presos políticos, com multidões à porta das cadeias.

A presença de muitas pessoas nas ruas de Lisboa e as palavras de ordem gritadas em coro são traços comuns a muitos dos acontecimentos destes primeiros dias, após o 25 de Abril. No dia da revolução, o líder exilado do PS estava em Bona, na Alemanha Ocidental, para reunir com o chanceler Willy Brandt. Da Alemanha, Mário Soares seguiu para Paris, de onde partiu para Portugal de comboio. Foi recebido em clima de festa na estação de Santa Apolónia e falou logo à multidão e aos jornalistas.

Da União Soviética, e com escala em Paris, virá de avião Álvaro Cunhal. O secretário-geral do PCP será abraçado no aeroporto por Soares. Vitoriado por uma multidão à chegada, a primeira palavra que Cunhal dirá aos jornalistas é «confiança», na véspera do 1.º de Maio, o Dia do Trabalhador. A caminho de uma reunião com Spínola, Cunhal é filmado

pela RTP a saudar uma multidão de apoiantes, em pé sobre um carro de combate. Do aeroporto para o Palácio da Cova da Moura onde está a Junta de Salvação Nacional, a comitiva automóvel inclui um tanque de guerra.

No mesmo avião que Cunhal, voltarão do exílio em Paris cantautores como José Mário Branco e Luís Cília. Em conjunto com Zeca Afonso, Ary dos Santos, o divulgador de jazz Zé Duarte e uma multidão de gente, irão cantar *Grândola, Vila Morena*. Com os punhos erguidos, num momento filmado pela RTP.

## **O MOVIMENTO FOI PARA MIM UMA SURPRESA**

**M**uita coisa aconteceu em poucos dias, com o acompanhamento da televisão. Agora, na RTP, não se vê multidões com os punhos erguidos. Nem há bandeiras ou palavras de ordem, junto a este Menino Jesus de braços abertos. É o momento de o entrevistado ser apresentado pelo jornalista António Vidal, que parece agora mais confortável do que quando leu o comunicado do MFA dois dias antes: «Estamos em casa do doutor Sá Carneiro, pessoa sobejamente conhecida nos meios políticos nacionais e também jornalista de nomeada. Quisemos saber, no momento presente, quais as suas opiniões. Sotôr, como vê o momento atual em Portugal?». Na RTP, Sá Carneiro respira fundo, mexe-se na cadeira e começa a responder, apertando e entrelaçando uma mão na outra: «O Movimento foi para mim uma surpresa. Acompanhei, como é natural, com o maior entusiasmo o seu desenrolar e a sua vitória. Impressionou-me a perfeição de execução e a total ausência de violência, bem como a colaboração da população.»

Sem usar a palavra «partidos», Sá Carneiro fala em «associações». Tal como Spínola tinha feito na RTP, ao ler a proclamação noturna da Junta de Salvação Nacional, quando o 25 de Abril estava consumado. Chegou o momento de criar associações políticas, de todas as tendências que aceitem o jogo democrático, defende Sá Carneiro. E apela à calma, à ordem e à produtividade: «Será essa a única possibilidade, porque se se mantém um clima de manifestações, de comícios e de agitação, dar-se-á campo aberto aos extremistas de uma ou outra cor e à atuação de agitadores e provocadores que podem comprometer gravemente a atual situação e as atuais possibilidades de evolução e de construção de um país novo. É disso que se trata, de um país em que todos tenhamos o seu lugar e todos possamos usar a nossa voz, de um país democrático».

Cada palavra é dita com ponderação e às tantas chega o momento de fazer o anúncio que marcará esta primeira intervenção televisiva: «Parece-me natural que apareçam forças conservadoras de direita, forças de esquerda, que esteve sempre atuante na luta contra a ditadura. É indispensável a meu ver que se constitua também uma ampla força de centro, que neste momento é apenas potencial, visto que não tem expressão nem está organizada. Mas é indispensável que apareça, em franco apoio à orientação da Junta e à futura constituição de um regime democrático, de democracia política e social».

Estava dado o mote, como recorda Balsemão no livro de *Memórias*: «Bem à maneira dele, Sá Carneiro, em entrevista à RTP, anuncia a próxima criação de um partido. Eu telefonei-lhe: "É mesmo para andar?" Ele: "Claro!" Eu: "Vamos a isso!" Dois ou três dias depois, em declarações aos *media*, reforço a ideia. Magalhães Mota e Miller Guerra associa-

ram-se». Sá Carneiro, Balsemão, Joaquim Magalhães Mota e Miller Guerra tinham estado juntos na aventura da Ala Liberal. Mesmo antes do anúncio da fundação do novo partido, Miller Guerra haveria de desistir da ideia. Preferiu optar pelo PS, liderado por Soares.

## **O QUE ESTE HOMEM QUER PARA O MEU PAÍS**

O tiro de partida que Balsemão vira na RTP terá sido entendido por muitas pessoas. Aquela entrevista teve uma grande repercussão entre uma parte da população portuguesa, que também queria entrar no jogo democrático. Ali estava um possível líder de uma hipotética força democrática de centro, sem sombras de comunismo. As palavras eram importantes, mas uma parte fundamental da mensagem passava pelo que se via. A revolução estava pintada de fresco. Aquele Menino Jesus sentado num pequeno trono e todo o ambiente burguês da casa de Sá Carneiro eram distantes da iconografia e das mensagens que dominavam agora as ruas e as praças, as rádios, os jornais e a televisão.

No bairro lisboeta do Restelo, Conceição Monteiro foi uma das pessoas que ficou entusiasmada ao ver Sá Carneiro na televisão. Conceição era apenas uns meses mais velha do que o advogado do Porto. Anos antes, através de amigos, fora tendo informações sobre a atividade de um grupo de católicos muito ativo no Porto, ligado a Frei Bento Domingues. Soubera da campanha pelo regresso do exílio do bispo do Porto, mesmo antes da entrada de Sá Carneiro para a lista da União Nacional no Porto, nas eleições de 1969.

Nessas eleições iniciais do marcelismo, Conceição tivera pela primeira vez o direito de votar. E votou com convicção

na lista da União Nacional pelo círculo de Lisboa, porque lá estava o nome do candidato José Pedro Pinto Leite. Era um amigo da família e Conceição admirava-o. «Isso mobilizou-nos muito», conta agora. «A ideia de ter um amigo tentando fazer alterações, sem uma revolução. Mas pronto, não resultou, ele próprio morreu antes. O que ele teria gostado do 25 de Abril.»

Conceição Monteiro acompanhou sempre a atividade da Ala Liberal. E tornara-se leitora da coluna *Visto*, de Sá Carneiro, no *Expresso*. Quando o viu na televisão estava pronta para acreditar. «Foi essa entrevista que me mobilizou. Lembro-me perfeitamente de pensar: O que este homem quer para o meu país é exatamente o que eu quero. Tenho que ir trabalhar com ele, dê por onde der.»

Conceição tinha nove irmãos, estudara no Colégio das Oblatas e crescera no bairro lisboeta da Lapa até aos 18 anos, quando se mudou com a família para o Restelo. Aos 19 ficou noiva, aos 20 casou. Foi viver com o marido para uma quinta, em Loures. Ali vivia também o sogro. Armindo Rodrigues de Stau Monteiro fora embaixador em Londres e tinha sido ministro de Salazar, tanto na pasta das Colónias como nos Negócios Estrangeiros. «Era uma pessoa super interessada pela política, depois zangou-se e foi corrido. O Salazar cortou com ele completamente, porque era muito a favor dos Aliados e o Salazar tinha um fraquinho pelos alemães. Tínhamos longas horas de conversa. Nos últimos anos de vida, ele já só vinha à faculdade dar as aulas e não fazia mais nada». A convivência acabaria por durar pouco, porque Armindo Monteiro morreu logo em 1955, quando Conceição tinha acabado de casar.

Chegado o 25 de Abril, Conceição Monteiro estava separada há três anos e sem filhos. Tinha disponibilidade e, ao

ver aquela entrevista, escreveu ao primo Francisco Pinto Balsemão. «A irmã dele era irmã do meu pai, de maneira que como não conhecia o doutor Francisco Sá Carneiro, escrevi uma carta ao meu primo Francisco, dizendo-lhe: "Olhe, tenho o dia todo livre, sei falar francês e inglês, se puder ajudar, terei imenso gosto".»

## **O NOME PPD NASCEU EM CASA DOS MEUS PAIS**

**P**ara criar o novo partido político, era preciso escolher um nome. Não seria nome de batismo, apesar de Sá Carneiro ser católico. O novo partido dispensava ligações a uma religião em particular. Mas precisava de um nome que o situasse na democracia que aí vinha. E afinal esse nome não poderia ser Partido Social Democrata, como tinha sido pensado de início. É que entretanto surgira o Partido Cristão Social Democrata, com o nome pintado em paredes do país. E seria indesejável confundir os eleitores quando chegasse o momento das primeiras eleições da democracia.

Sem tempo a perder, Balsemão telefonou do gabinete no *Expresso* para o Porto. Apanhou Sá Carneiro já em casa de amigos, com quem costumava jantar. «O nome PPD nasceu em casa dos meus pais, na Avenida Marechal Gomes da Costa», conta agora João Silva Carvalho. Em casa dos pais do estudante de Medicina João Silva Carvalho, Sá Carneiro foi ao telefone e ouviu as propostas de nome que chegavam da redação do jornal na Rua Duque de Palmela, perto da Avenida da Liberdade. No gabinete de Balsemão estavam também Marcelo Rebelo de Sousa e Ruben Andresen Leitão, conhecido na literatura como Ruben A. «Começámos a inventar e propor outras designações», conta Balsemão no livro

*Memórias.* «A dada altura, Ruben atira com "Partido Popular Democrático – PPD!" Gostei e transmiti para Sá Carneiro. "Também gosto!", respondeu ele, com a sua habitual rapidez. E ficou PPD até, a 3 de outubro de 1976, no Congresso de Leiria, conseguirmos mudar para o que sempre desejáramos: PSD – Partido Social Democrata».

Muito haveria de acontecer no partido, na vida de Sá Carneiro e no país até que se concretizasse a mudança de nome de PPD para PSD. A fundação do novo partido foi anunciada ao país a 6 de maio de 1974, numa conferência de imprensa com a participação de Sá Carneiro, de Balsemão e de Magalhães Mota. Logo a seguir a esse dia fundacional do PPD, a empregada doméstica de Conceição Monteiro atendeu no Restelo uma chamada importante e guardou o recado enviado por uma secretária do primo Francisco. Será que Conceição poderia ir à futura sede do PPD, no dia seguinte à tarde? «Fui e nunca mais saí. Nunca tinha trabalhado na vida, até aí era uma pacatíssima dona de casa. Passava os meus dias a levar os sobrinhos ao dentista, ao pediatra, à vacina. O meu primeiro trabalho foi no PPD, só aos 40 anos. Estava interessada na política, não tinha nada que fazer, graças a Deus não precisava de ganhar a vida. Ofereci-me e fui aceite.»

## ENTREGARAM-NOS UMA MISÉRIA

**D**e início, a primeira sede atribuída pela Junta de Salvação Nacional ao novo partido era no Bairro Alto. Mas esse edifício tinha sido retirado pela ditadura à Maçonaria, que o reclamou logo de volta. A primeira sede do PPD foi então num edifício que pertencera à Legião Portuguesa, no Largo do Rato. Quando Conceição chegou, a porta tinha sido re-

bentada e no pátio havia uma fogueira, ainda a fumegar, com fichas de deficientes das Forças Armadas. «A Legião Portuguesa tinha cedido aquilo e havia lá um consultório, que tinha tido montes de fichas». E quem fizera essa fogueira? «Foram os nossos gloriosos revolucionários. Entregaram-nos uma miséria».

A partir desse dia, Conceição ia para a sede do partido quase todos os dias. «Todas as quintas-feiras eu levava a minha tia Carlota a almoçar, a Cascais. Pus no meu boletim de inscrição, nas observações: "Disponível todos os dias, exceto à quinta-feira". Passado pouco tempo, deixei de poder levar a minha tia a almoçar. Mas foram tempos gloriosos. Não tínhamos absolutamente nada, não havia boletins de inscrição. Lembro-me de ir ali à papelaria Fernandes, no Largo do Rato, comprar uma capinha com umas folhas, para ir escrevendo os nomes das pessoas e os telefones e aquilo tudo. O lançamento do partido foi a 6 de maio, só abrimos a sede a 15 de maio. Mas no verão já tínhamos comícios com milhares de pessoas. Em agosto já tínhamos militantes no país inteiro.»

## **COR DE LARANJA PARECE QUE CHAMAVA POR MIM**

**P**ara divulgar as ideias do novo partido, começaram a ser organizadas sessões de esclarecimento pelo país todo. Era preciso divulgá-las. «Nós não tínhamos dinheiro, nem sabíamos como é que se fazia um cartaz. O amigo de um dos meus irmãos tinha uma tipografia. Telefonei-lhe e disse-lhe: "Ó João, tu podias vir cá e trazias folhas de papel grandes, de várias cores, porque eu queria escolher uma cor para o cartaz". A sede do Rato era num antigo ginásio da Legião

Portuguesa, todo cheio de espaldares à volta. Pendurámos as folhas com fita-cola. Comecei a ver e disse: "Encarnado, nem pensar, que já são os comunas. Cor-de-rosa é o PS. Os azuis são os monárquicos. O verde é a Mocidade Portuguesa". E de repente houve uma cor que me saltou e disse: "É aquela". No meio daquelas cores todas e num ginásio enorme, o cor de laranja parece que chamava por mim. Escolhi o cor de laranja, porque nós não tínhamos cor nenhuma.»

## NO I GOVERNO PROVISÓRIO

**D**urante os primeiros tempos no PPD, Conceição Monteiro não conheceu Francisco Sá Carneiro, que estava demasiado ocupado para ir à sede do PPD. Em maio, o líder do partido veio viver para Lisboa e instalou-se no Palácio de São Bento, cedido pelo novo primeiro-ministro. Sá Carneiro passara a fazer parte do I Governo Provisório escolhido por Spínola, o novo Presidente da República. Sem legitimidade democrática trazida por eleições e sem leis fundamentais escritas numa nova Constituição, o primeiro governo foi uma escolha presidencial, ainda sem muita intervenção do MFA. Esse primeiro governo a seguir ao 25 de Abril tomou posse a 16 de maio e tinha como primeiro-ministro o advogado Adelino da Palma Carlos, que estava ligado à Maçonaria e fora colega de Caetano e professor de Sá Carneiro na faculdade. Em representação do PPD, Sá Carneiro foi nomeado ministro adjunto do primeiro-ministro, sem pasta. A escolha terá sido uma imposição de Palma Carlos, que o queria por perto.

A pasta da Administração Interna foi atribuída a Magalhães Mota, co-fundador do PPD. Já pelo PCP, Álvaro Cunhal entrou para o governo como ministro sem pasta, ficando o PCP

também com o Trabalho, sob a responsabilidade de Avelino Pacheco Gonçalves. O líder do PS Mário Soares tornou-se ministro dos Negócios Estrangeiros. Na Coordenação Económica estava o advogado Vasco Vieira de Almeida. Além destes, todos os restantes ministros eram também civis. Com exceção do ministro da Defesa, o coronel Mário Firmino Miguel.

Foi difícil governar perante greves, manifestações, ocupações e reeivindicações que chegavam de toda a sociedade, num contexto internacional de crise económica. Além das urgências próprias de uma revolução recente, a comissão coordenadora do MFA tinha influência forte na vida do país. A forma como seria feita a descolonização era uma questão difícil, com respostas muito diferentes defendidas por Spínola, por elementos do MFA e por membros do governo. Era preciso gerir a presença no governo de partidos tão antagónicos como o PPD, o PCP ou o PS, liderados por Sá Carneiro, Cunhal e Soares. Mas as primeiras grandes divergências acabaram por aparecer entre o MFA e Spínola.

O governo durou apenas 55 dias, terminando a 9 de julho de 1974 com a demissão do primeiro-ministro. Para continuar, Palma Carlos exigia mais poderes e uma alteração do calendário e das regras eleitorais e constitucionais, entrando num braço-de-ferro que servia os objetivos de Spínola. As exigências foram em parte recusadas pelo Conselho de Estado. Em solidariedade com o primeiro-ministro, demitiram-se também Sá Carneiro, Magalhães Mota, Firmino Miguel e Vieira da Almeida. O fim do governo ficou conhecido na altura como «Crise Palma Carlos» e como «Golpe Palma Carlos», consoante quem visse o momento como uma crise política ou como uma tentativa de golpe de Estado palaciano.

Seguiu-se um segundo executivo provisório, agora chefiado pelo coronel Vasco Gonçalves. A partir desse momento, o governo passou a estar mais próximo do PCP, iniciando-se um período que ficaria conhecido de forma pejorativa como gonçalvismo, por analogia com o salazarismo e o marcelismo.

### NO OLHO DO FURACÃO

Sá Carneiro terá contribuído para o início do gonçalvismo, ao apoiar a manobra política falhada de Spínola e Palma Carlos? Na altura da demissão de Palma Carlos, Artur Santos Silva filho era diretor do Banco Português do Atlântico. Na noite de 25 de Abril, Artur estivera em casa do amigo Francisco no Porto, quando foi aberta a tal garrafa de champanhe para comemorar o fim da ditadura. A seguir, participou no início do PPD. Mas Santos Silva critica o papel do amigo, no fim do I Governo Provisório. «O Francisco tinha excecionais qualidades, mas não acertou em alguns momentos críticos da revolução. Foi muito má a crise do governo e a saída de Palma Carlos de primeiro-ministro. As condições não eram as ideais para governar, é óbvio. Mas estava-se no centro do poder político-militar.»

Com a saída do governo, a vida política de Sá Carneiro passou a estar focada no PPD. Nessa altura, também a vida da militante Conceição Monteiro mudou. «Conheci o Francisco quando acabou o governo de Palma Carlos. Ele disse que se dedicaria ao partido, nesse dia foi lá ao Rato e pediu para falar comigo. Fiquei muito espantada.» Sá Carneiro era o líder do PPD e tinha estado distante da sede do partido durante os 55 dias que durou o I Governo Provisório. Agora,

vinha ali pedir-lhe para trabalhar com ele de perto. A partir daquele dia, Conceição tornar-se-ia primeira secretária do líder do PPD e depois amiga e confidente de Francisco. De início, a militante do PPD e prima de Balsemão avisou que não sabia escrever à máquina. «Ele riu-se e disse: "Não estou a pedir para vir escrever à máquina, gostava era que colaborasse mesmo comigo". Respondi: "Isso é o sonho da minha vida, é estar no olho do furacão".»



## CAPÍTULO 7

# NÃO VAI HAVER ARCA DE NOÉ DESTA VEZ

Conceição Monteiro aprendeu logo a escrever à máquina, mal assumiu o papel de secretária pessoal de Sá Carneiro. Depois de sair do governo em solidariedade com Palma Carlos, o líder do PPD não fez parte de mais nenhum Governo Provisório. Mas o PPD precisava de se manter dentro da esfera de credibilidade e legitimidade revolucionária conferida pela presença no governo, por escolha de Belém e do MFA. Por isso, no II Governo Provisório, o partido foi representado pelo ministro sem pasta Joaquim Magalhães Mota.

O líder do PPD defendia que a política não era palco para se estar armado e que os militares deviam sair das Forças Armadas, caso quisessem participar como atores principais na democracia. Aconteceu o contrário com o II Governo Provisório. Havia agora mais militares no executivo, incluindo o primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Além disso, o equilíbrio político inclinou-se a favor do PCP no interior do governo. Mas o pior ainda estava por acontecer, para quem visse o comunismo como um grande perigo a ameaçar Portugal.

Ao dedicar mais atenção ao PPD, Sá Carneiro encontrou logo oposição interna. Ameaçou demitir-se, como viria a acontecer várias vezes, mas acabou por se manter na liderança. Voltou a dividir o tempo entre as duas maiores cidades portuguesas, como quando fora deputado na Assembleia Nacional. No Porto, tinha a família e o trabalho como advogado. Em Lisboa, a política e o PPD em particular ocupavam-lhe parte da semana. Por vezes, esses dois mundos misturavam-se, conta Conceição Monteiro. «Chegava a estar cá a trabalhar o dia todo no partido, depois eu levava o carro dele mais cedo à estação de Santa Apolónia. Ele ia no comboio da noite, dormia no comboio, chegava a Campanhã e tirava o carro. Estava dois dias no Porto com o carro, a trabalhar. Depois trazia-o da mesma maneira. Viajava de noite, para não perder o dia. O comboio da noite demorava, parava em todas as estações, tinha camas para dormir. Ainda fui algumas vezes com ele para cima e ficava com o senhor Orlando, que era o funcionário do escritório dele, do irmão Ricardo e do pai José Gualberto. Ia para lá e passava-lhe os discursos e as cartas à máquina. Nessas alturas, dormia em casa deles. O Francisco filho tinha um quarto, os dois irmãos outro e as pequenas outro. E então eu ficava no quarto do Francisco e ele ia dormir para ao pé dos irmãos. Conheci bem a Isabel e os pequenos, os cinco meninos.»

## OS TEMPOS DE REENCAIXE DAS PEÇAS

Desde o início, tinha sido importante distanciar o novo PPD das sombras da antiga ditadura. Passados poucos dias do anúncio da fundação do partido houve um encontro discreto no Palace Hotel da Curia, perto da Anadia e da Mea-

lhada. À última hora, Sá Carneiro acabou por estar ausente. Tinha sido chamado a Lisboa por Spínola, que estava a compor o I Governo Provisório.

Reuniram-se na Curia algumas das figuras iniciais do partido. Entre outras decisões fundadoras, estabeleceu-se naquele encontro termal que o novo partido se distanciaria de pessoas demasiado ligadas ao anterior regime, que tivessem mantido essa ligação até às vésperas da revolução. Houve exceções importantes apoiadas depois por Sá Carneiro, logo nos primeiros meses de vida do PPD. Com grande peso político nos Açores, veio para o novo partido o advogado Mota Amaral, que depois do fim da Ala Liberal tinha voltado a fazer parte das listas de deputados de Caetano, nas eleições de 1973. E veio também para o PPD o economista João Salgueiro, que durante o marcelismo fora subsecretário de Estado do Planeamento.

À direita do PPD, vários quadros políticos destacados do anterior regime viriam a fazer parte de um novo partido. Dez dias depois da demissão de Palma Carlos, esse novo partido foi fundado em Portugal por Adelino Amaro da Costa, Basílio Horta, Diogo Freitas do Amaral e Valentim Xavier Pintado. O novo partido chamava-se Centro Democrático Social e passou a ser conhecido como CDS, com Freitas do Amaral como primeiro líder.

O CDS foi fundado numa conjuntura política muito desfavorável, conta Maria do Rosário Carneiro, irmã de um dos fundadores do partido, Adelino Amaro da Costa. O pai dos dois era o engenheiro Manuel Rafael Amaro da Costa, que integrara o anterior regime como tecnocrata. Os primeiros anos da revolução foram difíceis. Maria do Rosário Carneiro já era casada com Roberto Carneiro, quando por vezes

o irmão Adelino tocava à porta, às duas da manhã. «Passou muito tempo escondido na nossa casa, dizia: "Tenho de ficar aqui, estava a ser seguido e consegui despistá-los". Foram períodos complicados, na formação do CDS. Tiveram de fugir de comícios. São os tempos de reencaixe das peças, às vezes caem mais para um lado do que para o outro. Eram tempos bons, porque eram tempos de mudança e de liberdade. Mas qualquer período de mudança tem coisas boas e más. Como era considerada reacionária, no meu sítio de trabalho estive um ano metida num cubículo. Sem trabalho para fazer. E a ser controlada, para ver se estava lá ou não estava. Telefonavam de vinte em vinte minutos, da secção de pessoal». Maria do Rosário Carneiro era professora universitária e nada tinha a ver com partidos políticos. Mas foi saneada, por ser filha e irmã de quem era.

## OS NOSSOS BRAVOS REVOLUCIONÁRIOS

**E**ra arriscado ser dirigente ou militante do CDS ou do PPD nos primeiros tempos, assim como era arriscado ser dirigente ou militante de qualquer outro partido. No verão de 1974, a vida política nacional estava em ritmo frenético. Nasceram dezenas de partidos, de diferentes tendências políticas. A maior parte dessas formações acabaria por não atrair muitos militantes. Nem muitos votos, nos casos em que chegaram a poder participar em eleições.

Já o PPD de Sá Carneiro estava em crescimento acelerado e Conceição Monteiro vivia essa aventura de perto. Primeiro a partir da retaguarda, na sede partidária. Mais tarde ao lado do líder, que acompanhava sempre que necessário. A sede no Largo do Rato era pequena demais e foi ultrapassada pela

nova realidade. «Em agosto já tínhamos a máquina de *stencil* e estávamos instalados no primeiro e no segundo andar da [Avenida] Duque de Loulé, depois acabámos por ocupar o prédio todo. Essa sede foi emprestada. Era um prédio da Torralta, para ser alugado para escritórios. Só que ninguém alugava escritórios naquela altura e os nossos bravos revolucionários estavam a ocupar prédios, casas e tudo. Os donos pediram para nós ocuparmos, para que não fosse ocupado com uma ocupação diferente. Começámos por ir para o r/c, 1.º e 2.º. No primeiro andar eram os serviços administrativos. No segundo era o gabinete do doutor Sá Carneiro, o meu, o dos assessores, o do [jornal do PPD] *Povo Livre* e o das fotocópias. Depois fomos andando por ali acima e passou a haver o dos emigrantes, o gabinete de estudos, o da JSD [a Juventude Social Democrata] e depois já estávamos no sexto andar.»

Agora, o partido tinha uma sede nacional a sério, mas não bastava ter mais metros quadrados e muitos militantes. O PPD recebia apoio monetário de empresários portugueses. Mas era preciso mais dinheiro para crescer depressa. Em setembro de 1974, Sá Carneiro visitou vários países europeus à procura de apoios políticos e financeiros para o novo partido. A estratégia era semelhante às de outros partidos, como o PS ou o PCP, que também foram apoiados por partidos políticos de outros países.

Quando terminasse a desagregação do império colonial, Portugal podia ser visto como um país pequeno. Mas era uma peça fundamental no xadrez internacional, no contexto da Guerra Fria. Ao contrário do que Spínola defendera no livro *Portugal e o Futuro*, a descolonização estava a acontecer depressa. Parecia descartar-se assim a hipótese de o império ser transformado numa federação de estados. Para travar

esse processo e aumentar os seus poderes como Presidente da República, Spínola precisava de acabar depressa com o gonçalvismo.

### NA ARGAMASSA FORMADA PELA NOSSA CARNE

**E**m meados de setembro de 1974 começou a ser convocada para Lisboa uma grande manifestação de apoio a António de Spínola, contra o controlo do MFA e do Estado pelo PCP. Foi anunciada para finais de setembro. Seria uma manifestação da chamada maioria silenciosa da classe média, como a que enchera as ruas de Paris durante o Maio de 68, nesse caso em apoio ao general Charles de Gaulle e contra a revolta estudantil que levava a uma grande greve geral em toda a França.

Em Portugal, Spínola discursou ao país e apelou a que a maioria silenciosa do povo português despertasse, para se defender ativamente de totalitarismos extremistas. Noutro discurso, de pé e fardado como general, o Presidente acusou quem queria fazer uma política de terra queimada, «para sobre as ruínas de um país queimado, então construirmos o Portugal novo. Portugal construído na argamassa formada pela nossa carne e pelo nosso sangue. Esses não são portugueses. Esses são traidores ao povo». A 20 de setembro de 1974, num comício na Amadora, Álvaro Cunhal ameaçou quem tivesse intenções reacionárias, contra a revolução em curso. «Se a reação aguça os dentes e se prepara para morder, é necessário partir-lhos antes que morda».

A 25 de setembro, o general Spínola e o primeiro-ministro Vasco Gonçalves tiveram um tratamento diferente por parte do público de uma tourada, na praça de touros do Campo Pe-

queno, em Lisboa. Spínola recebeu uma ovação, Gonçalves foi apupado. A RTP filmou o momento.

Os apoios a Spínola durante essa tourada seriam insuficientes. Houve barricadas nas estradas para impedir a tal grande manifestação, com civis à procura de armas dentro dos carros que vinham para Lisboa. O MFA acabou por proibir a manifestação. A 30 de setembro, Spínola demitiu-se. A Presidência da República foi entregue ao general Costa Gomes, que apoiava o programa do MFA.

No rescaldo da manifestação falhada e da demissão de Spínola, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves defendeu que era necessário que o país retirasse uma lição do acontecido. Disse que fora uma vitória, perante uma tentativa reacionária de atacar a revolução. O discurso do primeiro-ministro foi transmitido pelas rádios e pela RTP, sendo depois reproduzido nos jornais. «Não queremos uma guerra civil entre os portugueses. Bater-nos-emos sempre com a maior paciência, com a maior calma, com a maior firmeza, para que isso não aconteça». Depois de falar em guerra civil, o primeiro-ministro incentivou todos a serem mais produtivos, apelando a um dia de trabalho no domingo seguinte.

## **O 11 DE MARÇO**

**A** 25 de outubro de 1974, o PPD encheu em Lisboa o Pavilhão dos Desportos, no primeiro grande comício do partido. Já a 23 e 24 de novembro, o I Congresso do PPD ficou marcado pela oposição interna ao líder, com uma ala esquerda liderada pelo advogado Jorge Sá Borges. A oposição interna controlava a comissão política, Sá Carneiro liderava o secretariado do PPD. Na prática, o líder tentava manter o

controlo sobre o partido, apesar das muitas urgências a resolver, numa realidade política que mudava depressa. No início de dezembro, Sá Carneiro visitou os EUA enquanto líder partidário e chegou a estar com o secretário de Estado Henry Kissinger. Entre a pequena comitiva do PPD, Conceição Monteiro também viajou. No regresso, Portugal mantinha-se a caminho do socialismo.

Em meados de dezembro, o *Diário de Lisboa* deu destaque à prisão de seis capitalistas por sabotagem económica. Entre os presos estavam administradores da Torralta e o banqueiro Jorge de Brito. Logo na capa, o jornal anunciava a existência de mais seis mandatos de captura. Um dos mandatos era em nome de João Ruiz de Almeida Garrett, que no verão de 1969 recebera Sá Carneiro em casa, para uma reunião secreta a propósito da entrada de candidatos independentes nas listas da União Nacional. Almeida Garrett não chegou a ser preso, porque partira a tempo para Espanha.

O gonçalvismo acelerava e Portugal teria em 1975 dias explosivos, com o país a passar por episódios de quase guerra civil. O novo ano começou mal para Francisco Sá Carneiro. Em fevereiro foi operado de urgência no Porto. A operação terá sido necessária para resolver sequelas do acidente que sofrera em 1973, com o irmão Ricardo ao volante.

No país, a saúde do líder do PPD estava longe de ser o tema principal dos noticiários. Foi posta a circular uma lista de militares e de civis que o PCP tencionaria executar em março, numa suposta matança da Páscoa. A dita lista era falsa e poderá ter sido criada pelos serviços secretos de Espanha ou por elementos de extrema-direita. Mas, a 11 de março de 1975, houve mesmo uma tentativa de golpe de Estado. Entre os objetivos estava a reposição de Spínola no poder.

O golpe falhado incluiu um bombardeamento, mortos, feridos e oficiais detidos. Já o general Spínola conseguiu fugir para Espanha, com a família e com oficiais que o apoiavam, a bordo de helicópteros da Força Aérea. Aterraram na base aérea de Talavera la Real, mas o governo espanhol acabaria por recusar a permanência do grupo, evitando também entregá-los às autoridades portuguesas. Seguiram num voo comercial para a América do Sul, onde o Brasil demorou até os aceitar, apesar de o país viver sob uma ditadura militar de direita.

A 11 de março, o *Diário de Lisboa* fez três edições. A noite de rescaldo foi marcada em Lisboa por uma assembleia do MFA que ficaria conhecida como «Assembleia Selvagem». Entre outros temas, discutiu-se a hipótese de os revoltosos serem fuzilados. À RTP, o capitão Vasco Lourenço comentou a seguir: «Nestes momentos, é absolutamente natural que essa hipótese tivesse surgido. Mas para já não foi decidido atuar com a pena capital em relação a qualquer deles». Para os revoltosos detidos, a prisão seria a realidade durante os tempos mais próximos.

## ISTO AINDA NEM COMEÇOU

No sistema político português, a seguir ao 11 de março as mudanças seriam imediatas. Terminou a Junta de Salvação Nacional e foi criado o Conselho da Revolução, um novo órgão consultivo da Presidência da República. Começava assim o Processo Revolucionário em Curso, mais conhecido como PREC. Logo a 14 de março de 1975, a banca foi nacionalizada pelo Conselho da Revolução. Esta fase do PREC ficou também marcada pela nacionalização de empresas de

outros setores e pela criação de legislação de apoio à reforma agrária e à expropriação de latifúndios, num contexto de ocupações de herdades sobretudo no Ribatejo e no Alentejo. Como tinha acontecido logo a seguir ao 25 de Abril, aumentou a fuga de pessoas para o estrangeiro, com o Brasil a ser destino de muitos dos exilados.

Também Sá Carneiro partiu, embora o motivo apresentado em público tenha sido um problema de saúde e não questões políticas. Estava a correr mal a recuperação da operação a que tinha sido submetido de urgência no Porto. Fora aconselhado a viajar para Londres, onde teria melhores cuidados de saúde. Em privado, Sá Carneiro falou com o amigo Artur Santos Silva filho e apresentou razões adicionais, além da saúde. «A seguir ao 11 de Março, o Francisco decide ir para Inglaterra. Tivemos uma grande conversa e ele diz-me: "Ó Artur, não vai haver Arca de Noé desta vez. Eu vou para Londres. Vou tratar-me, por um lado, para ver se isto recupera mais rapidamente. Levo a minha mulher e os meus filhos. E vai o Ricardo, com a mulher e as filhas. Aconselho-o a pensar sair, porque quando quiser sair, não sai".»

Em Londres, Sá Carneiro terá recuperado de um período de depressão e viria a ser operado de novo, para corrigir o que corra mal na operação feita no Porto. Em Portugal, o PPD viveu a ausência do líder. «Foi um período complicado», conta agora Balsemão. «Porque ele era o líder incontestado. Precisávamos dele e ele não estava cá. Foi preciso avançar com o partido, o partido não podia desaparecer. Foi uma fase complicada, mas depois felizmente ele voltou».

Em Portugal, aproximavam-se as primeiras eleições da democracia. Mas havia milícias armadas de várias tendências políticas, da extrema-direita à extrema-esquerda. Também

os principais partidos estavam organizados para a hipótese de rebentar uma guerra civil.

Com a saída de Portugal e de cena de Sá Carneiro, o líder do PS Mário Soares tornou-se a figura central da oposição à hipótese de o país se transformar numa ditadura comunista. Quem o conta agora é José Manuel dos Santos, que foi assessor próximo de Mário Soares. «Imensa gente foi ao PS, a dizer que se ia embora do país, que isto estava tomado pelos comunistas, que o PC já tinha tomado conta do poder. E Soares, a várias dessas pessoas, disse: "Vocês estão doidos, isto ainda nem começou. Isso é o que eles querem, que vá tudo embora". Várias figuras de topo do PPD na altura disseram isso. E Soares é que os foi convencendo a ficar.»

## **COM OS COLADORES DE CARTAZES**

**A**ntes da primeira ida às urnas a seguir ao fim da ditadura, o Movimento das Forças Armadas impôs a assinatura do Pacto MFA/Partidos, a 11 de abril de 1975. A necessidade de um acordo escrito terá sido declarada primeiro por Cunhal, ainda no final de 1974.

Agora, no rescaldo do golpe de Estado falhado e da fuga de Spínola, o novo Conselho da Revolução queria garantir a influência política do MFA, mesmo depois das eleições para a Assembleia Constituinte. Através deste compromisso escrito, garantia-se a influência do Conselho da Revolução na futura Constituição. Não existia alternativa. Em Belém houve assinatura pública do documento, por representantes dos principais partidos. Incluindo o CDS, o PCP, o PPD e o PS. Pelo partido de Sá Carneiro, Sá Borges assinou o pacto e estiveram também na cerimónia Magalhães Mota e Balsemão.

No documento acabado de assinar falava-se sobre a construção de uma via original para o socialismo português. Também as paredes de Lisboa e do país falavam. Desde o 25 de Abril que se multiplicavam os cartazes, as pinturas murais e as frases pintadas. Algumas eram mais originais e o capitão Otelo Saraiva de Carvalho citou uma dessas frases que teria sido pintada numa parede da capital: «À portuguesa, só co-nheço o cozido». Otelo era um dos líderes naturais do MFA. E citou essa crítica ao pacto com bom humor, apenas para a contrariar logo a seguir: «Assim como descobrimos o cozi-do à portuguesa, temos de conseguir descobrir o socialismo português».

Fosse para construir o socialismo ou para o desconstruir, as paredes ganhavam agora uma procura crescente. Aproximava-se a luta pelos votos. Em Lisboa, a campanha eleitoral arrancou de forma oficial no primeiro minuto do dia 2 de abril, com milhares de ativistas espalhados pelo centro e pelos arredores, com cartazes, cola e trinchas. Nessa noite, o *Diário de Lisboa* teve o repórter fotográfico Rui Pacheco a fotografar o acontecimento nas ruas de Lisboa, com o jornalista Fernando Assis Pacheco. O resultado foi a manchete «Guerra de cartazes». A reportagem «Na rua, com os cola-dores de cartazes» conta que houve quem desrespeitasse as regras do jogo, como a equipa de reportagem ouviu contar, em Xabregas, a uma brigada de colagem de cartazes:

«Andam por aí uns tipos a arrancar cartazes, a ras-gá-los e coiso. Se os apanhamos...» Mas a regra praticamente geral era a da convivência. Na Calçada do Combro, contar-nos-ia um estudante de balde na mão. «Ali ao lado, como já viu, é malta de outro partido.

Simplemente, moramos aqui todos no mesmo bairro, conhecemo-nos. Não há problemas.»

Podia não haver problemas naqueles metros da Calçada do Combro, mas no país o combate eleitoral incluía já agressões, ataques a sedes de campanha e sabotagens de comícios, como se contava no mesmo jornal.

## **UMA PROFISSÃO DE ALTO RISCO**

**F**rancisco Sá Carneiro continuava em Londres. Em Lisboa, Conceição Monteiro conduzia o próprio carro, com os miúdos da JSD a bordo, baldes de cola e cartazes. Se por acaso se cruzavam com uma brigada de coladores de cartazes do PCP, era melhor mudar de ares. Já se o encontro se dava com militantes do MRPP, podiam contar com proteção contra os militantes do PCP. Nesta luta, era comum arrancar-se os cartazes das campanhas rivais ou colar cartazes por cima. Contra a prática de arrancar cartazes alheios, houve quem usasse cola misturada com garrafas de vidro partidas. Assim, quem quisesse arrancar cartazes arriscava-se a ficar com as mãos feridas. E havia quem colasse cartazes com capacete de mota na cabeça, prevendo a vinda de pedradas.

O PPD foi perseguido por militantes comunistas e de extrema-esquerda, por exemplo em comícios durante a campanha eleitoral. Ser militante do partido chegou a ser «uma profissão de alto risco», conta Balsemão. Mas nessa altura o próprio PPD era anticomunista? «Era anti-Partido Comunista Português na modalidade existente, completamente submetido a Moscovo. E tendo sempre como grande preocupação e prioridade a independência das ex-colónias e a quem

é que seriam entregues. Se formos ver uma a uma, todas as entregas foram feitas de um modo favorável a Moscovo».

### O SEGUNDO PARTIDO MAIS VOTADO

A pesar de estar ainda com problemas de saúde, Sá Carneiro veio de Londres, de avião, de propósito para exercer o direito de voto. Foi uma visita relâmpago e o líder do PPD regressou logo ao Reino Unido. Em Portugal, a data das eleições continha simbolismo, por acontecerem um ano depois do 25 de Abril. Mas a importância da Assembleia Constituinte que viria a nascer destas eleições era muito mais do que simbólica. Aos 250 deputados eleitos caberia escrever a nova Constituição. Os escolhidos foram deputados como Marcelo Rebelo de Sousa pelo PPD, Sophia de Mello Breyner pelo PS, Octávio Pato pelo PCP e Adelino Amaro da Costa pelo CDS.

A participação eleitoral foi expressiva, com quase 92% dos eleitores a votar. Era uma vitória para a democracia, que se impunha pelos números aos militares que quisessem prolongar-se no exercício do poder. Com 26% dos votos, o PPD foi o segundo partido mais votado, dez pontos atrás dos quase 38% conseguidos pelo PS. O PCP ficou-se pelos 12%, o CDS teve quase 8%, o MDP-CDE conseguiu 4%. E os votos brancos e nulos somados representaram menos de 7%, apesar dos apelos ao voto em branco feitos pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves e por outros membros do MFA.

Mesmo somando os votos do PCP aos do partido irmão MDP-CDE, os resultados eleitorais deixavam os comunistas muito longe da conquista de um governo em Portugal, por via democrática. Poucos dias depois, em entrevista à jorna-

lista italiana Oriana Fallaci, o líder do PCP explicou que a democracia não seria o caminho para a revolução portuguesa. A entrevista foi publicada no jornal italiano *Europeo* e o PCP desmentiu que Cunhal tivesse dito aquelas palavras. Fallaci ofereceu-se então para mostrar a cassete da entrevista a quem a quisesse ouvir.

Poucos dias depois das eleições, Sá Carneiro foi operado em Londres. A 23 de maio fez uma nova visita relâmpago a Portugal, onde participou em Lisboa no conselho nacional do partido. Não se sentia em condições de voltar de forma permanente para Portugal e o PPD precisava de um líder interino. A escolha do partido acabou por ser Emídio Guerreiro, um veterano com currículo na luta contra o fascismo.

O novo líder interino do PPD assustou uma parte dos militantes. Por exemplo quando fez estas declarações à RTP: «Quando atualmente se tomam medidas de carácter revolucionário, o PPD diz "Muito bem". É preciso transformar aquela velha sociedade capitalista numa sociedade socialista e ao mesmo tempo humanista. E eu explico: humanista quer dizer que, para nós, o socialismo tem que considerar em primeiro lugar o homem. O outro aspeto é que não há um plano definido. Quer dizer, em Portugal pergunta-se: "Para onde vamos?" Apesar de se dizer que nós vamos para uma sociedade socialista, a maneira como se está a fazer, a meu ver um pouco desordenada, dá a impressão de que na realidade Portugal está um pouco à deriva».

## **O VERÃO QUENTE**

**T**al como o país, também o PPD estava à deriva. Apesar de se manter longe de Portugal, Sá Carneiro vigiou a

atividade do partido. Conceição Monteiro ficou como secretária de Emídio Guerreiro e foi sempre informando o líder ausente sobre tudo o que se ia passando no partido e no país. No verão de 1975, Sá Carneiro deixou Londres e instalou-se no Sul de Espanha, numa casa alugada. A família foi lá ter.

Sem que Guerreiro soubesse, Conceição ia garantindo que nada escapava a Francisco. «Falava praticamente todos os dias com ele ao telefone. Nós tínhamos uma militante nossa que era dos telefones. E quando entrava ao serviço ligava, para ter a certeza que outras pessoas não estivessem a escutar as conversas.» Esse método de fazer chamadas passou a ser seguido desde que Conceição recebeu uma chamada da militante que trabalhava nos telefones. Contava o que tinha sido dito durante um telefonema entre Francisco e Conceição. E como é que a funcionária e militante sabia? «A camarada que estava de serviço antes de mim esqueceu-se aqui do gravador».

Os trabalhos da Assembleia Constituinte arrancaram a 2 de junho de 1975. A 19 de junho houve uma manifestação do PS, junto à Fonte Luminosa e à Alameda D. Afonso Henriques. A gritar palavras de ordem como «Soares, amigo, o povo está contigo», estava ali perto de um milhão de pessoas, entre militantes e simpatizantes do PS e de outros partidos, incluindo do PPD. Soares exigiu a demissão de Vasco Gonçalves.

O clima político aquecia. Este verão haveria de ficar conhecido como o Verão Quente de 1975. A 13 de julho, houve um ataque à sede do PCP em Rio Maior e generalizaram-se os espancamentos e os ataques a sedes comunistas, que foram assaltadas e queimadas sobretudo no norte e no centro do país. O PCP acabou por ser o partido mais atingido, com uma campanha anticomunista violenta que teve o apoio da Igreja Católica, de apoiantes de Spínola, de movimentos de

extrema-direita e de militantes de vários partidos, incluindo o CDS, o PPD e o PS. Mas a violência por motivos políticos teve também outras vítimas, como o CDS. Houve casos em que militantes de pequenos partidos de esquerda lutaram entre si, em episódios de violência que envolveram, por exemplo, militantes do MRPP e da UDP, a União Democrática Popular.

## **NÓS SEREMOS A MURALHA DE AÇO**

**E**m agosto de 1975, a secretária e agente secreta de Sá Carneiro disse a Emídio Guerreiro que estava muito cansada. Precisava de férias e iria dez dias para a quinta de uma tia, nas Beiras, sem telefone. O verdadeiro destino era o Sul de Espanha, mas isso não podia ser revelado ao líder interino do PPD. Conceição fez parte de um dos pequenos grupos de militantes e dirigentes do partido que viajaram até ao Sul de Espanha nessa altura para visitar Francisco. O gonçalvismo parecia ter os dias contados no governo. Era preciso que o líder voltasse para afastar Guerreiro da liderança do PPD. No Sul de Espanha, Conceição datilografou duas entrevistas a que Sá Carneiro respondera por escrito. As entrevistas continham críticas à liderança interina do PPD e viriam a ser publicadas em Portugal, ainda antes do regresso do líder ausente.

A 7 de agosto de 1975 foi divulgado o que viria a ser conhecido como o «Documento dos Nove», assinado de início por nove membros do Conselho da Revolução, incluindo Ernesto Melo Antunes e Vasco Lourenço. Nesse comunicado, os nove conselheiros demarcavam-se do gonçalvismo e apontavam para um caminho moderado, de socialismo pluralista. Os nove foram suspensos do Conselho da Revolução. O documento teve depois o apoio do PS e do PPD.

Um dia depois da divulgação do «Documento dos Nove», tomou posse em Portugal o V Governo Provisório, que viria a ser o último liderado pelo coronel Vasco Gonçalves. Na tomada de posse, o primeiro-ministro defendeu a edificação do socialismo em Portugal e disse que todos os portugueses patriotas deviam conquistar mais revolucionários para a revolução. Por esta altura, havia comícios a transbordar, onde multidões gritavam sem parar o nome próprio do líder do gonçalvismo. E cantava-se a canção «Força Força, companheiro Vasco», gravada por Carlos Alberto Moniz e Maria do Amparo. Um dos versos iniciais dessa música rimava Vasco com aço: «Nós seremos a muralha de aço».

No PPD, Mota Amaral chegou a temer que fosse instituído um regime comunista em Portugal, conta agora. «O Partido Comunista estava muito forte. E conduziu a revolução, até à altura em que o Grupo dos Nove se separa e é apoiado pelo PS, pelo PSD, pelo CDS, por toda a gente que não quer sair de uma ditadura salazarenta para passar para a ditadura comunista de Cunhal. Chegou a estar bem próximo, o V Governo Provisório é um governo comunista». E o que aconteceria nos Açores, nesse caso? «Nesse caso haveria uma separação, temporária ou não». Apoiada pelos EUA? «Sim, até uma certa altura os EUA apoiariam uma solução dessas. Deixaram de apoiar depois da Conferência de Helsínquia [a 1 de agosto de 1975]. Terá sido entendido entre [o Presidente da União Soviética Leonid] Brezhnev e o Presidente [Jimmy] Carter que Portugal iria continuar na órbita da NATO e que o comunismo não iria prevalecer».

A 18 de agosto de 1975, Vasco Gonçalves discursou num comício em Almada e foi vitoriado pela assistência. Mas era já um canto do cisne do gonçalvismo. O último governo du-

rou apenas 29 dias, caindo oficialmente a 12 de setembro de 1975. Sete dias depois, tomou posse o VI Governo Provisório, liderado pelo almirante José Pinheiro de Azevedo. Acabara o gonçalvismo e Sá Carneiro estava de regresso a Portugal, para voltar à liderança do PPD e à primeira linha da política. O que tinha agora a dizer sobre o momento vivido em Portugal?



## CAPÍTULO 8

# SÁ CARNEIRO RETORNADO

Tinha estado fora do país durante oito meses. Quando regressou de Espanha, Sá Carneiro deu uma conferência de imprensa matinal em Lisboa, no Hotel Roma. Recebeu pouca atenção do *Diário de Lisboa*, onde nessa tarde a notícia foi remetida para a página 12. Encaixada sob o antetítulo «Sá Carneiro retornado», com esta citação como título: «Os militares têm sido incompetentes».

Na primeira página de 24 de setembro de 1975, o *Lisboa* reservava a manchete para noticiar a adesão massiva à greve de uma hora, com os metalúrgicos a pararem das 10 às 11 horas. O Verão Quente haveria de se prolongar quase até ao final do outono de 1975, mas esse epílogo ainda pertencia ao futuro. Por agora, Sá Carneiro estava «retornado à vida política», segundo se insistia no *Lisboa*. O fundador do PPD queixava-se que em Portugal não se podia ser oficialmente anti-comunista, mas podia-se ser oficialmente anti-social-democrata. Era um comentário relativo a declarações do Presidente e do novo primeiro-ministro.

Rotular Sá Carneiro como retornado arrumava o líder regressado do PPD no mesmo barco que os chamados retornados. Tratava-se naquele momento de uma expressão aplicada de forma corrente aos refugiados que estavam a fugir de Angola e de outras ex-colónias portuguesas, por não se conseguirem adaptar às novas realidades políticas. Essas novas realidades incluíam guerra civil, em grande parte do antigo império. A maioria das pessoas que agora fugia não o estava a fazer por escolha política. Para muitos, viver ali tornara-se impossível.

Para quem olhasse com entusiasmo para a independência rápida das ex-colónias, seria claro que só uma pessoa reacionária queria estar à margem da construção daquelas novas nações socialistas. Ao contrário do que se dava a entender naquela página de jornal, Sá Carneiro nada tinha a ver com a realidade muitas vezes desesperada de quem vinha de África com pouco ou nada, em muitos casos para pôr um pé na Europa pela primeira vez. Ali era arrumado no papel de retornado, como sinónimo de reacionário e de desenquadrado.

## LINGUAGEM DE ESQUERDA

Quem agora voltava de Espanha era o líder do PPD, que se afastara de forma temporária da liderança para recuperar a saúde. Agora, estava de volta e queria o comando do partido. Num ponto essencial da conferência de imprensa, a JSD cumpriu a função de parecer complicar a vida ao líder regressado: «Um representante da Juventude Social-Democrata usou linguagem de esquerda para pôr duas questões a Sá Carneiro, uma das quais acerca das diferenças entre o marxismo e o marxismo-leninismo e a possibilidade de o PPD acei-

tar o primeiro e rejeitar o segundo. Sá Carneiro disse que o programa do PPD é um programa progressista, de esquerda, mas que rejeita o marxismo como doutrina embora reconheça a sua importância na inspiração de doutrinas contemporâneas». Por outras palavras, Sá Carneiro deixava claro que o comunismo pertencia ao passado. Quanto ao futuro, segundo esta notícia, o líder voltaria a assumir o poder no PPD no fim de semana seguinte.

## **HAVIA ESPÍÕES DE TODO O LADO**

**A** pesar do peso sociológico dos votos confiados ao PPD nas eleições que tinham acontecido há cinco meses, os acontecimentos ultrapassavam quaisquer previsões. Era difícil conseguir muita atenção dos jornalistas. Três dias depois da conferência de imprensa de Sá Carneiro, uma multidão de manifestantes atacou o Consulado de Espanha em Lisboa, na Rua do Salitre. Seguiu-se a Embaixada de Espanha, na Praça de Espanha. As duas representações diplomáticas na capital foram saqueadas, destruídas e queimadas e também houve ataques aos consulados espanhóis no Porto e em Évora. O rastilho tinha sido uma manifestação de extrema-esquerda contra o regime franquista, que aplicara a pena de morte a cinco independentistas bascos.

Perante aqueles ataques contra representações diplomáticas espanholas, justificava-se agora uma intervenção militar estrangeira em Portugal a partir de Espanha? A hipótese terá sido posta em cima da mesa entre as autoridades de Madrid e de Washington, mas acabou por não acontecer. Em Espanha e em Portugal, Francisco Franco e as autoridades portuguesas fizeram declarações públicas a desvalorizar os ataques.

«Em 1975, Portugal estava no centro do mundo. Era capa das grandes revistas, abria telejornais. E estava no centro do mundo não apenas pela projeção do noticiário, estava cá tudo. Tudo aqui se fazia, havia espões de todo o lado, havia aprendizes de revolucionário de todo o lado. Toda a gente usou as armas que tinha e que não tinha», conta agora José Manuel dos Santos. «Recordo-me que estava na rua, na Baixa, quando houve o assalto à Embaixada de Espanha e o incêndio. Houve assalto em Palhavã e houve aqui. E eu estava na Avenida da Liberdade, acho que com o [escritor e pintor Mário] Cesariny. Andámos ali a ver e junto ao consulado ouvia-se falar todas as línguas. Não havia turismo. Ou por outra, havia o turismo revolucionário.»

## NUNCA CHEGOU A SER PRECISO

Passadas 24 horas, a madrugada de 28 de setembro foi marcante para Sá Carneiro e para o PPD. Emídio Guerreiro tencionava manter-se na liderança e o partido estava reunido para decidir se Sá Carneiro voltaria ou não a liderar o PPD. Primeiro falaram os críticos, depois o líder regressado discursou. Nessa madrugada, falou durante quase seis horas. Depois votou-se, por eleição secreta. E o regressado ganhou, de forma esmagadora.

Francisco era de novo o líder do PPD. Com Conceição como secretária, pronta para o que desse e viesse. «Andei armada, mas foi só no Verão Quente de 1975. Um militante do partido apareceu-me lá com um senhor, que depois vim a saber que era um comando, com uma pistola. Porque eu levava o doutor Sá Carneiro por esse país fora. Íamos para o Alentejo, íamos para aqui, íamos para ali. E nessa altura havia

barricadas à saída de Lisboa. O comando ensinou-me como se usava. Mas eu pus a arma onde ele me mandou, que era debaixo do banco do carro. E nunca mais lhe toquei. Quando foi o 25 de Novembro, devolvi-a e disse: "Isto agora já serenou, não quero mais ter isto". Para defender o doutor Sá Carneiro, eu usaria concerteza. Mas nunca chegou a ser preciso, graças a Deus.»

Faltavam ainda dois meses para o fim do PREC, em novembro de 1975. Seriam dois meses cheios de acontecimentos originais em Portugal.

## **O POVO É SERENO**

**O**s ataques às representações diplomáticas espanholas tinham sido momentos de caos. A seguir houve tudo menos estabilidade. Ao longo de dois meses, o país foi palco de manifestações e contramanifestações, por vezes com a violência a aumentar até níveis que podiam fazer temer o início de uma guerra civil, como quando na madrugada de 9 de novembro uma manifestação convocada pelo PPD atravessou o Douro e foi até a um quartel em Vila Nova de Gaia. Houve tiros, pedradas e feridos e o *Diário de Lisboa* noticiou em manchete: «Direita recomeça violência».

A violência política era um tema recorrente. No mesmo dia houve em Lisboa uma grande manifestação de apoio ao VI Governo Provisório, organizada pelo PS, pelo PPD e pelo CDS. Às tantas, o rebentamento de petardos junto ao Terreiro do Paço provocou o pânico entre a multidão. A partir da varanda de onde discursava, o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo apelou à calma, com uma frase que ficaria célebre: «Não há perigo. O povo é sereno. É apenas fumaça.»

Na mesma varanda, Mário Soares e Sá Carneiro protegiam-se do fumo com lenços de assoar.

O clima de confronto atingiu São Bento três dias depois, com o primeiro-ministro e os deputados da Assembleia Constituinte a serem cercados a 12 de novembro, por operários da construção civil em greve. Passadas 36 horas, o cerco foi levantado e os deputados conseguiram sair, sob escolta, graças a um corredor de segurança criado através da multidão de manifestantes. «O ambiente era de barafunda, a Constituinte foi cercada, o governo foi cercado», conta agora Mota Amaral. «Há imagens da nossa saída em fila, por entre alas, no dia seguinte. Estávamos desertos de fome, para ir comer qualquer coisa ao primeiro restaurante que encontrássemos aberto. O primeiro que encontrei aberto foi quase em frente ao jardim das Amoreiras». Dentro da Assembleia, durante o cerco, só os deputados do PCP tinham comida. Saíram da Assembleia de punho no ar, sendo saudados pelos manifestantes.

No dia seguinte, a Estrada Nacional 1 foi cortada em Rio Maior por populares armados com mocas. O país estava assim cortado ao meio. E ponderou-se a mudança provisória da Assembleia Nacional para o Porto, que não chegou a acontecer. A 20 de novembro, o governo do almirante Pinheiro de Azevedo declarou estar em greve. Aos jornalistas, o primeiro-ministro explicou o que se passava: «Fui sequestrado já duas vezes. Já chega, não gosto de ser sequestrado. É uma coisa que me chateia, pá». Durante oito minutos, o primeiro-ministro em greve falou aos jornalistas à saída do Palácio de Belém. Depois disse que precisava de ir almoçar e preparou-se para entrar para o Citroën DS que o transportaria para longe de Belém. Antes de entrar para o boca de sapo, disse ainda que as condições mínimas para o governo

governar poderiam depender das forças militares «em Lisboa e em alguns pontos fulcrais». Dias depois, confirmou-se a 24 de novembro que Vasco Lourenço passava a ocupar o lugar de Otelo no comando da Região Militar de Lisboa. Mais do que apenas uma mudança num comando militar, aquela era mais uma jogada no tabuleiro da política. Quem tinha mais poder dentro do MFA? Em que sentido caminharia a revolução? Vasco Gonçalves poderia voltar a chefiar o governo? Ou estaria o MFA controlado por militares moderados, distanciados do PCP?

## **AQUI NÃO TINHA HIPÓTESE**

**M**uitas dúvidas ficariam esclarecidas a 25 de novembro de 1975. Nesse dia Sá Carneiro meteu-se num avião para voar até à Alemanha Ocidental, onde se ia encontrar com o chanceler Helmut Schmidt e com o presidente Willy Brandt. Era uma viagem importante, já anunciada na imprensa. No mesmo dia terá havido uma tentativa de golpe de extrema-esquerda em Portugal. O golpe foi esmagado pela ala moderada do MFA, com protagonistas como Vasco Lourenço e António Ramalho Eanes.

As primeiras notícias assustaram o marido de Maria do Rosário Carneiro. Roberto Carneiro estava em França, em representação do Ministério da Educação. «Em Paris, a notícia que corria era que tinha havido um golpe de Estado e havia sangue a correr para as sarjetas de Lisboa. Ele telefonou-me e eu disse-lhe: «Não Roberto, não há. O Duran Clemente disse uns disparates. E a seguir fomos brindados com um filme cómico». A irmã de Adelino Amaro da Costa estava em casa e assistira à ocupação temporária da emissão da RTP, com o

capitão Manuel Duran Clemente a acabar por ser retirado do ar. Foi substituído pelo filme cómico *O Homem do Diner's Club*, protagonizado pelo ator norte-americano Danny Kaye.

Naquele dia acabou o PREC. Ou seja, «vai pela porta fora a ideia de um estado comunista, com o 25 de Novembro», diz agora Mota Amaral. «Mas estive perto, estive por pouco. Só à última hora é que Cunhal resolveu desistir da sua tomada do Palácio de Inverno e da implantação do comunismo em Portugal. Porque percebeu que aqui não tinha hipótese.»

### A REVOLUÇÃO ANDAVA SEM MOTOR

Sá Carneiro acompanhou o momento histórico à distância. Acabou por regressar a Portugal a bordo de um caça da Força Aérea alemã, três dias depois. A 28 de novembro, o líder do PPD deu uma conferência de imprensa e fez o ponto da situação política no país. «Até ao 25 de Novembro e já há uns tempos, a revolução andava sem motor, andava em "rota livre". E isso deu as lógicas consequências a que se assistiu. Parece-me que já há muito se devia ter reconhecido que os partidos democráticos devem ser os verdadeiros motores da política portuguesa. Depois das eleições de 25 de abril deste ano, é um facto inegável, uma realidade política inegável e, portanto, há que adaptar toda a estrutura antes tratada, a essa realidade. Espero que a Assembleia Constituinte possa concluir os seus trabalhos mais rapidamente do que estava previsto, porque as eleições, cuja urgência não é de mais salientar, dependem da entrada em vigor da Constituição».

Terminado o PREC, a 8 de dezembro de 1975 o PPD viveu um congresso muito importante no Teatro Avenida, em Aveiro. A seguir a esse II Congresso Nacional confirmou-se

uma cisão com a saída de opositores internos a Sá Carneiro. Dos 81 deputados que o PPD tinha na Assembleia Constituinte, 21 abandonaram o partido e passaram a independentes, incluindo o deputado Carlos Mota Pinto, que tinha sido líder parlamentar do partido. O êxodo de tantas figuras importantes fragilizava a imagem do PPD, mas tratava-se de uma clarificação. A liderança de Sá Carneiro era agora mais sólida, com a saída dos opositores internos.

Um mês depois do Congresso de Aveiro, Sá Carneiro estava em Lisboa como líder do PPD, enquanto a família se mantinha no Porto. A 6 de janeiro de 1976 teve um almoço a dois com uma editora marcante, proprietária das edições Dom Quixote. Segundo terá dito a Sá Carneiro a escritora Natália Correia, a editora Snu Abecassis seria «uma princesa que jaz adormecida num esquife de gelo à espera do príncipe que a desperte com um beijo de fogo», como conta Fernando Dacosta no livro *O Botequim da Liberdade*. Quem marcou mesa para os dois foi Conceição Monteiro. «A Natália Correia quase obrigou o Francisco a convidar a Snu para almoçar. Dizia-lhe: "Não há direito, ela já publicou dois livros seus e você nem sequer a conhece. Devia convidá-la". E ele disse: "Pronto, Conceição, pergunte se ela pode e marque lá mesa na Varanda do Chanceler". Mal eu sabia no que ia dar.»



## CAPÍTULO 9

# ASTRO CHEGOU A TRÓIA

S eis de janeiro de 1976. Há um antes e um depois desse Salmoço na Varanda do Chanceler, em Lisboa. Seriam mudanças pessoais, mas com repercussões políticas para o líder do PPD. A seguir, Francisco Sá Carneiro foi até à nova sede do partido, no bairro lisboeta da Lapa, e encontrou Conceição Monteiro. «Quando voltou desse almoço, vinha tão encantado que percebi que ali havia coisa. Eu já tinha quarenta e tal anos, tinha muita escola da vida. Percebi que tinha havido um choque.»

Apesar de ser católica, a paixão de Francisco por Snu não abalou as convicções políticas de Conceição. Continuará ao lado do líder, mas vinham aí eleições legislativas já em abril. «Naquela altura, o Francisco deixar a mulher e os filhos e viver com a Snu... Eu disse-lhe: "Faço o que puder, mas peço-lhe uma coisa. Não torne nada público antes das eleições. Depois, faça o que quiser". E até ao dia 25 de abril de 1976 ninguém soube. Só nós os três sabíamos.»

## FOI MUITO DEVAGARINHO

A 2 de abril de 1976, a nova Constituição portuguesa foi aprovada na Assembleia Constituinte, com os votos a favor dos deputados de todos os partidos menos do CDS, que votou contra. Tinha sido um processo épico, começado em pleno PREC e terminado meses depois de ter acabado o período revolucionário.

A 25 de abril de 1976 aconteceram as primeiras eleições democráticas para a Assembleia da República, de onde sairia o primeiro governo constitucional. A campanha eleitoral foi vivida em clima de intimidação, com episódios de violência extrema, incluindo atentados bombistas com vítimas mortais, como o que foi feito contra a Embaixada de Cuba, em Lisboa, ou como aquele em que morreram duas pessoas, uma delas o padre Maximino de Sousa, candidato pela UDP. Durante a campanha, o PCP foi muito atacado. Consoante os contextos regionais, também era difícil ser militante de outros partidos, incluindo o PS, o CDS ou o PPD.

Para o partido de Sá Carneiro, os resultados foram uma derrota. Ganhou o PS de Mário Soares, com quase 35% dos votos e 107 deputados. O PPD teve 24% e 73 deputados, o CDS conseguiu quase 16%, com 42 deputados. O PCP conquistou 14% e 40 deputados. E a UDP elegeu um deputado.

Snu e Vasco Abecassis divorciaram-se. Francisco não conseguiu o divórcio de Isabel Sá Carneiro. Depois das eleições, Snu e Francisco começaram a aparecer em público. «Foi muito devagarinho», conta Conceição Monteiro. Começaram a ser vistos à conversa, em *cocktails* de embaixadas. «Depois, houve convites a pessoas, como o doutor [António] Barbosa de Melo ou o doutor Mota Amaral, para irem jantar a casa

da Snu. Ficaram muito bem impressionados. Lembro-me de o doutor Barbosa de Melo me dizer: "Agora, compreendo. Que mulher inteligente, dá gosto conversar com ela". Porque as pessoas diziam: "Ah, isto é uma aventura com uma sueca loira. Só disparates". E quando lá iam e a conheciam, diziam: "Ela é o contrário do que se poderia imaginar. É uma mulher de uma inteligência fantástica, de uma tranquilidade..." »

A católica progressista Maria João Sande Lemos e o marido eram militantes do PPD logo desde os primeiros dias, quando a sede nacional ainda era no Largo do Rato. António Sande Lemos tinha sido colega de Sá Carneiro em Direito e ficaram amigos desde esses tempos. Um dia, Francisco apresentou Snu ao casal Sande Lemos, durante um *cocktail* na Embaixada de Israel. «Era queridíssima, simpatiquíssima. E a partir daí começámos a dar-nos como casal», conta agora Maria João. «No dia seguinte, desafiei-os para irem almoçar ao golfe da Carregueira. Fomos os quatro e também foi a Rebecca e o Rodrigo, o meu filho. Juntou-se à nossa amizade política e pessoal com o Francisco Sá Carneiro uma grande amizade pessoal com a Snu, porque era realmente uma mulher superior».

Dos três filhos de Snu Abecassis, quem viveu com Francisco e Snu foi a filha mais nova. Rebecca Abecassis tinha sete anos quando começaram a viver juntos. Na mesma casa viveu ainda o filho mais velho de Sá Carneiro, também Francisco, que estava a estudar Direito na Universidade Católica. Aquela casa que Snu alugava ao ex-marido era um *duplex* na Rua Dom João V, tinha uma vista das que não se esquece e quase 400 metros quadrados. O quotidiano incluía jantarem juntos. Aos sábados e domingos era também comum almoçarem os quatro: Snu, Rebecca e os dois Franciscos. Sá Carneiro adorava comer e era muito exigente com a comida, ao

contrário de Snu. Quanto a restaurantes, entre os preferidos estavam o Escondidinho, no Porto, o Tavares Rico e o Gambinus, em Lisboa, onde Sá Carneiro almoçou muitas vezes com o filho mais velho.

Perante os mexericos e as críticas, o líder do PPD pôs o lugar à disposição do partido, caso os militantes considerassem que a nova situação conjugal era incompatível com a liderança. Francisco e Snu passaram a estar cada vez mais tempo juntos e no PPD a realidade acabou por ser aceite.

O que terá mudado no político Sá Carneiro com Snu Abecassis? José Manuel dos Santos responde: «Sá Carneiro era uma figura muito caracterizada pela sua origem geográfica e social, do Porto e da burguesia do Porto, no sentido daquilo a que pertence e aquilo que representa. Depois, Snu dá-lhe uma abertura maior. Não é que ele deixe de ser quem era, mas dá-lhe uma certa libertação.»

Para Sá Carneiro, uma das mudanças foi deixar de ir à missa. «O que não quer dizer que tenha perdido a religiosidade», conta o filho mais velho. O líder do PPD tinha tido uma vida religiosa intensa e agora escolhera divorciar-se, o que era uma negação das regras da Igreja Católica.

## A ALIANÇA DEMOCRÁTICA

**A**inda em 1976 aconteceram as primeiras eleições presidenciais democráticas, a 27 de junho. O candidato vencedor foi o general António Ramalho Eanes, que conseguiu 61% dos votos logo à primeira volta, depois de uma campanha eleitoral marcada por momentos de violência.

Eanes tinha sido uma das figuras vencedoras do 25 de Novembro. Candidatara-se por escolha do Conselho da Revo-

lução, com o apoio do PS, do PPD, do CDS e do MRPP, e com o apoio diplomático do embaixador norte-americano em Lisboa. Frank Carlucci mediu a negociação prévia entre Soares e Sá Carneiro para que escolhessem o mesmo candidato.

Previa-se que a vitória de Eanes fosse esmagadora. Apenas dois meses antes tinha havido legislativas e a soma dos votos nos três partidos mais votados ultrapassava os 75%. Mas entre os outros candidatos houve dois que surpreenderam. Otelio Saraiva de Carvalho tinha sido preso a seguir ao 25 de Novembro e alcançou o segundo lugar, com 16%. O primeiro-ministro José Pinheiro de Azevedo ficou em terceiro, com 14%. Apesar de ter apoiado a candidatura de Eanes ao primeiro mandato, Sá Carneiro acabou por se afirmar depois como inimigo de estimação para o novo Presidente da República. O líder do PPD queria os militares fora da política, mas o Conselho da Revolução mantinha poderes no país e o próprio Eanes era a personificação da continuidade da participação das Forças Armadas na democracia.

A seguir às primeiras eleições legislativas e às primeiras presidenciais da democracia, o PS de Mário Soares governou o país. Primeiro sozinho, até ao início de 1978. Depois com o CDS, num governo que durou sete meses, até 29 de agosto de 1978. A crise económica agravou-se e o Fundo Monetário Internacional foi chamado a Portugal. Eanes escolheu três governos de iniciativa presidencial. O primeiro liderado por Alfredo Nobre da Costa, o segundo por Carlos Mota Pinto e o terceiro por Maria de Lurdes Pintassilgo. A democracia portuguesa conseguiu sobreviver a toda esta instabilidade e Sá Carneiro era agora o líder do Partido Social Democrata, porque o partido mudara o nome de PPD para PSD.

As eleições legislativas foram marcadas para 2 de dezembro de 1979. O PSD avançou para a coligação pré-eleitoral Aliança Democrática, com o CDS de Freitas do Amaral e o Partido Popular Monárquico, liderado por Gonçalo Ribeiro Telles. Antes, Sá Carneiro tinha tentado formar uma coligação pré-eleitoral com o PS, mas as conversações com Mário Soares falharam.

## SALVE PORTUGAL!

Era um momento importante para o país e o *The New York Times* seguiu a campanha eleitoral de perto. O enviado-especial do jornal norte-americano levou a reportagem até ao interior do Peugeot que transportava o principal candidato da AD, favorito à vitória segundo as sondagens. Junto a Sá Carneiro, James M. Markham tomou nota de um pedido gritado no último dia da campanha, quando o carro do candidato avançava devagar junto a apoiantes. Duas mulheres gritaram estas palavras ao futuro primeiro-ministro português: «Salve Portugal!».

No jornal, a reportagem foi publicada com o título «Herói conquistador da direita portuguesa». Markham descreveu Sá Carneiro como a figura na cena política portuguesa que suscitava paixões mais antagónicas. «Para os seus inimigos, ele é autoritário. "É um reizinho", disse um militar muito conhecido. Mas, infelizmente para ele, Portugal é uma república, não uma democracia».

Para os admiradores, Sá Carneiro era o melhor para governar Portugal. Durante a campanha eleitoral muitos tinham tido o prazer de o ver de perto. Houve momentos de histeria coletiva, como se fosse uma estrela de *rock* e não um advogado

do Porto, transformado em líder político. «Ele tinha um carisma extraordinário», conta Conceição Monteiro. «Eu achava graça que as pessoas às vezes diziam: "Ele estava a falar, eu estava ali à frente e ele olhou mesmo para mim". As pessoas achavam que era olhos nos olhos, aqueles olhos verdes.»

A democracia deu mesmo esta grande vitória a Francisco Sá Carneiro. Do lado dos apoiantes da AD, a chegada dos resultados eleitorais foi vivida com emoção num hotel de Lisboa. Numa sala estava Sá Carneiro, Ribeiro Telles e Freitas do Amaral, conta Conceição Monteiro. «Noutra sala estávamos nós todas, sentadas à roda de uma mesa, a receber as notícias. Íamos escrevendo em papelinhos, íamos passando para o topo da mesa, iam somando, falavam ao telefone... Foi uma explosão de alegria, quando atingimos a maioria absoluta.»

O outro lado da popularidade era a animosidade demonstrada por alguns dos adversários políticos, conta Conceição Monteiro. «Odiavam-no. As paredes todas estavam pintadas com coisas contra ele. Os nossos militantes pintavam o mal, deixavam só "Sá Carneiro" nas paredes». Como o próprio candidato explicou ao enviado-especial do *NYT* durante a campanha eleitoral, era claro que existia uma bipolarização na sociedade portuguesa. «O que precisamos de fazer é assumir essa bipolarização para impedir que se transforme numa radicalização».

Com a maioria absoluta, o líder da AD tornou-se primeiro-ministro. Uma das mudanças em casa foi a presença de seguranças no prédio, na Rua Dom João V. «Havia um nome de código», conta o filho mais velho de Sá Carneiro. «Diziam: "Astro está a chegar, Astro chegou a Tróia"». Os seguranças atribuídos pelo Estado foram um dos temas do conflito permanente entre o primeiro-ministro da AD e

Eanes, por exemplo quando um dos seguranças teve autorização para falar com jornalistas.

### DESMENTIU A IMAGEM QUE SE TINHA DELE

José Manuel dos Santos trabalhava com Mário Soares. Num sábado à tarde, estava de visita ao *atelier* de um amigo, no bairro lisboeta da Graça. Alguém bateu à porta do *atelier* do escritor e pintor Mário Cesariny. Era Snu, com Francisco. Snu estava ligada a Cesariny como editora, Francisco queria ver quadros para comprar. Naquela tarde não se falou sobre política. Santos conta que a conversa foi muito agradável.

Para uma pessoa que trabalhasse com Mário Soares, Sá Carneiro representava o adversário. «Representava o adversário de uma maneira bastante presente. Tinha ganho um pouco surpreendentemente, fez um ano de campanha eleitoral e apanhou bem o estilo. Enquanto primeiro-ministro, desmentiu a imagem que se tinha dele. Tinha uma imagem de alguém muito inconstante, alguém que estava permanentemente instável, a provocar crises no seu próprio partido, muito agressivo. E soube aproveitar bem aquele tempo em que foi primeiro-ministro para assumir uma dimensão de alguém que tem serenidade, que tem rigor no exercício da sua função. Soube-se que ele se impunha horários. Tirando casos excepcionais, fazia questão de ao fim da tarde não prolongar muito o tempo que estava a trabalhar. Queria ir para casa e estar com Snu. Fez essa autodisciplina, que disciplinou também os outros.»

A experiência como primeiro-ministro haveria de durar menos de um ano. Pelo caminho, através do jornal *O Diário*, o PCP voltou a acusar Sá Carneiro de, a seguir ao 25 de Abril,

ter deixado uma dívida por pagar à banca, entretanto nacionalizada. A acusação teve repercussão noutros jornais e também nas paredes de Lisboa e de outros pontos do país, onde o primeiro-ministro era classificado como caloteiro. A história acabaria por resultar num processo por difamação que durou anos nos tribunais, acabando já depois da morte de Sá Carneiro.

A 5 de outubro de 1980 houve eleições legislativas, que a AD voltou a vencer. No dia seguinte esta foi a manchete do *Diário de Lisboa*: «O País de Abril perde uma batalha». Apesar de ser adversário do tal País de Abril, este político de origens conservadoras estava a alterar aquilo que era aceite do ponto de vista moral, dentro da sua base de apoio eleitoral. Durante a campanha deu uma entrevista ao jornal *Tempo*, onde lhe foi perguntado se a situação familiar poderia ter influência na escolha dos eleitores. E esta foi a resposta: «Não creio, porque os portugueses e os eleitores apreciam as atitudes claras e frontais e que cada um assuma as consequências das suas atitudes. Estou separado da minha primeira mulher há mais de quatro anos. A minha atual situação familiar existe desde 1977 e sempre foi publicamente assumida. Aguardo poder obter o divórcio para formalizar perante a lei. Tudo isso é conhecido de há muito, não é de agora. O Partido Social Democrata e a Aliança Democrática entenderam que isso não representava obstáculo a que eu fosse primeiro-ministro. Assim também o Presidente da República e o Parlamento».

O clima político era complicado, com o escrutínio jornalístico a ser confundido com o apoio ou o combate às principais figuras em confronto. Conceição Monteiro lamenta as circunstâncias legais em que o governo trabalhava. «Ainda tínhamos Conselho da Revolução, Francisco Sá Carneiro nun-

ca viveu em democracia plena. Porque o Conselho da Revolução só acabou em 1982 e ele morreu em 1980. Mesmo assim, conseguiu fazer muita coisa». Um dos feitos que Conceição Monteiro acompanhou de perto foi uma entrega de terras a agricultores, no Alentejo. As terras em causa tinham estado ocupadas, passaram por gestão estatal durante o gonçalvismo e eram agora atribuídas pelo governo a rendeiros. «Estavam uns casais que iam receber as terras. E umas crianças, chateadíssimas, não queriam saber dos discursos. Sou a mais velha de dez e arrebanhei a malta toda, fui sentar-me numa pedra com uma miúda ao colo e com os outros miúdos todos à roda. Comecei a conversar com eles e disse: "O doutor Sá Carneiro"... E diz-me a filha de um casal que estava a receber terras: "Ai, esse não, esse Sá Carneiro é muito mau. A minha mãe tem lá em casa um pau de vassoura atrás da porta. Se ele lá for a casa, leva com uma cachaporra na cabeça". Ela era uma miúda amorosa e deu-me uma perdição de riso, porque a mãe dela estava ali deliciada, a receber um diploma para ir explorar uma terrinha. E eu a imaginar o Francisco a entrar em casa da mulher, que estava ali a receber as terras.»

## UM GOVERNO E UM PRESIDENTE

Quando começou oficialmente a campanha eleitoral para as presidenciais de 1980, ainda não tinham passado dois meses das segundas legislativas ganhas pela AD. A campanha real arrancara muito antes, com a composição dos apoios à recandidatura do Presidente Eanes.

Contra Eanes, o primeiro-ministro Sá Carneiro e a AD apoiaram a candidatura do general António Soares Carneiro. Segundo o líder do PSD, para se poder governar bem o país

era preciso ter uma maioria na Assembleia da República e alguém em Belém que apoiasse o trabalho do governo. A máxima era «uma maioria, um governo e um Presidente».

Com Eanes, a relação entre São Bento e Belém tornara-se impossível. Sá Carneiro participou na campanha, prometendo demitir-se do cargo de primeiro-ministro caso Eanes voltasse a ganhar. A tarefa seria sempre difícil contra um candidato que estava já na Presidência, contava com o apoio do PS e tinha uma aura de herói militar do 25 de Novembro. Ainda por cima, a escolha do candidato Soares Carneiro revelou-se pouco certa. A campanha era ensombrada pelo passado do general durante a guerra, em Angola. Os discursos de Soares Carneiro desapontavam tanto os apoiantes da AD como os resultados das sondagens.

Francisco e Snu tinham em casa vários quadros de pintores consagrados, incluindo um do pintor Arpad Szenes, marido da pintora Maria Helena Vieira da Silva. Mas, em casa, uma das pinturas de que Francisco Sá Carneiro mais gostava era um quadro de Manuel D'Assumpção, com o título «O Destino». É uma pintura em tons de cinzento e preto, com uma bola a girar e a subir.

O destino daquelas eleições parecia mal parado e foi pedida a presença de Sá Carneiro no último comício da campanha, a 4 de dezembro de 1980. Nesse dia, o almoço com dirigentes da AD foi em Lisboa, no restaurante Tavares Rico. Para o jantar havia mesa marcada no Escondidinho, no Porto. Em Lisboa, Francisco e Snu subiram para um pequeno avião Cessna e tinham o Porto como destino. Ali, o líder do PSD participaria no último comício do candidato presidencial apoiado pela AD, aproveitando a campanha eleitoral até ao último minuto. A bordo do mesmo avião, pilotado por Jorge Albu-

querque e Alfredo Sousa, partiram também Adelino Amaro da Costa e a mulher, Manuela Amaro da Costa, e António Patrício Gouveia, chefe de gabinete do primeiro-ministro.

Pouco depois de levantar voo, o avião explodiu. Morreram todos os que estavam a bordo. O momento foi marcante, tanto para admiradores como para opositores políticos. E quem tem memória de estar vivo nessa altura sabe quase sempre dizer onde estava, quando soube da morte de Sá Carneiro. O próprio funeral do primeiro-ministro foi um acontecimento que envolveu multidões em Lisboa, com missa no Mosteiro dos Jerónimos e transmissão em direto na RTP.

Nas décadas seguintes, eternizou-se a discussão sobre se terá sido acidente ou atentado. Maria do Rosário Carneiro lembra agora a última conversa que teve com o irmão Adelino Amaro da Costa, que era ministro da Defesa. «Quando eles morreram, desde outubro que eu estava com uma gravidez de risco, da minha filha número seis. Estava deitada, só via o Adelino quando ele vinha cá a casa ver-me. Estive oito meses deitada, li imenso. O Adelino vinha cá uma vez por semana ou isso. Ele na altura era casado, foi casado um ano, um mês e um dia. E ele dizia: "Ah, isto está a ficar um bocadinho complicado, estou a descobrir umas coisas graves". Quando ele ia para o último comício do Soares Carneiro, lembro-me de ele me dizer: "Consegui convencer o Francisco a ir no avião comigo, porque tenho matéria gravíssima para lhe comunicar".»

# VEMOS, OUVIMOS E LEMOS\*

Este é um livro feito de entrevistas, mas também de páginas de livros e de palavras escritas para serem cantadas. Muitas histórias estavam à espera em arquivos de jornais como o *Expresso*, o *Diário de Lisboa* ou *The New York Times*. Estas páginas seriam menos interessantes sem as imagens do arquivo da RTP, sem os sons do arquivo da Emissora Nacional e sem as imagens e palavras preservadas no Arquivo Nacional Torre do Tombo, no arquivo da Fundação Mário Soares e Maria Barroso e nos arquivos dos debates da Assembleia Nacional, da Assembleia Constituinte e da Assembleia da República.

Sobre a vida de Sá Carneiro, recomendo as biografias escritas por Maria João Avillez e por Miguel Pinheiro, fundamentais para a preparação deste retrato político. Entre outros livros consultados, foram muito úteis os sete volumes de textos de Sá Carneiro, editados pela Alêtheia e pelo Instituto Francisco Sá Carneiro. E também os livros *Memórias – Francisco Pinto Balsemão*, *Adelino Amaro da Costa – Histórias de uma Vida Interrompida*, de Maria do Rosário Carneiro e Célia Pedroso, *Snu e a Vida Privada com Sá Carneiro*, de Cândida Pinto, *Do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975 – Episódios Menos Conhecidos*, de Irene Flunser Pimentel, e ainda a carta enviada a Salazar, em 1958, pelo bispo D. António Ferreira Gomes.

Espero que a leitura deste livro saiba a pouco e que traga a vontade de fazer mais perguntas, de ler mais e de deixar cair preconceitos. Comigo, foi assim.

\* Do poema «Cantata da Paz», de Sophia de Mello Breyner Andresen.

João Pacheco nasceu em 1981, demasiado tarde para conhecer Francisco Sá Carneiro. É pai de duas filhas e de dois filhos. E teve a sorte de crescer com um pai jornalista, uma mãe professora e cinco irmãs. Trabalha como jornalista desde 2005. Antes, encontrou alguns excelentes professores e professoras em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Portugueses, na Universidade Nova de Lisboa. E também na L’Orientale, em Nápoles.

Escreve todas as semanas para a revista do *Expresso* e trabalha para outras publicações, como a revista *Visão História*. Aos 12 anos, fez um trabalho para a escola, com o 25 de Abril como tema. Entrevistou familiares, vizinhos e amigos da família. Alguns falaram-lhe sobre a PIDE e sobre os curros da prisão do Aljube. Uma das avós deixou-o espantado com as memórias que tinha da revolução: «Para nós, foi uma maçada». Sim, cada história pode ter vários lados. Cuidado com o preto e branco, atenção aos tons intermédios.



Estas são páginas sobre como um advogado e ativista católico entrou na política em 1969, para mudar a ditadura por dentro. Não é um livro sobre os amores de Francisco Sá Carneiro, nem sobre as circunstâncias trágicas em que morreu, no final de 1980. Sim, também aqui estão esses momentos da sua vida, como quando festejou o 25 de Abril com champanhe. Logo a seguir, ajudou a criar o Partido Popular Democrático. Foi o primeiro líder do PPD, que viria a mudar de nome para Partido Social Democrata. Lutou contra a tomada do poder pelo Partido Comunista Português, assumiu-se ao lado dos vencedores do 25 de Novembro de 1975. E criou em 1979 uma coligação pré-eleitoral com centristas e monárquicos, conseguindo vencer logo as legislativas com maioria absoluta. Foi primeiro-ministro durante menos de um ano, até morrer a bordo de um avião. É um dos políticos mais marcantes do século XX português.

João Pacheco

**«RECUSO-ME A ACEITAR QUE SEJAMOS ASSIM,  
QUE O NOSSO POVO TENHA POR NATUREZA FICAR  
ETERNAMENTE SUJEITO AO PATERNALISMO DE UM  
HOMEM, DE UM SISTEMA OU DE UMA CLASSE.»**

**FRANCISCO SÁ CARNEIRO**



5 607727 404361